



**Câmara Municipal de Fortaleza
Universidade Federal do Ceará - UFC
Laboratório de Estudos da Violência - LEV**



Projeto Pacto por Fortaleza A cidade que queremos até 2020

Eixo 1 – “Segurança Pública e Cidadania”

**Fortaleza
Dezembro – 2010**

Equipe¹

Coordenador: Prof. Dr. César Barreira (LEV/UFC)

Coordenação Adjunta: Prof. Dr. Ricardo Henrique Arruda de Paula (LEV/UFC)

Pesquisadores: Profa. Dra. Jania Perla Diógenes de Aquino (LEV/UFC)
Prof. Dr. Leonardo de Sá (LEV/UFC)
Prof. MS. Mauricio Russo (LEV/UFC)

Auxiliares de Pesquisa: Bárbara Diniz Lima Vieira e Silva (LEV/UFC)
Larissa Jucá de Moraes Sales (LEV/UFC)
Letícia de Sousa Araújo (LEV/UFC)
Natália Ilka de Moraes (LEV/UFC)

Apoio Técnico: Bárbara Diniz Lima Vieira e Silva (LEV/UFC)

Equipe de redação e revisão técnica:

Bárbara Diniz Lima Vieira e Silva
César Barreira
Jania Perla Diógenes de Aquino
Leonardo de Sá
Mauricio Russo
Natália Ilka de Moraes
Ricardo Henrique Arruda de Paula

¹ O Laboratório de Estudos da Violência – LEV/UFC faz parte do Instituto Nacional de Ciência e Tecnologia – INCT - “Violência, Democracia e Segurança Cidadã”.

SUMÁRIO

Apresentação	3
Introdução	6
Capítulo 1 - Fortaleza: a criminalidade em fatos e número	16
Capítulo 2- Segurança Pública: equipamentos e serviços	30
Capítulo 3- Representações, Olhares e Reflexões	47
Considerações Finais	138
Referências Bibliográficas	140

APRESENTAÇÃO

Este texto constitui o relatório final do eixo “*Segurança Pública e Cidadania*”, uma das pesquisas desenvolvidas no âmbito do *Pacto por Fortaleza*. O *Pacto* é um projeto da Câmara Municipal que teve como objetivo elaborar propostas para cidade, embasadas no debate com a sociedade civil organizada e os governos municipal, estadual e federal, a partir cinco setores estratégicos: 1) *Segurança Pública e Cidadania*, 2) *Desenvolvimento Econômico e Social*, 3) *Qualidade de Vida*, 4) *Mobilidade Urbana*, 5) *Resíduos Urbanos e Geração de Renda*. O horizonte cronológico, a partir do qual esta iniciativa da Câmara vislumbra melhorias substanciais para a cidade, são os próximos dez anos.

O Eixo de pesquisa 1 - *Segurança Pública e Cidadania* do referido projeto se propôs ao levantamento de dados e ao debate de problemáticas relacionadas à violência, à criminalidade e à segurança pública, bem como à elaboração de sugestões de encaminhamentos e intervenções. Este relatório reúne as principais questões, análises e resultados da pesquisa.

Na introdução, são apresentadas e contextualizadas discussões acadêmicas e políticas sobre segurança pública no Brasil, nas últimas décadas. Temas importantes para a compreensão das problemáticas da violência e criminalidade, assim como as iniciativas dos governos nas áreas de segurança pública são debatidos. Anunciamos a metodologia, os objetivos gerais e específicos da pesquisa.

No primeiro capítulo “Fortaleza: a criminalidade em fatos e número”, elencamos um referências numéricas e qualitativas sobre ocorrências criminosas e violentas na cidade.

O capítulo dois “Segurança Pública: equipamentos e serviços” apresenta um levantamento das atribuições e da infra-estrutura das Polícias Militar e Civil, assim como da Guarda Municipal

O terceiro capítulo “Representações, olhares e reflexões” consta dos grupos focais realizados com Delegados da Polícia Civil, Guardas Municipais, Oficiais do Programa Ronda do Quarteirão, Operadores do Direito, Jornalistas que fazem a cobertura de notícias policiais e Jovens Militantes de Movimentos Sociais. São expostos os roteiros dos grupos focais, os relatórios parciais de cada grupo e um balanço ou análise unificada de todos os grupos,

identificando consensos e discordâncias nos diagnósticos e propostas das diferentes categorias sociais participantes dos grupos.

Nas *Considerações Finais* são retomadas discussões apresentados nos capítulos. Sublinhamos alguns dos problemas eloqüentes constados na cidade e lançamos sugestões de encaminhamentos para ações governamentais.

INTRODUÇÃO

A segurança pública é um tema que tem despertado preocupação das administrações municipais não apenas no Brasil como na América Latina como um todo, devido, especialmente, aos índices de criminalidade e violência com as quais diversas cidades têm se deparado nos últimos anos.

De acordo com Cano (2006), o Brasil, assim como outros países da América Latina, vive um cenário de crise na segurança pública, com altas taxas de incidência criminal, as quais aumentaram, de maneira significativa, ao longo dos anos 1980 e 1990. Contudo, a forma de administração deste problema foi alterada apenas nos últimos anos.

Até os anos 1970, o crime era concebido, basicamente, como um problema de polícia; a esquerda esperava, como em outros países, que o fim da ditadura e a abertura democrática resolvessem, por si só, esta questão. A temática do crime era concebida, a esta época, como uma temática da direita, dos defensores da lei e da ordem e, por isso, uma ênfase excessiva na questão era vista como suspeita. Por conseguinte, não existia nem uma reflexão e nem uma proposta dos setores progressistas que questionasse a simples demanda por ordem proveniente dos grupos conservadores.

Este arranjo foi, inclusive, reforçado quando da promulgação da Constituição Federal Brasileira em 1988, a qual estabeleceu em seu art. 144 que a competência para a segurança pública seria, especialmente, da união e dos estados membros, tal como denota o Quadro 01 abaixo.

Quadro 01
Instituições responsáveis pelo provimento da segurança pública no cenário nacional

Instituição	Competências
Polícia Federal	Destina-se, na forma da lei, a apurar infrações penais contra a ordem política e social ou em detrimento de bens, serviços e interesses da União ou de suas entidades autárquicas e empresas públicas, assim como outras infrações cuja prática tenha repercussão interestadual ou internacional e exija repressão uniforme, segundo se dispuser em lei; prevenir e reprimir o tráfico ilícito de entorpecentes e drogas afins, o contrabando e o descaminho, sem prejuízo da ação fazendária e de outros órgãos públicos nas respectivas áreas de competência; exercer as funções de polícia marítima, aeroportuária e de fronteiras;

	exercer, com exclusividade, as funções de polícia judiciária da União.
Polícia Rodoviária Federal;	Destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das rodovias federais
Polícia Ferroviária Federal	Destina-se, na forma da lei, ao patrulhamento ostensivo das ferrovias federais
Polícia Civil	Incumbem, ressalvada a competência da União, as funções de polícia judiciária e a apuração de infrações penais, exceto as militares.
Polícia Militar	Cabem as funções de polícia ostensiva e de preservação da ordem pública. São ainda forças auxiliares e reserva do Exército, subordinam-se, juntamente com as polícias civis, aos Governadores dos Estados, do Distrito Federal e dos Territórios
Corpo de Bombeiro Militar	Incumbe a execução de atividades de defesa civil e, juntamente com a Polícia Militar, se constituem em forças auxiliares e reserva do Exército
Guarda Municipal	Possuem a competência de proteção dos bens, serviços e instalações municipais, conforme dispuser a lei de sua criação.

Fonte: Art. 144 da Constituição Federal Brasileira de 1988 – CF/88

Ou seja, no Brasil, a segurança pública é, fundamentalmente, uma competência dos estados. Cada um deles tem, por exemplo, suas forças policiais - Polícia Civil e Polícia Militar. No âmbito federal tem-se a Polícia Federal, por sua vez, tem um tamanho bastante reduzido – inferior a muitas das polícias estaduais – e o sistema de justiça criminal federal tem competências limitadas a determinados crimes.

No entanto, o aumento da criminalidade, especialmente, nos municípios com população acima de 250.000 habitantes fez com que este arranjo tivesse de ser, necessariamente revisto, de tal maneira que as ações relacionadas à prevenção e à repressão da criminalidade se tornassem mais efetivas.

Com isso, nos últimos anos, o papel do poder federal tem sido sobretudo o de incentivar, através de financiamentos, os municípios na área de prevenção. No bojo deste estímulo está a idéia de uma segurança pública mais democrática, com uma maior atenção à prevenção e a necessidade de constituição de novos atores.

Dentro da competência municipal no que tange a segurança pública, temos uma competência direta, que é voltada para a proteção do patrimônio público municipal, tarefa essa desenvolvida pela Guarda Municipal, e a competência indireta, quando cria e implementa políticas públicas voltadas para esse tema. No que diz respeito ao segundo ponto, por

exemplo, mais de um ano após a aprovação do novo Plano Diretor de Fortaleza, ainda não foi regulamentado o funcionamento das ZEIS – Zonas Especiais de Interesse Social, voltadas a populações mais vulneráveis social e economicamente e que demandam maior atenção por parte dos órgãos públicos².

Nos últimos anos vem ocorrendo diversos debates e reflexões a respeito da segurança pública na cidade de Fortaleza. Todas as falas convergem para a conclusão de que em intensidade e proporção, a violência – de forma difusa – tem se revelado como um dos maiores e mais graves problemas sociais que a cidade vem enfrentando.

Alguns números exemplificam o atual estado de violência: durante o ano de 2009 foram apreendidas 1.793 armas de fogo somente na Capital e região Metropolitana, uma média de 5 armas por dia. Até maio do presente ano, a polícia apreendeu 878 armas de fogo, perfazendo uma média por dia 6 armas por dia em Fortaleza e região metropolitana³. Para cada arma apreendida, o policial recebe do Estado uma recompensa financeira⁴. Apesar desse número expressivo de apreensão de armas de fogo, o número de homicídios no estado do Ceará cresceu 55% no primeiro quadrimestre do ano de 2010, de acordo com o Secretário de Segurança Pública do Estado do Ceará (foram 593 homicídios praticados na Grande Fortaleza, contra 415 no mesmo período do ano passado⁵).

A maior parte desses assassinatos ocorreu com o emprego de armas de fogo; conforme dados do IBGE, a taxa de homicídio no Ceará cresceu 49,3 % nos últimos 8 anos. Segundo o Instituto, no Brasil os homens são 10 vezes mais vítimas de homicídios que as mulheres. No Ceará esse proporção é de 13 homens para 1 mulher.

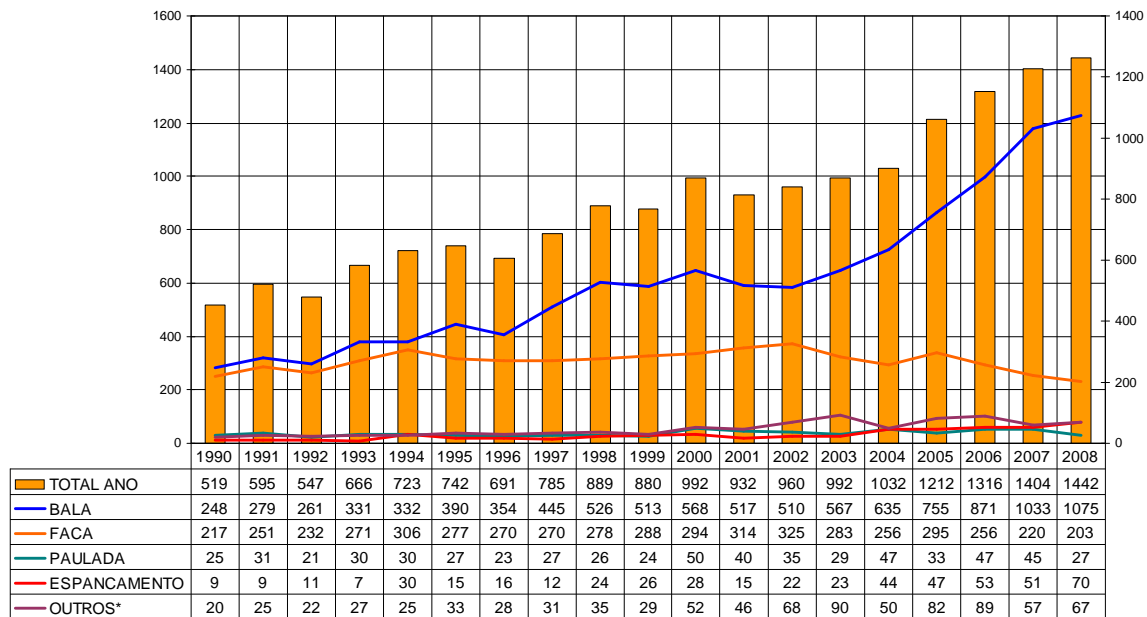
² Estas Zonas foram aprovadas junto com o Plano Diretor, em dezembro de 2008. Porém, ainda não houve sua regulamentação, que deve ser proposta pelo Executivo.

³ Na Polícia Militar, o combate ao porte ilegal de armas era realizado com mais efetividade pelo RAIO – Rondas de Ações Intensivas e Ostensivas. No entanto, atualmente policiais do programa Ronda do Quarteirão, também estão atuando nesse tipo de operação. De 1º de janeiro de 2006 a 9 de junho deste ano, o Governo do Estado pagou R\$ 1,2 milhão a policiais militares e civis em gratificações decorrentes de apreensões de armas de fogo. O valor corresponde à retenção de 10.909 armas em 4 anos e 5 meses. Uma média de 6,8 por dia (fonte SSPDS). Segundo o jornal Diário do Nordeste, edição de 05/07/2010, a cada 4 horas uma arma de fogo é apreendida na Grande Fortaleza.

⁴ Por um revólver ou pistola apreendido, até calibre 380, o policial recebe 200 reais; o valor aumenta para 400 reais quando a arma apreendida tem maior poder de destruição, como a pistola ponto 40, fuzil, escopeta, etc.

⁵ Fonte jornal Diário do Nordeste, 10/05/2010.

De acordo com a Polícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), entre 1990 a 2008 o número de homicídios cometidos com “armas de fogo” no Ceará aumentou em relação aos praticados com “armas brancas”, conforme o gráfico abaixo.



Em 2009, foram registrados no Ceará 1.907 denúncias de violência sexual contra crianças e adolescente e, em Fortaleza, 1.084 denúncias foram registradas. De acordo com a Secretaria Nacional de Direitos Humanos, da Presidência da República, Fortaleza é, pelo terceiro ano consecutivo, a Capital que mais denuncia a violência no País; em 2010, 22 crianças foram assassinadas no Ceará. De janeiro a julho de 2010, 164 adolescentes foram assassinados no Ceará; atualmente, Fortaleza é a oitava cidade em número de homicídio praticados contra crianças e adolescentes (SEDH); segundo prognóstico do IHA⁶ publicado em 2009, aproximadamente 811 adolescente entre 12 e 18 anos poderão ser assassinados até 2012 em Fortaleza. No bairro do Bom Jardim – instituído pelo Ministério da Justiça como “Território da Paz” – somente este ano ocorreram 116 crimes de morte⁷

⁶ Índice de Homicídios na Adolescência – O IHA tem como objetivo estimar o risco de mortalidade por homicídio de adolescentes em determinado local. O cálculo do IHA é realizado em municípios com mais de 100 mil habitantes.

⁷ O Grande Bom Jardim é formado por 47 comunidades, entre bairros, vilas e favelas, sendo subdividido, segundo aponta o planejamento do programa “Territórios da Paz”, em 5 núcleos: Bom Jardim, Granja Portugal,

(CIOPS/PEFOCE/SVO e jornal Diário do Nordeste, 30/08/2010). Após seis meses da instalação oficial do programa Território de Paz, o número de homicídios aumentou 54,5%, no Grande Bom Jardim (fontes SIP/CIOPS); 92,5% da população cearense, segundo estudo publicado pelas Nações Unidas, sofrem com a sensação de insegurança.

Criminalidade e segurança pública, portanto, são temas bastante recorrentes nos noticiários e no repertório das conversas informais dos cidadãos; assaltos a bancos, roubo de cargas, aumento dos homicídios em decorrência do narcotráfico (sobretudo o *crack*), territorialização de bairros periféricos por narcotraficantes, superpopulação carcerária, crescimento das taxas da violência letal alimentadas por disputas entre gangues rivais, assassinatos por grupos de extermínio, crimes de pistolagem, latrocínio, etc.

Todo esse quadro agrava-se quando somado ao desaparecimento e má formação técnico-cidadão de policiais e, por conseqüência, no enfraquecimento gradativo da crença da população nas instituições responsáveis pelo monopólio coercitivo do emprego da força e na justiça criminal.

Policiais com a formação questionada, insatisfeitos com as condições de trabalho e cometendo graves erros. Este cenário vem corroborando com a insatisfação da população com o atual desenho da segurança pública no Estado do Ceará e, portanto, com a elevação dos sentimentos de medo e insegurança das pessoas combinado com processos de mudança comportamental na vida dos cidadãos, que vem resultando em uma nova reconfiguração espacial da cidade. Simbólica e materialmente as estruturas da cidade e de seus cidadãos vêm sendo modificadas por causa do medo da criminalidade violenta.

Casas com muros altos, “enclaves fortificados”, (Caldeira, 2000), espaços privatizados e monitorados, cercas elétricas, em suma, estamos progressivamente criando “mini fortalezas” dentro da grande Fortaleza. O novo desenho da cidade nos lembra que a

Siqueira, Granja Lisboa e Canindezinho. Neste território, os 116 homicídios perpetrados este ano, foram assim distribuídos: Bom Jardim (49), Canindezinho (25), Granja Portugal (20), Siqueira (13) e, ainda, na Granja Lisboa (09). Nem mesmo com a implantação do programa de policiamento comunitário Ronda do Quarteirão naquele bairro, em novembro de 2008, nem a deflagração do projeto federal “Território da Paz”, em dezembro do ano passado, foram suficientes para reduzir os crimes de morte ali. Em 2008, 27 pessoas foram assassinadas naquele bairro. Em 2009, este número saltou para 47, um aumento da ordem de 74 por cento. Nos 8 primeiros meses do ano de 2010 já são 49 pessoas assassinadas, superando 2009.

privatização da segurança tem crescido a medida que aumenta o descrédito nas instituições da lei e da ordem – as forças policiais e o sistema judiciário.

Além desses problemas a cidade de Fortaleza tem enfrentado graves e recorrentes problemas:

- O fenômeno do urbanismo acelerado e sem planejamento;
- Os conflitos sociais emergentes das condições de exclusão e marginalização de amplos setores populacionais assentados nas periferias urbanas;
- A falta de sentido de pertença ao universo urbano por parte das pessoas que se deslocaram das zonas rurais;
- O incremento da prostituição, o roubo e o narcotráfico;
- A fragilidade da presença estatal em algumas zonas urbanas e a falta de legitimidade e credibilidade nas instituições públicas;
- A perda do monopólio da força nas instituições do Estado e o surgimento de organizações armadas que agem na clandestinidade;
- O aumento da sensação de impunidade.

As políticas municipais de segurança pública podem ser entendidas como estratégias de ação orientadas para a redução de crimes e violências e para a promoção da segurança do cidadão. Pensadas desta forma, podem ser desenvolvidas não apenas de forma reativa, após a emergência ou crescimento de problemas de crime, violência e insegurança, mas ainda de forma pró-ativa, a fim de evitar a emergência ou crescimento destes problemas.

Contudo, para se saber se a política municipal deve ser preventiva ou repressiva, tem-se que o ponto de partida desta deve ser a elaboração de um diagnóstico dos problemas sob os quais se pretende intervir.

Objetivo Geral

O objetivo foi analisar, no âmbito da cidadania, direitos humanos, violência e segurança pública, os paradoxos existentes entre tentativas de controle e práticas de autocontrole das políticas de segurança pública vigentes. Contextualizar o processo de transformação social envolvendo a implementação de novos arranjos institucionais de segurança pública (ações, propostas e programas), de um lado, e a articulação de novas demandas pelos sujeitos sociais em torno dos efeitos da violência e da criminalidade na vida social urbana. Destacar as problemáticas relacionadas à consolidação da cultura dos direitos humanos e da participação da população em questões de segurança, pela valorização de ações inovadoras e na defesa da cidadania e na construção do Estado de Direito Democrático.

Nessa perspectiva, o eixo 1 buscou compreender, de forma abrangente, como se reflete o binômio violência e segurança pública na cidade de Fortaleza, e mais especificamente analisou os enfrentamentos e conflitos na política de segurança pública e como eles são revelados no âmbito da municipalidade, apontando também especificidades que precisam ser compreender sociologicamente.

Objetivos Específicos

- 1) Mapear ações de política de segurança pública e as estratégias não-institucionais de enfrentamento da violência e criminalidade urbana;
- 2) Compreender os sentimentos e as percepções do morador urbano de variados estratos sociais, e os efeitos da insegurança nas formas de agir na cidade;
- 3) Investigar as percepções e as sensibilidades sociais de segmentos da população acerca da cultura dos direitos humanos e da relação que eles mantêm com os segmentos policiais.

Metodologia

No plano metodológico, privilegiou-se a técnica de investigação denominada Grupos Focais. Essa técnica possibilita uma ampla articulação entre pesquisador e os grupos

pesquisados, estabelecendo uma possível simbiose entre a obtenção de informação e uma participação de setores sociais envolvidos na problemática pesquisada.

Considerando que os grupos focais possibilitam o acompanhamento da construção de percepções, atitudes e representações sociais, utilizamos essa técnica para apreender percepções e demandas elaboradas por algumas categorias sociais reunidos em seis agrupamentos interativos. O universo representativo que dar embasamento à pesquisa não envolve uma grande quantidade de pessoas, todavia foram selecionados segmentos da população, cujas rotinas de trabalho e vivências pessoais lhes concedem pontos de vista privilegiados para perceber e avaliar a criminalidade e a segurança pública em Fortaleza.

Foram realizados grupos focais com Oficiais do Programa Ronda do Quarteirão, Guardas Municipais, Jovens, Jornalistas que cobrem notícias Policiais, Operadores do Direito e Delegados da Polícia Civil. Os delegados da Polícia Civil, os oficiais do Ronda do Quarteirão e os Guardas Municipais são agentes do Estado, atuantes na segurança pública. Entre os operadores do direito que contribuíram com a pesquisa constaram juiz de Direito, procurador da República, promotor de Justiça, defensor público, advogados de ONGs, de escritórios de direitos humanos e Secretaria de Direitos Humanos da PMF, assim como advogados, professores universitários e pesquisadores da área de segurança pública. São profissionais que no exercício de suas funções convivem corriqueiramente com questões relacionadas à segurança pública. Os jornalistas, em seu cotidiano de trabalho, observam, problematizam e escrevem sobre ocorrências violentas e criminosas.

O grupo focal dos jovens foi composto por membros de movimentos e organizações da sociedade civil, com atuações em diversas áreas, desde movimentos populares urbanos, como, por exemplo, Raízes da Praia e o Movimento dos Conselhos Populares – MCP, bem como organizações não-governamentais – ONGs, entre elas o Serviluz Sem Fronteiras e o Instituto Artes de Fazer. Ademais, esteve presente o Movimento Hip hop Organizado do Brasil – MH2O, o Movimento Negro Unificado – MNU, além de organizações com motivação religiosa como a Fundação Logos e a Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP. Portanto, o perfil dos participantes foi bem diversificado, tendo desde estudantes universitários, lideranças de movimentos populares e religiosos a membros de partidos

políticos. Consideramos importante ouvir a avaliação desta categoria sobre segurança pública em Fortaleza. A juventude vem sendo um dos segmentos mais vitimizados e responsabilizados pela violência urbana crescente e com isto se constituindo em um coletivo de fundamental relevância no debate sobre segurança pública e cidadania. Desta maneira, a pesquisa recorreu a um diversificado repertório de agentes sociais, tratam-se de vozes que apresentaram importantes opiniões e relatos sobre as condições da segurança pública em Fortaleza e de suas expectativas para o futuro.

A escolha em fazer um Grupo Focal com os oficiais do Programa Ronda do Quarteirão, se deu pelo fato de ser uma “nova” forma de policiamento, mais próxima, em tese, dos problemas da comunidade.

A idéia do Ronda do Quarteirão é que polícia e cidadãos estabeleçam parcerias no que diz respeito aos problemas mais diversos existentes nas comunidade, como conflitos interpessoais, brigas conjugais, conflitos entre vizinhos, etc. Nesse aspecto, o policiamento comunitário teria como importante função a de tentar resolver o problema ainda no seu início para que não se torne, posteriormente, um problema maior, com o cometimento de crimes de maior potencial ofensivo.

Skolnick e Bayley (2002) asseguram que tal policiamento possibilita melhorar a prevenção do crime, pois os integrantes das forças policiais passam a ter maior atenção e responsabilidade com a comunidade onde desenvolve seus trabalhos.

Escolhemos realizar um grupo focal com a Guarda Municipal por se tratar do órgão responsável na esfera municipal pela segurança pública de bens, serviços e do patrimônio público do município.

O roteiro dos grupos focais foi composto de três partes. A primeira delas estimulava os participantes a opinar sobre a relevância e visão socialmente difundida de sua categoria. O segundo bloco de questões indagava sobre as condições da segurança pública e sobre como os participantes se sentem diante da violência na cidade. A terceira parte do roteiro perguntava aos grupos sobre suas aspirações prospectivas, como desejam que Fortaleza esteja em 2020, em relação à segurança pública e a cidadania, o que se deve fazer para alcançar as melhorias

apontadas e como cada categoria pode contribuir, efetivamente, com a cidade almejada para 2020. Vejamos o roteiro:

Bloco I

1. Auto-identificação e ponto de vista da categoria.

1.1. Quem são os - delegados da Polícia Civil - oficiais do Ronda do Quarteirão - guardas municipais - operadores do Direito - jornalistas policiais- jovens - para a sociedade?

1.2 . Qual a importância da categoria para a segurança pública e cidadania?

Bloco II

2. Concepção e valores

2.1 Enquanto - delegados da Polícia Civil - oficiais do Ronda do Quarteirão - guardas municipais - operadores do Direito - jornalistas policiais- jovens - qual a opinião de vocês sobre segurança pública e cidadania na cidade de Fortaleza?

2.2. Como você se sente diante da violência na cidade de Fortaleza?

Bloco III

3. Reflexões

3.1. O que se deve fazer para alcançar esse objetivo?

3.2. E você, enquanto policiais/operadores/jornalistas/jovens/guardas, o que pode fazer/contribuir concretamente na prática?

A pesquisa abrangeu também um levantamento de dados secundários sobre a criminalidade e violência na cidade de Fortaleza. Ao trazermos essa discussão para o campo quantitativo, pudemos perceber as fragilidades e vulnerabilidades das grandes questões tratadas na pesquisa: a segurança pública e a cidadania.

Além dos percursos acima tratados, o Eixo 1 se utilizou metodologicamente de entrevistas com interlocutores que compartilharam seus pontos de vista a respeito de questões envolvendo cidadania, violência e segurança pública.

CAPÍTULO 1 - FORTALEZA: A CRIMINALIDADE EM FATOS E NÚMERO

Nas últimas décadas o aumento da criminalidade e da violência, no Brasil, ocupa cada vez mais espaço, no cotidiano dos cidadãos, na mídia e na academia. Kant de Lima (2000) aponta que após vinte anos de produção acadêmica, relativamente regular da sociologia brasileira, já é possível destacar a importância, no debate científico dos seguintes temas: violência urbana, criminalidade, segurança pública e justiça. A questão da violência urbana, que nos interessa aqui, tem sido estudada, principalmente, a partir de: 1) suas imagens - trata das imagens que a população faz em relação à violência, 2) suas práticas – “[...] vínculos entre discursos e práticas machistas, consumismo orgiástico de ganho fácil e a redução de um *ethos guerreiro* entre os jovens pobres ou de classe média” (KANT DE LIMA, 2000, p. 61) e 3) seus discursos – por exemplo, associação da violência urbana com áreas pobres das grandes cidades, um tratamento mais autoritário do problema.

Dentro da produção sociológica brasileira sobre a violência, grande parte são estudos de natureza quantitativa. Infelizmente as fontes para dados deste tipo ainda estão longe do ideal. As duas principais fontes de dados para os homicídios no Brasil, como ressalta Cano e Ribeiro (2007), são os Boletins de Ocorrência das polícias civis e as certidões de óbitos do Ministério da Saúde. A diferença entre os valores das duas fontes tem como fator principal que as informações seguem critérios jurídicos ou operacionais das instituições, “[...] os infanticídios, os latrocínios (roubos seguido de mortes) e as mortes de civis em confronto com a polícia não costumam ser incluídos nos totais de homicídios elaborados pelas polícias” (CANO e RIBEIRO, 2007, p. 53).

Nossa principal fonte de dados, para os homicídios, furtos e roubos, foram os Boletins de Ocorrências, que como aponta a literatura (ver, por exemplo, CANO, 2001) apresentam problemas de preenchimento. Como não nos foi possível chegar às informações contidas nos boletins, trabalho realizado pelos órgãos de segurança antes da divulgação dos dados oficiais, é possível que existam discrepâncias entre os dados e a realidade, além das cifras ocultas, isto é, aqueles crimes não registrados pela polícia.

A porcentagem de crimes registrados pela polícia varia de acordo com sua natureza, isto é, o número de homicídios registrados deve ser bem próximo do número de crimes realmente ocorridos, pois este tipo de crime independe da vontade da vítima efetuar um boletim de ocorrência, pois o registro é realizado, em tese, obrigatoriamente. Mas para os casos de roubos e furtos, principalmente no caso de objetos de pouco valor financeiro (um celular, por exemplo), por diversas razões (por exemplo, descrédito nas instituições policiais) os indivíduos podem decidir não efetuar um boletim de ocorrência o que, e isto independe da polícia, faz com que a quantidade de crimes ocorridos registrados seja inferior ao que realmente ocorre na realidade.

A pesquisa realizada por Waiselfisz aponta este baixo índice de registro, sobretudo entre os jovens:

O registro de queixas à polícia sobre diversas formas de violência, como ficou evidenciado em nossa pesquisa no Distrito Federal tem uma notificação extremamente limitada. Nos casos de violência física, só 6,4% dos jovens denunciaram à polícia; nos casos de assalto/furto, só 4%; nos casos de violência no trânsito, só 15%. (WAISELFISZ, 1998).

Em termos ideais toda pessoa vítima de um crime, deveria seguir a delegacia para registrar um boletim de ocorrência. Porém, aquém do descrédito das instituições policiais, existem outras formas de se perceber a violência que não passa necessariamente pelo sistema jurídico. A pesquisa do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), “Ligado na Galera” (1999), realizada com jovens na cidade de Fortaleza aponta que:

A violência não é estranha à juventude, ela está presente no cotidiano, sem subterfúgios. Esta proximidade banaliza o comportamento violento, tornando-o trivial. Furtos, roubos, assaltos, estupros, agressões físicas, vingança, homicídios. (BARREIRA, p. 120, 1999).

Certamente, a vitimização ocorre de maneira diferenciada, se levarmos em conta a classe social dos jovens. Os jovens pertencente as classe populares (classe D e E) são mais vulneráveis a agressões físicas, violência sexual e discriminações. Àqueles pertencentes às classes A e B representam a maior parte das vítimas de “assalto/furto” e violência no trânsito (Barreira, 1999).

1.1 Homicídios

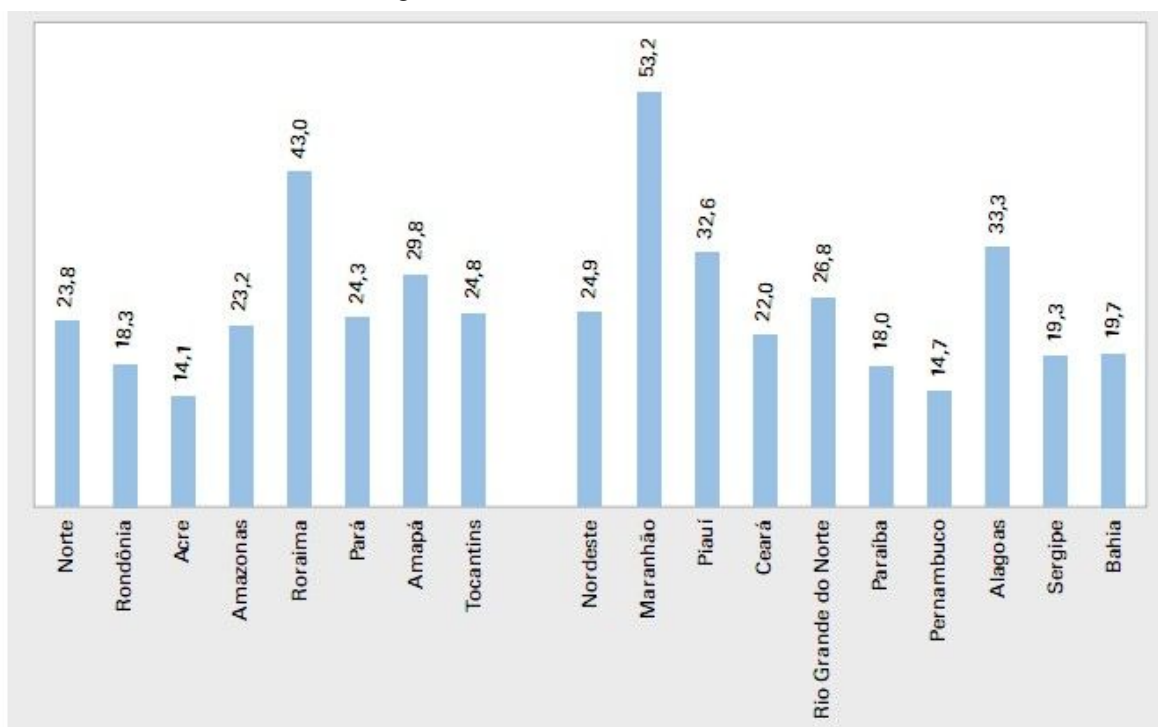
Conforme dito anteriormente, uma das principais fontes de informações no Brasil dos homicídios são os dados do Ministério da Saúde. Os dados são disponibilizados através do Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM), gerido pelo Departamento de Análise de Situação de Saúde, em parceria com as Secretarias Estaduais e Municipais de Saúde. Conforme o DATASUS a defasagem nos dados sobre mortalidade ocorre porque:

De uma maneira geral, as Secretarias Estaduais de Saúde enviam, quando consideram a coleta completa, a sua Base de Dados para o Ministério da Saúde. Este só pode considerar a Base Nacional completa quando todas as UF enviaram seus dados. A partir daí, é feita a consolidação, inclusive com a redistribuição dos óbitos pelo local de residência, a qual é a forma tradicional de apresentar os dados de Mortalidade. Eventualmente, são feitas algumas correções nas informações, principalmente quanto ao cruzamento de causa de óbito por sexo e idade. É emitido, então, o Anuário Estatístico de Mortalidade. (DATASUS⁸)

Além da demora na atualização da base de dados, existe também o problema dos sub-registros. Segundo dados do IBGE, em 2009, o Estado do Ceará apresentou um sub-registro de 22% (Gráfico 1). Embora estes dados não se refiram apenas aos homicídios, mas a todos os óbitos registrado naquele ano no estado, é de se esperar que uma parcela de óbitos não registrados sejam homicídios.

⁸ Disponível em: <http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/sim/obtdescr.htm>.

Gráfico 1
Subregistro de óbitos, segundo as Unidades da Federação.
Regiões Norte e Nordeste, 2009.



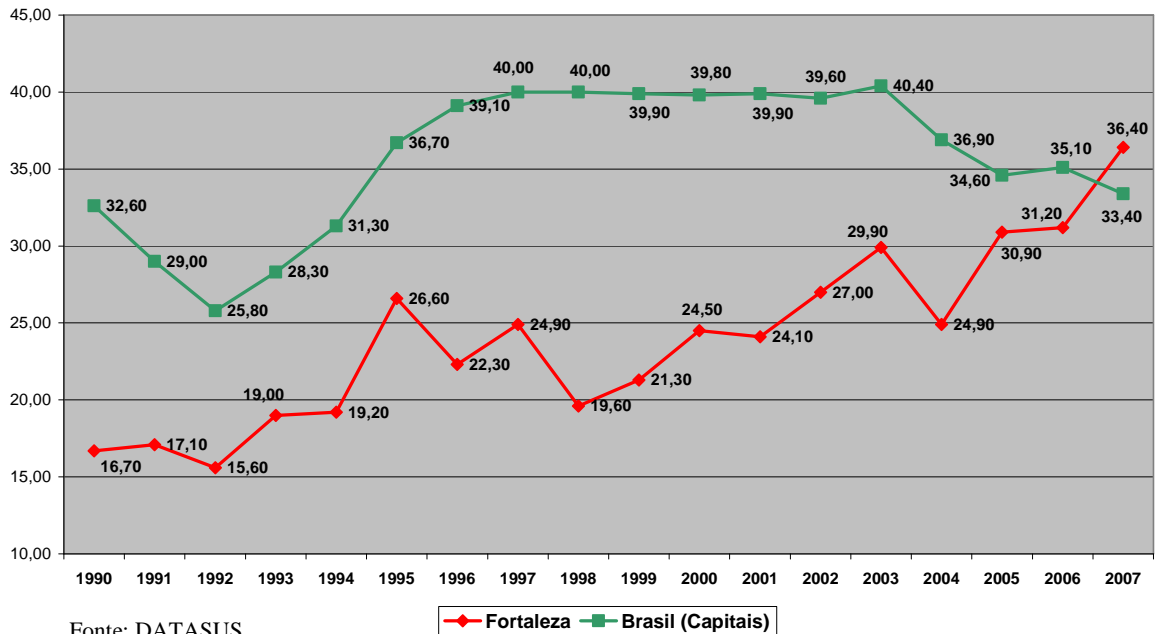
Fontes: IBGE, Diretoria de Pesquisas, Coordenação de População e Indicadores Sociais, Estatísticas do Registro Civil 2009; e Projeto UNFPA/BRASIL (BRA/02/P02) - População e Desenvolvimento, Projeções Preliminares.

Atualmente encontram-se dados disponíveis somente até o ano de 2007. O Gráfico 2 apresenta a taxa de homicídios nas capitais brasileiras comparativamente com a taxa de Fortaleza. Percebe-se que no começo da década de 1990 a taxa de homicídios por 100.000 habitantes, da capital cearense era, aproximadamente, metade da média nacional. Sete anos depois, em 1997, a taxa média nacional apresenta uma certa estabilidade, quando em 2004 a curva se torna decrescente.

Neste mesmo período, as taxas em Fortaleza apresentam oscilações, atingindo seu maior valor, até então, em 2003. Embora, como na média nacional, tenha ocorrido uma queda em 2004, esta tendência se inverte e a partir de 2005 temos uma escalada nas taxas de

homicídio chegando ao seu ápice em 2007, quando pela primeira vez na série histórica a taxa de homicídios da capital cearense foi superior a média registrada nas capitais brasileiras.

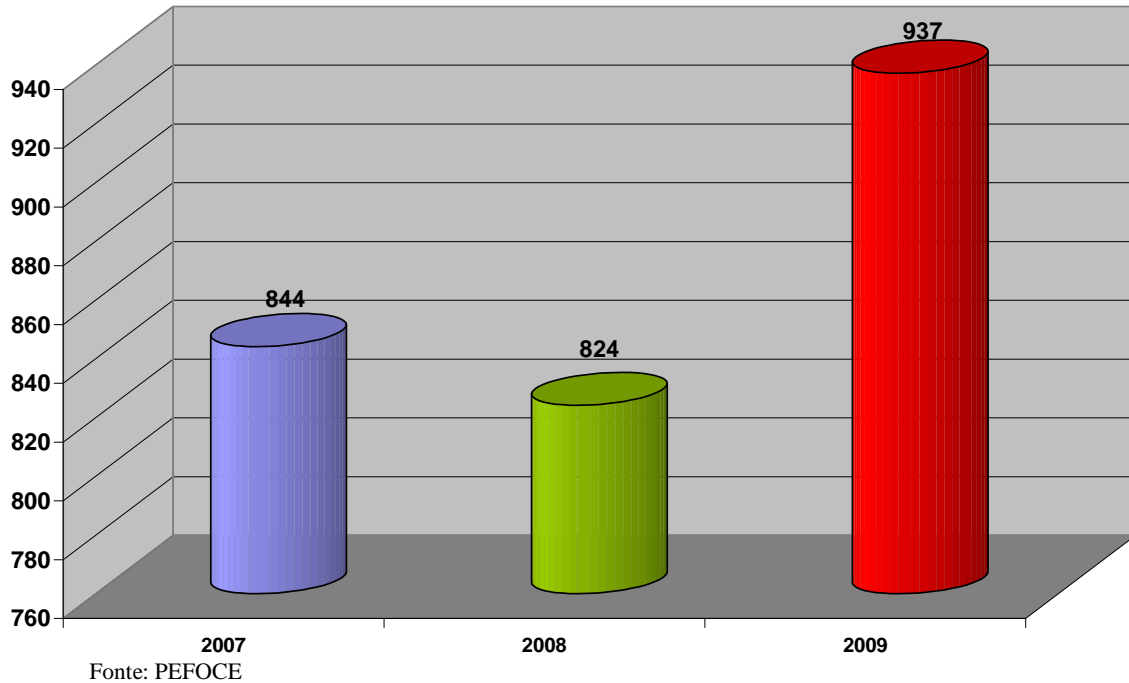
Gráfico 2
Taxa de Homicídios nas capitais brasileiras e em Fortaleza, 1990-2007.



A partir 2007, final da série histórica do DATASUS, usamos duas outras fontes de dados, as estatísticas disponibilizadas pela Perícia Forense do Estado do Ceará (PEFOCE), os dados do Sistema de Informações Policiais (SIP) e os óbitos ocorridos e registrados de natureza violenta do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Por utilizarem metodologias diferentes, na coleta e classificação dos dados, seria errôneo comparar estas três bases de dados. Porém, sua análise conjunta é vital para estabelecer um quadro da realidade dos homicídios em Fortaleza.

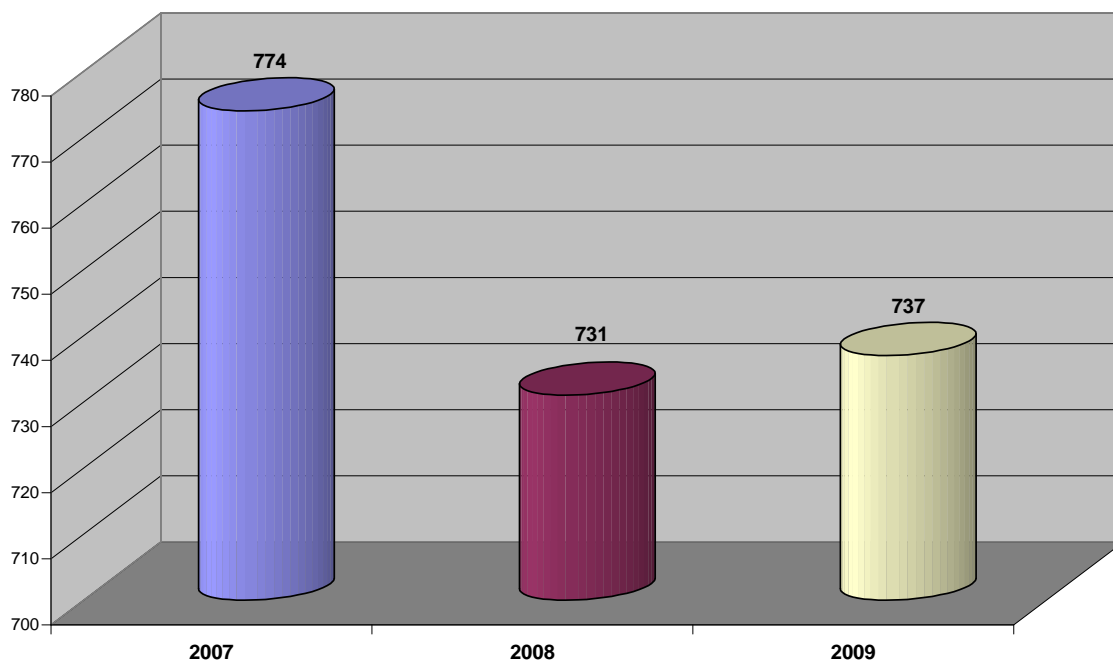
Conforme podemos perceber no Gráfico 3, que apresenta dados PEFOCE, em Fortaleza no ano de 2007 foram registrados 844 homicídios, em 2008 houve uma queda de 2,40% em relação ao ano anterior, totalizando 824 casos. Porém, em 2009 o número de homicídios registrados aumentou para 937 casos, o que significa um aumento de 13,71%.

Gráfico 3
Total de homicídios em Fortaleza, 2007-2009.



Ao observarmos os dados do Gráfico 4, que apresenta o número de homicídios de acordo com o SIP, percebemos que no número de vítimas de homicídios é bem inferior ao número registrado pela PEFOCE. Vejamos, em 2007 foram registrados 774 homicídios, uma diferença de 9,04%. Em 2008 o número de homicídios, comparando dados do SIP do ano anterior, apresentou uma queda de 5,55%, a diferença em relação aos dados da PEFOCE, no mesmo ano, foi de 11,29% para menos. Em 2009 os dados do SIP registraram um pequeno aumento, no valor de 0,82%, mas a diferença em relação à outra base de dados foi de 21,34%.

Gráfico 4
Total de homicídios em Fortaleza, 2007-2009.



Fonte: SIP

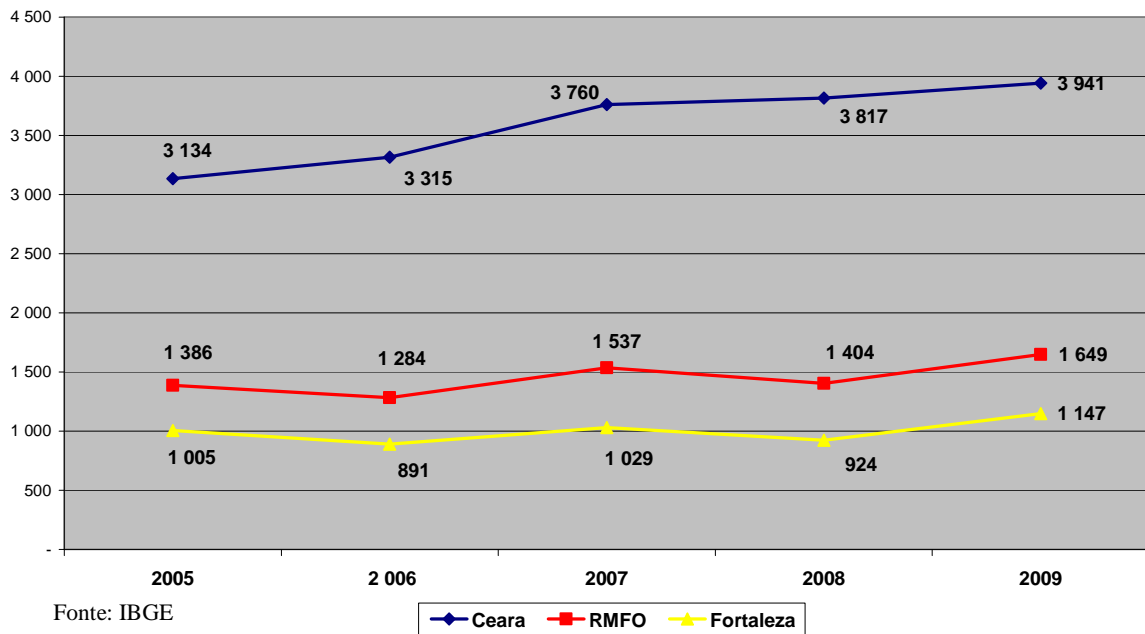
Se utilizarmos uma terceira base de dados, o IBGE, temos outra realidade. Para esta instituição óbito por causa violenta está relacionado a homicídios, suicídios, acidentes de trânsito, etc. A PEFOCE utiliza três categorias, homicídios, suicídios e homicídios no trânsito. Na base de dados do SIP os óbitos são classificados, principalmente, como homicídio doloso, homicídio culposo, suicídio, homicídios no trânsito e latrocínios.

O Gráfico 5 apresenta os óbitos por causa violenta, para o estado do Ceará, para a Região Metropolitana e para a Cidade de Fortaleza. O número de óbitos em Fortaleza e na Região Metropolitana de Fortaleza (RMFO) apresenta oscilações no período que vai de 2005 a 2009, de modo constante, num ano os valores caem, no ano seguinte sobem e assim por diante. Já no estado a variação é sempre ascendente, isto é, mesmo que em Fortaleza e na RMFO ocorra uma queda, o número de óbitos no resto do Ceará aumenta, aproximadamente, na mesma porcentagem.

Mesmo com as diferenças decorrentes dos critérios escolhidos pelos órgãos ao elaboram as estatísticas, os dados apresentam em comum o fato de que nas três bases as bases,

o número de homicídios em 2008 foi inferior ao de 2007 e em 2009 tivemos um aumento no número de vítimas, variando conforme a base de dados o percentual deste aumento.

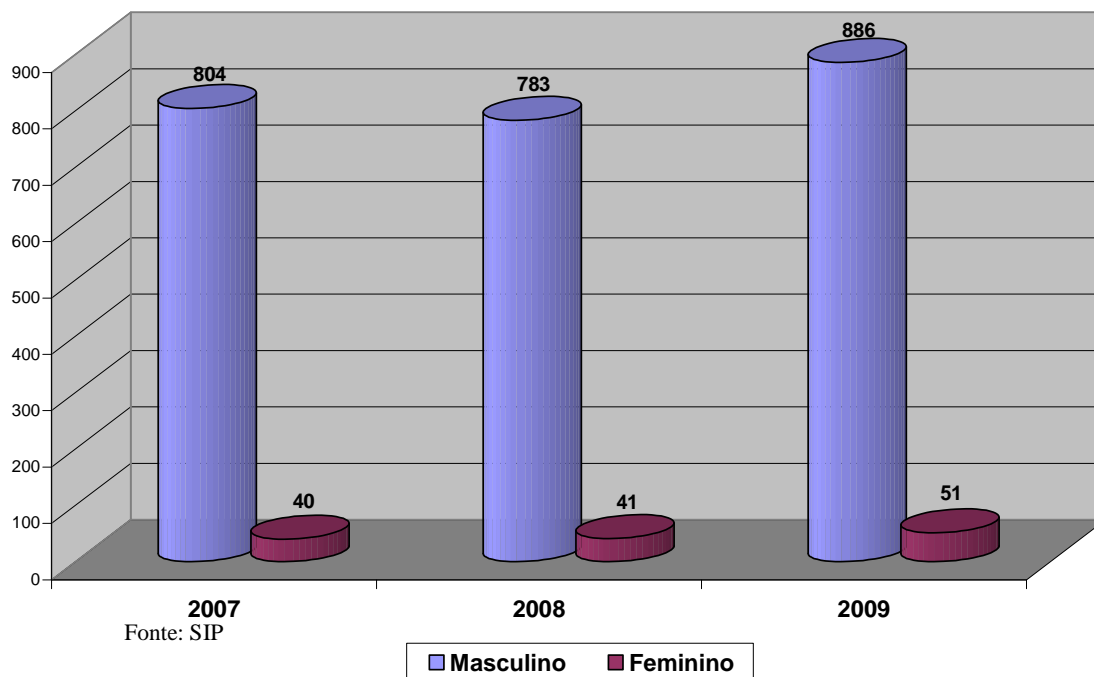
Gráfico 5
Óbitos, ocorridos e registrados, de natureza violenta, 2005-2009.



Em 2007 os 95,26% do total de vítimas de homicídio eram homens e 4,74% mulheres (Gráfico 6). Mesmo com a redução do número de homicídios, em 2008, o percentual de homens vitimados permaneceu praticamente inalterado com 95,02%. Em 2009, 5,45% das vítimas foram mulheres e os homens representaram 94,55% do total de vítimas de homicídios. Podemos perceber que a variação positiva ou negativa no número de homicídios não altera, substancialmente, o fato de que quase a totalidade das vítimas de homicídios em Fortaleza são do sexo masculino, o que é condizente com a realidade brasileira.

Gráfico 6

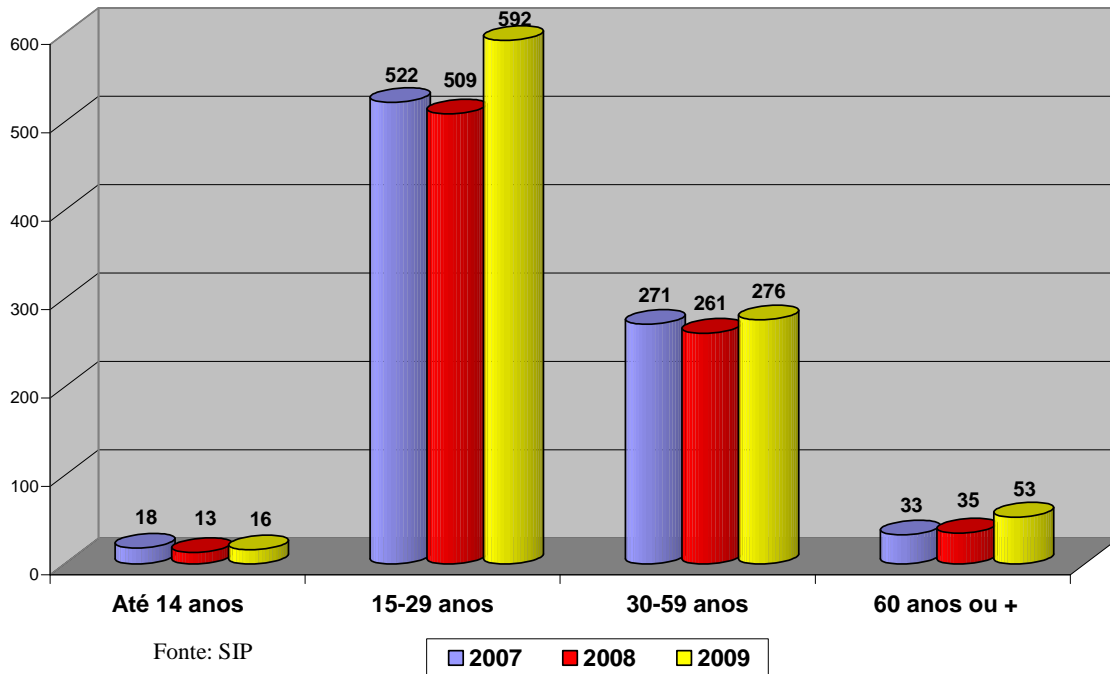
Total de homicídios em Fortaleza, segundo o sexo, 2007-2009.



Com relação à idade (Gráfico 7), jovens até 14 anos representaram 2,13% do total de vítimas em 2007, a faixa de 15 a 29 anos teve um percentual de 61,84%, as vítimas de 30 a 59 anos foram 32,11% do total e com 60 anos ou mais registrou 3,92% do número de vítima neste mesmo ano. Em 2008, a faixa até 14 anos teve uma redução de 27,78% no número de vítimas, a faixa de 15 a 29 anos apresentou uma queda de 2,49%, na faixa de 30 a 59 anos o número de vítimas foi menor em 3,69% e com 60 anos ou mais foi a única faixa etária que apresentou um aumento no número de vítimas de 6,06%. Em 2009, o número de vítimas de homicídios na faixa até 14 anos teve um aumento, em relação ao ano anterior de 23,08%, mas foi 11,11% menor do que em 2007. Entre as vítimas de 15 a 29 anos, houve um aumento de 16,31% em relação ao ano anterior, também houve um aumento na faixa de 30 a 59 anos no valor de 5,75%. Nesta série de três anos, o maior aumento no número de vítimas foi registrado na faixa de 60 ou mais anos, com um aumento de 51,43% no total de vítimas.

Gráfico 7

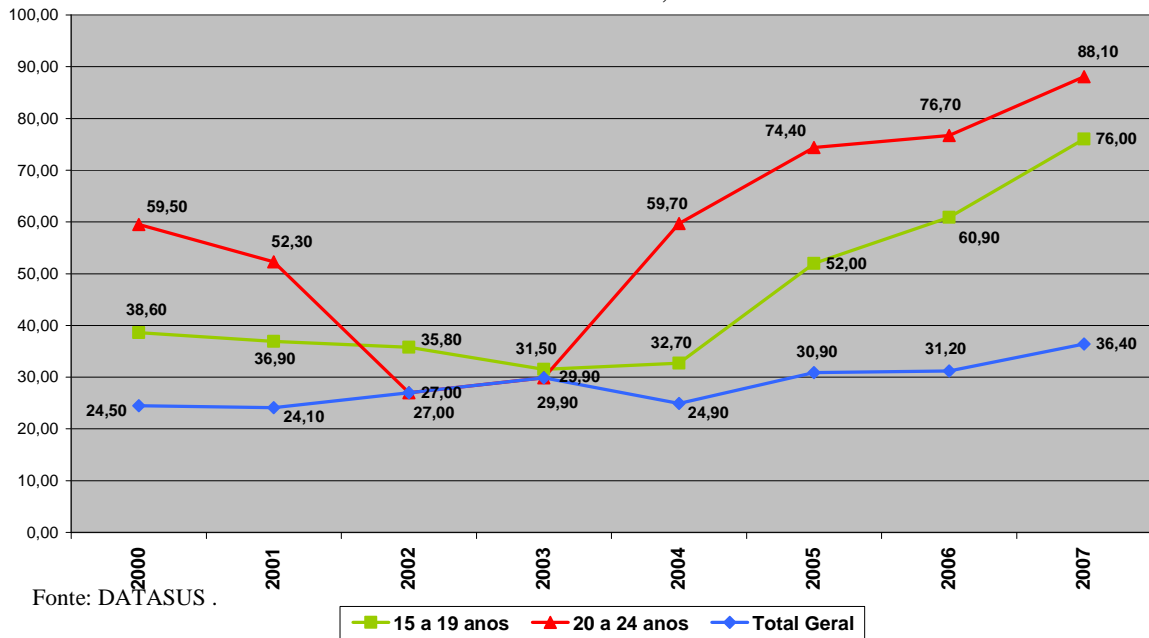
Total de homicídios em Fortaleza, conforme a faixa etária, 2007-2009.



A partir das informações do DATASUS, no que se refere a faixa etária das vítimas (Gráfico 8), a série histórica de 2000 a 2007, percebemos que a faixa etária de 20 a 24 anos concentra a maior parte das vítimas. Após uma queda acentuada, em 2003 registra-se um crescente aumento nas taxas atingindo o pico em 2007 com 88,10 homicídios por 100 mil habitantes. A faixa etária dos 15 aos 19 anos, que em 2002 e 2003 apresentou a maior taxa, fica a partir de 2004, numa posição intermediária, atingindo uma taxa de 76,00 homicídios em 2007. Conforme vimos anteriormente a taxa de homicídios em Fortaleza, no ano de 2007, foi superior a média nacional, padrão que se repete quando comparamos os homicídios segundo a faixa etária da média brasileira com a capital cearense. Na faixa etária de 15 a 19 anos, a taxa média nacional foi em 2007 de 70,90 homicídios e entre os jovens de 20 a 24 anos foi de 86,10 homicídios por 100 mil habitantes.

Gráfico 8

Taxa de homicídios em Fortaleza, 2000-2007.



Os homicídios não se espalharam de modo equitativo em todos os bairros, sabe-se que existem zonas da cidade onde sua população tem maior probabilidade de se tornar uma vítima fatal. O bairro do Jangurussu ficou em primeiro lugar com setenta e sete homicídios registrados em 2009. Em segundo lugar aparece o bairro Bom Jardim com sessenta e um homicídios, seguido do bairro Messejana com cinquenta e dois registros. Os bairros Coaçu, Cocó, Farias Brito, Jardim Cearense, Parque Araxá, Parque Manibura e Varjota, não tiveram nenhum registro de homicídios em 2009.

Em relação aos furtos, o bairro Centro registrou o maior número de casos em 2009, no total de 4350 registros. Em segundo lugar o bairro Aldeota teve 2222 casos registrados, seguido do bairro Parangaba com 1335 registros. Os bairros com menor número de registros, Dendê não registrou nenhum furto em 2009, o Jardim Cearense teve quatro casos, Guararapes registrou sete furtos e Mata Galinha doze casos de furtos foram registrados.

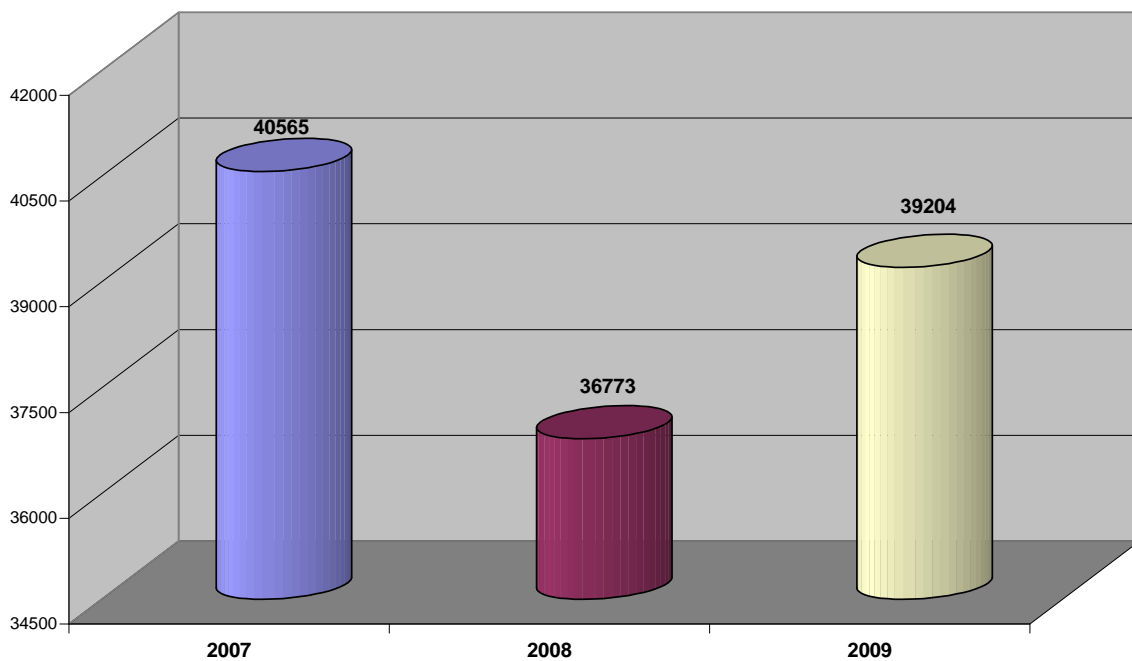
O bairro Centro também registrou o maior número de roubos em 2009, com 2409 casos. O bairro Jangurussu ficou em segundo lugar com 1616 registros e, em terceiro lugar a Barra do Ceará com 1542 casos registrados. O bairro Guararapes não registrou nenhum caso no ano analisado e outros bairros tiveram registros muito pequenos como o bairro Dendê, com apenas um caso, e os bairros Coaçu e Jardim Cearense com apenas dois registros cada.

Nos bairros Barra do Ceará e Jangurussu, foram registrados o maior número de casos de tráfico de drogas, seis em cada bairro. Em diversos outros bairros, mais precisamente sessenta e três, não foram registrados nenhum boletim de ocorrência envolvendo tráfico de drogas. No caso do uso de entorpecentes, nos bairros Aldeota, Centro, Conjunto Ceará, Moura Brasil, Pirambu, Prefeito José Walter e Serrinha foram aqueles que tiveram o maior número de casos registrados, com apenas dois casos em cada bairro.

1.2 Furtos e Roubos

O Gráfico 9 apresenta o total de roubos registrados em Fortaleza. Em 2007 foram registrados 40.565 roubos, em 2008 o número de registro foi 9,34% menor. No ano de 2009 houve um aumento no número de casos no valor de 6,61%.

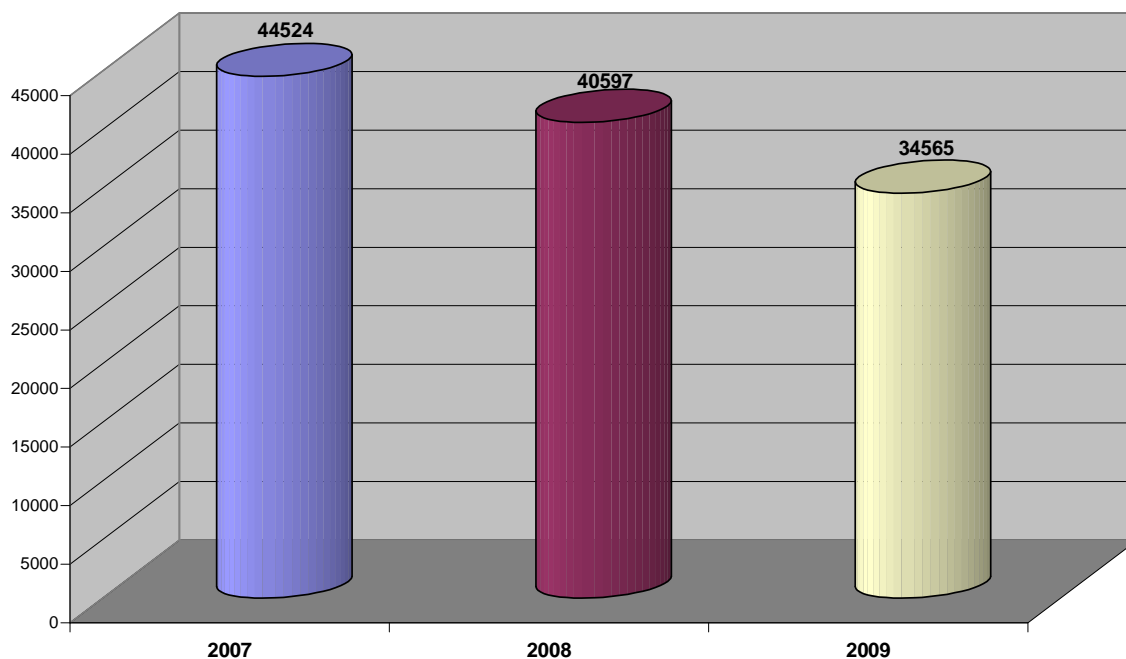
Gráfico 9
Total de roubos em Fortaleza, 2007-2009.



Fonte: SIP

O número de furtos (Gráfico 10) demonstra uma tendência de queda nos três anos. Em 2007 foram registrados 44.524 casos de furto, em 2008 houve uma queda de 8,82% no número de casos. Em 2009 os furtos foram 14,86% menores que no ano anterior.

Gráfico 10
Total de furtos em Fortaleza, 2007-2009.



Fonte: SIP

1.3 Conclusões

O número de vítimas de homicídios apresenta um valor diferenciado de acordo com a base de dados. Mesmo que órgãos diferentes apresentem metodologias de coletas e análises diferentes, os números apontam o crescimento dos casos de homicídios em Fortaleza. A capital cearense está na contramão da média nacional, enquanto a taxa média de homicídios apresenta uma queda, em Fortaleza temos tendência de alta. Muitos destas mortes poderiam ser evitados através de políticas sociais mais amplas, principalmente voltadas para a juventude, maior vítima deste tipo de violência.

Por outro lado, temos uma queda nos crimes contra o patrimônio. Com a base os dados que possuímos, não seria possível fazer uma afirmação que explicasse categoricamente a

queda nestes crimes. A causa pode estar relacionada à diminuição na predisposição dos indivíduos em registrar uma ocorrência policial. Também não podemos ignorar que em 2007 o governo do Estado do Ceará adotou uma nova estratégia de policiamento ostensivo com a implantação do Programa Ronda do Quarteirão. Para afirmar se a queda nos registros é decorrente de uma ou outra causa, ou ainda se existem outros fatores, seria necessário uma pesquisa de vitimização. Apenas com uma pesquisa deste tipo obteriam-se dados suficientes para comparar a quantidade do número de crimes contra o patrimônio efetivamente ocorridos e aqueles registrados.

CAPÍTULO 2- SEGURANÇA PÚBLICA: EQUIPAMENTOS E SERVIÇOS

Neste capítulo, procuramos mapear aqueles serviços públicos que estão acessíveis na área da segurança pública na cidade de Fortaleza, foram eles, a Guarda Municipal, as Polícias Civil e Militar e as Áreas Operacionais Integradas (AOPIs).

Foi realizado um levantamento quantitativo e administrativo desses órgãos, com a finalidade de transparecer seus efetivos e as condições operacionais que dispõem. Em relação à Guarda Municipal, além do levantamento de seu efetivo, procurou-se expor seus pelotões, descrevendo-os em sua operacionalidade.

No que diz respeito à situação das Polícias, houve maior acesso aos dados da Polícia Civil, que mostrou mais transparência, pelo menos no que diz respeito à situação atual de sua frota de veículos.

Em relação às fontes utilizadas, foram os próprios órgãos de segurança (Polícia Militar, Civil e Guarda), bem como realizamos levantamentos bibliográficos em dissertação de mestrado, livros e sites da internet.

No âmbito do levantamento dos equipamentos de segurança, achou-se relevante chamar a atenção para um serviço relacionado diretamente com a segurança pública, que são as AOPIs – Áreas Operacionais Integradas.

As AOPIs são espaços estrategicamente planejados, constituídos por conjuntos de bairros, os quais coincidem integralmente com a circunscrição de responsabilidade territorial de companhias de polícia militar e delegacias de polícia civil, conforme Portaria no 568/2003-GS2.

Tais órgãos de segurança pública, atuando numa AOPI, mesmo desempenhando atividades de forma integrada, conservam a natureza de suas funções, onde:

a) as companhias de polícia militar dispõem de armas, equipamentos e veículos, compreendendo carros, motos e bicicletas, para atendimento de ocorrências e patrulhamento

dos bairros. Os carros-patrolha estão equipados com computadores de bordo e sistema de localização por satélite (GPS). Em suas instalações, rotineiramente, são realizadas reuniões mensais e semanais para avaliação da qualidade do serviço que vem sendo prestado e quais os avanços obtidos no policiamento em geral;

b) as delegacias de polícia civil fazem investigações e registro de ocorrências, conduzem inquéritos, lavram autos de prisão em flagrante delito e TCOs (Termo Circunstanciado de Ocorrência), participam de blitz e operações conjuntas com a Polícia Militar. Nas Delegacias, os presos são monitorados por um circuito interno de TV, garantindo maior segurança à custódia. Os Sistemas de Informações Policiais (SIP) e de Identificação Criminal (SIC) estão à disposição para subsidiar os trabalhos técnicos em reduzido espaço de tempo.

Mapa das AOPIs no Município de Fortaleza (fonte SSPDS):



Das AOPIs existentes na cidade de Fortaleza, seis delas estão situadas em localidades onde ocorrem altos índices de violência, são elas as AOPIs I, II, III, IV, VI e VIII.

Relação das AOPIs por bairros:

a) AOPI I: Conjunto Ceará I e II; Genibaú, Bonsucesso, Granja Portugal, Granja Lisboa, Siqueira, Bom Jardim, Parque São José, Parque Jerusalém, Parque Santa Cecília, Parque Santo Amaro, Jardim Jatobá e Canindezinho (fonte SSPDS).



Uma das áreas da AOP I, conhecida como Grande Bom Jardim, tornou-se “Território da Paz”, pelo Pronasci (Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania) em 2009.

b) AOP II: Centro, Farias Brito, Rodolfo Teófilo, Benfica, Amadeu Furtado, Damas, Jardim América, São João do Tauape, Dionísio Torres, Joaquim Távora, Fátima, Parreão, Bom Futuro, Moura Brasil e José Bonifácio.



c) AOP III: Aldeota, Meireles, Varjota, Praia de Iracema, Mucuripe, Cais do Porto, Vicente Pinzon, Praia do Futuro I e II, Cidade 2000, Papicu, Cocó e Dunas (fonte SSPDS);



d) AOOPI IV: Pirambu, Monte Castelo, Vila Ellery, Presidente Kennedy, Alagadiço/São Gerardo, Parquelândia, Parque Araxá, Carlito Pamplona, Álvaro Weyne, Jacarecanga, Barra do Ceará, Cristo Redentor e Floresta (fonte SSPDS);



e) AOOPI V: Antonio Bezerra, Vila Velha, Guanabara, Quintino Cunha, Padre Andrade, Autran Nunes, Dom Lustosa, Henrique Jorge, João XXIII, Jardim Iracema, Joquey Clube, Pici, (fonte SSPDS);



f) AOP I VI: Parangaba, Bela Vista, Panamericano, Demócrito Rocha, Couto Fernandes, Montese, Vila União, Itaoca, Aeroporto, Itaperi, Serrinha, Dias Macedo, Castelão (fonte SSPDS);



g) AOP I VII: Professor José Valter, Araponga, Dendê, Manuel Sátiro, Jardim Cearense, Parque Dois Irmãos, Passaré, Mondubim, Conjunto Esperança, Parque Santa Rosa, Parque Presídio Vargas, Mata Galinha (fonte SSPDS);



g) AOP I VIII: Messejana, Cajazeiras, Parque Iracema, Barroso, Curió, Jangurussu, Coaçu, Paupina, Ancuri, Pedras, Palmeiras, Lagoa Redonda.



h) AOP I IX: Edson Queiroz, Salinas, Guarapés, Eng. Luciano Cavalcante, Jardim das Oliveiras, Aerolândia, Parque Manibura, Cambeba, Cidade dos Funcionários, Alto da Balança, Alagadiço Novo, Sabiaguaba (fonte SSPDS);



Os bairros que compreendem essas AOPIs apresentam características que contribuem para os diferentes tipos de delitos, cumulativamente ou não, como contra a incolumidade física das pessoas, o patrimônio, os costumes e a liberdade de ir e vir.

Essas ações delitivas acontecem devido à predominância, em certas áreas, de serviços bancários, comerciais e turísticos, inclusive com a presença de bares e restaurantes, sendo ainda residenciais. Outras se destacam pelas atividades comerciais prestadas, contando com a presença significativa de pessoas nas ruas durante o dia, no entanto, não têm peculiaridades dormitórias.

A AOPI I ainda é tão violenta que uma de suas áreas, conhecida como Grande Bom Jardim, tornou-se Território da Paz pelo Pronasci em 2009, a fim de reduzir os seus elevados índices de violência de maior e menor potencial ofensivo.

2.1 Guarda Municipal de Fortaleza

A Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza é o órgão responsável pela segurança pública do Município com uma proposta de policiamento comunitário. Tem como responsabilidade o patrimônio público, ecológico, cultural, arquitetônico e ambiental do município adotando como estratégias as medidas educativas e preventivas.

No âmbito da política municipal de Defesa Civil, a instituição desenvolve planos, programas e projetos referentes à prevenção, socorro, assistência e recuperação da comunidade em situação de risco, minimizando os desastres e restabelecendo a normalidade social. A missão da Guarda é colaborar com as políticas de segurança pública e garantir a execução da política de Defesa Civil no município de Fortaleza.

Hoje são: **1.658 servidores**, sendo **988 guardas municipais**, **5 inspetores**, **500 subinspetores**, **10 agentes de segurança institucional**, **114 agentes de Defesa Civil**, **29 agentes administrativos**, **8 auxiliares de serviços gerais**, **2 advogados** e **2 administradores**.

A Guarda Municipal é formada por cinco pelotões:

Pelotão Especial

O Pelotão Especial (PE) possui um efetivo de 105 profissionais, sendo 6 subinspetores e 99 guardas municipais. Sua função é atuar para manter o controle de manifestações em órgãos públicos municipais, fazer a segurança de autoridades do município, atuar em processos de reintegração de posse, promover a segurança em eventos municipais, dar apoio às ações da Defesa Civil, às operações de saturação e *blitz* em conjunto com outros órgãos de segurança pública, além de realizar a guarnição do Palácio do Bispo.

Para obter maior mobilidade e rapidez em operações urgentes, o PE conta com sete viaturas e quatro motos preservando a ordem pública 24 horas. O Pelotão Especial dispõe de equipamentos de proteção como escudos, capacetes, perneiras e de armas não letais, tais como: sprays de pimenta, tonfas, bombas de efeito moral e de gás lacrimogêneo.

Ronda Preventiva Escolar

O Pelotão Ronda Preventiva Escolar (ROPE) da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza foi criado há 6 anos pelo Decreto Nº 11.527 de 21 de Novembro de 2003 e publicado no Diário Oficial do Município no dia 23 de Novembro do mesmo ano. Possui um efetivo composto por 57 integrantes, sendo sete subinspetores e 50 guardas municipais. O Rope tem a missão de agir preventivamente monitorando diariamente, através de rondas motorizadas, o entorno das escolas municipais para garantir a integridade física dos agentes municipais e alunos, bem como a segurança patrimonial, coibindo atividades irregulares. O

efetivo atende no período de 24 horas e conta com o apoio de 3 motos e 4 viaturas, composto por 1 comandante, um motorista e 2 patrulheiros.

Além das atividades inerentes à ronda escolar, a equipe participa de operações junto a Defesa Civil e a Célula de Comando Operacional (Cecop) em manifestações de maior porte e segurança, como também em eventos promovidos pelo município.

O Rope recebeu treinamento para acompanhar as ações do Projeto Mulheres da Paz do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania (Pronasci), no Território de Paz. A capacitação teórica teve carga horária de 48 horas/aula e contou com 60 guardas municipais. As aulas abordaram sobre a disciplina técnica de abordagem comunitária e patrulhamento. Também foram temas as funções e atribuições dos guardas municipais, ética e direitos humanos, uso legal e progressivo da força, identificação do Território da Paz e noção de policiamento comunitário.

Outro trabalho do Rope é a Campanha de Desarmamento Infantil, na qual coordena e desenvolve nas escolas municipais. O objetivo é incentivar o hábito da leitura em crianças de 4 a 15 anos, através da troca de armas de brinquedo por uma revista infantil da Editora Abril, parceira da campanha.

Pelotão Guarda Comunitária

O Pelotão de Guarda Comunitária (PGC) foi criado em 22 de junho de 2008. É composto por 89 servidores, sendo 9 subinspetores e 80 guardas municipais. O PGC tem a finalidade do policiamento comunitário.

Os componentes foram capacitados para uma formação específica, para atuarem em qualquer posto e local, oferecendo um serviço de qualidade à população da cidade.

O sistema de ronda é feito por 5 viaturas. Cinco motos dão cobertura aos servidores, realizando rotas programadas no centro da cidade, parques e praças municipais. Os guardas do PGC fazem a segurança 24 horas nas bases comunitárias localizadas na Praça José de Alencar, Praia de Iracema e Lagoa do Porangabussu. No centro da cidade, a ronda é sistemática, bem como nos parques ambientais Rio Branco, Adahil Barreto, Horto Municipal Falconete Fialho e Zoológico Sargento Prata.

Pelotão de Salvamento Aquático

O Pelotão de Salvamento Aquático (PSA) da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza conta com um efetivo de 41 servidores, sendo 40 guarda-vidas e 1 instrutor físico.

Eles operam em seis torres de observação de 3,5 metros de altura, distribuídas na Orla Marítima, nas praias da Barra do Ceará, Carapebas, Praia de Iracema, Ponta Mar, Luzeiros e Náutico. Durante a semana o horário é de 9h às 14h, já nos finais de semana e feriado é estendido até às 17h.

Aos sábados, domingos e feriados os guarda-vidas dão cobertura na Lagoa da Maraponga, de 9h às 17h. Já na Lagoa do opaia o monitoramento é feito aos domingos, de 9h às 17h. O horário é de 9h às 15h e nos finais de semana até às 17 horas. São facilmente identificados pelo seu uniforme: camiseta branca com a cruz vermelha, boné e sunga azul. Os equipamentos utilizados são: bóias, nadadeiras, binóculos, flutuadores, cordas de resgate, farmácia de primeiros socorros, além de 1 bote motorizado para o resgate.

Unidade Operacional Patrimonial

A Unidade Operacional Patrimonial (UNIOP) é composta por 996 guardas distribuídos em 4 inspetorias.

A sua atribuição é o emprego diuturno e sistemático do conjunto de medidas técnicas, visando à proteção dos bens patrimoniais, serviços, instalações, bem como a garantia da cidadania dos munícipes.

Inspetoria 1

A Inspetoria I da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza possui um efetivo de 217 guardas municipais que realizam a segurança de áreas e patrimônios da Prefeitura Municipal de Fortaleza. O efetivo conta com o apoio de 1 viatura e 2 motos, com o objetivo de garantir segurança e tranquilidade dos munícipes.

Inspetoria 2

A Inspetoria II da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza possui um efetivo de 298 guardas municipais que garantem a segurança de órgãos públicos, hospitais e demais unidades patrimoniais da Prefeitura Municipal de Fortaleza, com o objetivo de assegurar tranquilidade do espaço físico e do munícipe.

Inspetoria 3

A Inspetoria III da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza possui um efetivo composto por 286 guardas municipais. O pelotão tem a missão de agir preventivamente monitorando diariamente as áreas e postos da Prefeitura Municipal de Fortaleza, garantindo a tranquilidade e segurança aos munícipes. O efetivo conta com o apoio de 1 viatura e 2 motos.

Inspetoria 4

A inspetoria IV – Terminais da Guarda Municipal e Defesa Civil de Fortaleza (GMF), possui um efetivo de 143 guardas municipais, atuando em sete terminais de integração de ônibus: Antônio Bezerra, Conjunto Ceará, Lagoa, Parangaba, Siqueira, Messejana e Papicu. O efetivo atende no período de 24 horas e conta com o apoio de 2 viaturas e 1 moto que realizam o sistema de rondas.

O Grupo de Apoio Móvel (GAM) da GMF, composto por 22 guardas, dá suporte às equipes fixas da Inspetoria dos Terminais com duas viaturas. O serviço é destinado, quando necessário, para o deslocamento de suspeitos para as delegacias, ou mesmo de pessoas vítimas de males súbitos.

Os integrantes da Guarda Municipal não têm permissão legal de portarem armas de fogo (revólveres, pistolas, etc), mas somente a “tonfa” (cassetete) bombas de gás lacrimogêneo, bombas de “efeito moral” e gás pimenta. No entanto, recentemente a Guarda adquiriu 50 pistolas “Taser”, que dispara pinos de metal que provocam descarga elétrica capaz de paralisar a vítima por cerca de dez segundos, tempo suficiente para que seja imobilizada (fonte, jornal O Povo, 28/01/2010).

2.2 Polícia Civil do Estado do Ceará

No município de Fortaleza existem 35 delegacias distritais e 15 delegacias especializadas. As delegacias especializadas são unidades policiais civis que trabalham com a repressão de tráfico de entorpecentes, o roubo, o furto, os homicídios, o que define cada unidade. Estas delegacias apóiam o trabalho das delegacias distritais (fonte SSPDS).

Quadro 1 - Delegacias de Polícia Civil em Fortaleza

Distrito	Bairro	Delegados	Inspetores	Escrivães	Total
1º Distrito Policial	Monte Castelo	2	11	3	16
2º Distrito Policial	Meireles	5	15	14	34
3º Distrito Policial	Otávio Bonfim	2	12	5	19
4º Distrito Policial	Pio XII	1	12	5	18
5º Distrito Policial	Parangaba	2	20	11	33
6º Distrito Policial	Messejana	1	11	3	15
7º Distrito Policial	Carlito Pamplona	3	18	13	34
8º Distrito Policial	José Walter	2	8	12	22
9º Distrito Policial	Praia do Futuro	1	7	3	11
10º Distrito Policial	Antônio Bezerra	2	12	9	23
11º Distrito Policial	Panamericano	2	12	2	16
12º Distrito Policial	Conjunto Ceará	3	18	15	36
13º Distrito Policial	Cidade dos Funcionários	3	8	7	18
15º Distrito Policial	Cidade 200	2	7	3	12
16º Distrito Policial	Dias Macedo	2	7	4	13
17º Distrito Policial	Vila Velha	2	8	3	13
19º Distrito Policial	Conjunto Esperança	2	8	4	14
25º Distrito Policial	Vila União	2	6	3	11
26º Distrito Policial	Edson Queiroz	1	9	4	14
27º Distrito Policial	João XXIII	3	9	3	15
30º Distrito Policial	Conjunto São Cristóvão	3	12	13	28
32º Distrito Policial	Parque Santa Cecília	2	17	4	23
33º Distrito Policial	Goiabeiras	2	9	3	14
34º Distrito Policial	Fabio Brito	4	22	13	39
35º Distrito Policial	Curió	2	10	4	16
Total		56	288	163	507

Quadro 2 - Delegacias Especializadas

Delegacias Especializadas	Bairro	Delegados	Inspetores	Escrivães	Total
Delegacia de Acidentes e Delitos de Trânsito	Centro	3	8	2	13
Delegacia de Proteção ao Turista	Praia de Iracema	1	10	3	14
Delegacia de Defraudações e Falsificações	Centro	4	17	12	33
Delegacia de Defesa da Mulher	Centro	3	17	11	31
Delegacia da Criança e do Adolescente	São Gerardo	5	20	11	36
Delegacia de Combate à Exploração da criança e do adolescente	Fátima	1	11	7	19
Delegacia dos crimes contra as administração e finanças pública	Centro	3	4	5	12

Delegacia de Combate ao crime contra a ordem tributária	Centro	3	7	5	15
Delegacia de Capturas e Polinter	Centro	2	20	5	27
Divisão Anti-Sequestro	Jacarecanga	2	23	3	28
Delegacia de Narcóticos	Centro	3	17	N	20
Divisão de Proteção ao Estudante	Centro	1	5	2	8
Delegacia de Roubos e Furtos	Aldeota	3	21	8	32
Delegacia de Roubos e Furtos de veículos e cargas	Centro	3	26	6	35
Delegacia de Homicídios	Fátima	7	25	15	47
Total		44	231	95	370

A Polícia Civil do Estado do Ceará conta com um efetivo de 2.100 servidores públicos. Esse total inclui policiais e demais servidores que desempenham funções administrativas.

2.3 Frota da Polícia Civil do Estado do Ceará

A frota de veículos da Polícia Civil do Estado do Ceará encontra-se na seguinte condição (fonte SSPDS):

a) Total geral de veículos no início de 2010 – 535

Dos 535, o total de veículos que estão ativos no ano de 2010 – 476

Veículos cedidos à Secretaria de Segurança Pública e Defesa Social - SSPDS – 4

Veículos sob comodato à Polícia Militar devolvido para Leilão – 2

Veículos leiloados – 43

Veículos disponíveis para Leilão – 10

b) Veículos adquiridos no atual governo

Hilux adquiridas em 2007/2008 – 27

Motocicletas Falcon adquiridas em 2007 – 10

Motocicleta Falcon adquirida em 2008 – 1

Veículos oriundos do jogos do PAN – 2008 – Secretaria Nacional de Segurança Pública SENASP – 4

Clio Sandeiro – adquiridos em 2008 – Fundo de Desenvolvimento Social - FDS – 5

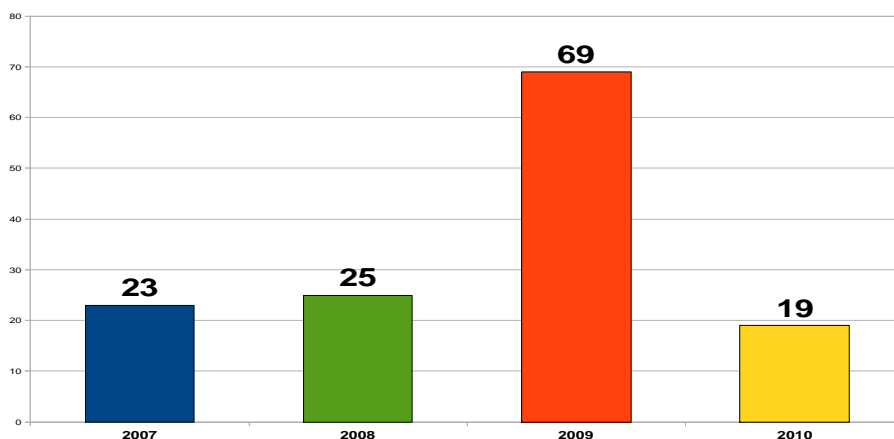
Micro Ônibus VW 2008 – SENASP – 1
 Hilux SRV – adquiridas em 2009 – SENASP – 6
 Hilux SRV – adquiridas em 2009 – FDS – 51
 Clio Sandeiro – adquiridos em 2009 – SENASP – 6
 Moto Dafra – adquiridos em 2009 – SENASP – 6
 Caminhão reboque – adquirido em 2010 – SENASP – 1
 Ambulância – adquirida em 2010 – SENASP – 1
 Celta 1.0 – adquirido em 2010 – FDS – 1
 Ford Fiesta – adquirido em 2010 – SENASP – 1
 Pick Up Ranger – adquirida em 2010 – SENASP – 1
 Moto XRE 300 – adquirida em 2010 – SENASP – 12
Total – 136

c) Perfil do total ativo da frota

Ótimo estado de conservação – 136
 Bom estado de conservação – 41
 Regular estado de conservação – 113
 Péssimo estado de conservação – 184
Total – 474

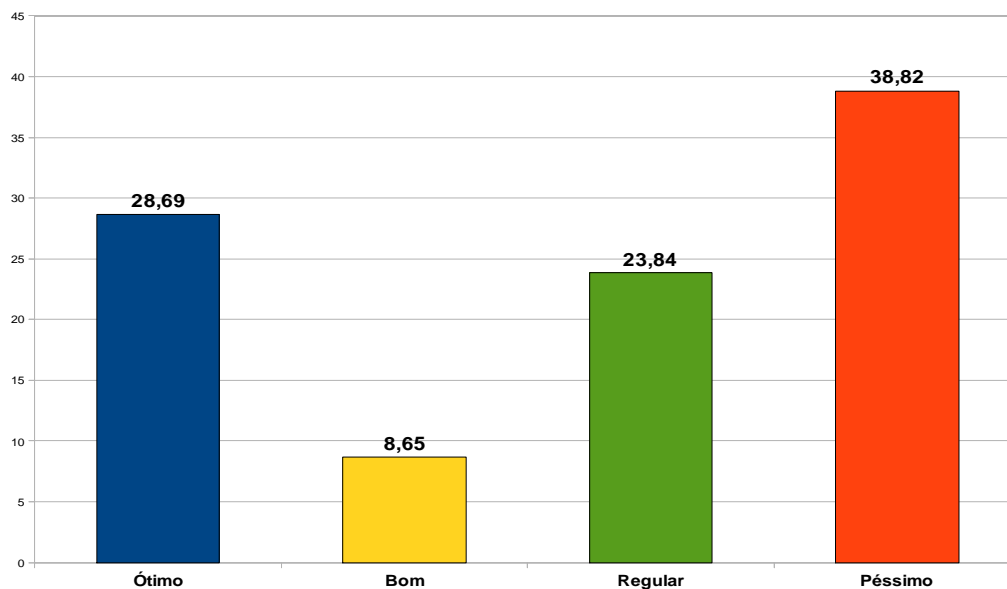
Veículos baixados para manutenção Total – 51

Veículos adquiridos no atual governo – Polícia Civil



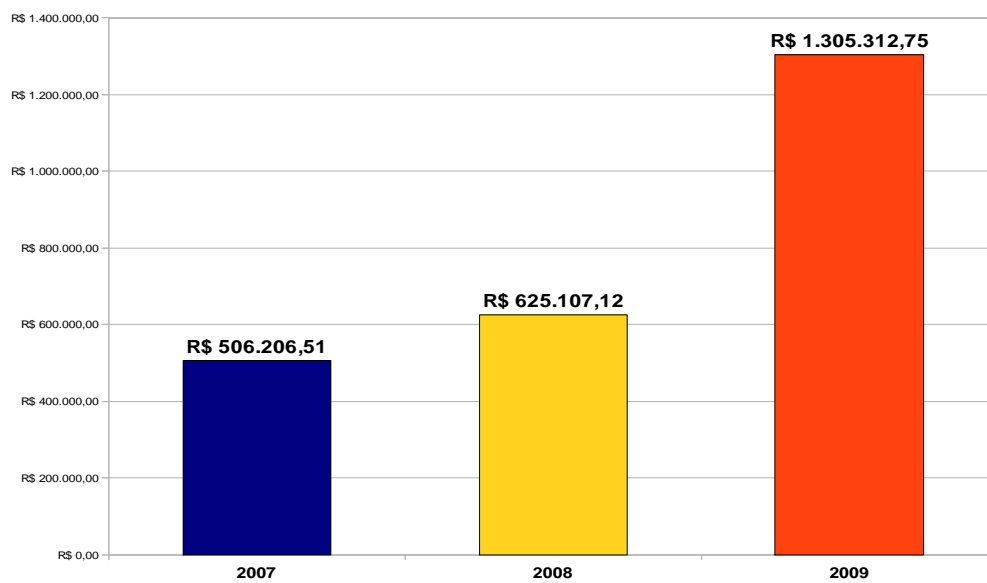
(fonte SSPDS)

Condições da frota de veículos - Polícia Civil



(fonte SSPDS)

Gastos com a manutenção da frota – Polícia Civil



(fonte SSPDS)

2.4 Polícia Militar do Estado do Ceará

A Polícia Militar é dividida em Companhias, Batalhões e Pelotões, sob a liderança do Comando Geral da Polícia Militar.

O efetivo ativo real da PMCE é de 15.191 policiais, já contando com as aquisições funcionais do último concurso público da PM, muito embora a previsão legal seja de 17.551 (Lei no. 6.830/06). Ou seja, há uma quantidade inferior ao que é previsto em lei.

Só o BPCOM (Batalhão de Policiamento Comunitário) tem um total de 2.645 militares, o maior número de policiais de todos os outros da PMCE, por exemplo, o BPChoque conta com 445, e as 5 Companhias do 1º. Batalhão de Polícia Militar 974 integrantes em seu efetivo real, o 2º. Batalhão, com suas 5 Companhias, conta com 1.218 e o Pelotão de Motos 131.

CAPÍTULO 3 - REPRESENTAÇÕES, OLHARES E REFLEXÕES

Neste capítulo, são apresentadas e analisadas as formas de perceber e avaliar os problemas referentes à segurança pública e à cidadania na cidade de Fortaleza por variados segmentos da população, bem como de suas perspectivas de melhorias para a cidade. No intuito de apreender *representações, olhares e reflexões* das categorias sociais com as quais realizamos a pesquisa, utilizamos a metodologia dos grupos focais. Trata-se de uma ferramenta para coleta e avaliação de dados qualitativos que recorre a um agrupamento interativo, em que pessoas são reunidas para a discussão de temas apresentados pelo pesquisador. Uma das vantagens desta técnica é a possibilidade de resguardar a identidade dos participantes.

Nos tópicos seguintes, são relatados de maneira detalhada cada um dos grupos focais realizados.

3.1. Delegados de Polícia

Esta parte visa apresentar as discussões no âmbito do grupo focal realizado com Delegados da Polícia Civil do Estado do Ceará. O grupo foi formado por delegados de setores de inteligência da Polícia Civil, delegados titulares de delegacias especializadas, titulares de delegacias localizadas em bairros de baixa renda e titulares de delegacias localizadas em bairros nobres da cidade de Fortaleza.

3.1.1. Auto-Identificação e ponto de vista da categoria.

De acordo com os participantes, tanto a sociedade, como os governantes não reconhecem devidamente o trabalho da polícia civil. Primeiro não é clara para população a distinção jurídica entre o trabalho da Polícia Civil (PC) e o da Polícia Militar (PM). Para muitos, os policiais civis deveriam “estar na rua”, isto é, realizando o patrulhamento ostensivo, que na realidade é função da PM. Também existem aqueles que acreditam haver ingerência por parte do delegado no trabalho da PM, recorrendo à delegacia para solicitar a “presença do Ronda”. Mesmo havendo confusões entre as funções específicas, dentre os órgãos de

segurança e justiça (polícia militar, ministério público, defensoria pública, etc.) a polícia civil é aquela que, segundo os policiais civis, tem a maior credibilidade entre a população.

[...] a sociedade não sabe muitas vezes nem distinguir qual é o trabalho do delegado de polícia, confunde polícia civil, com militar, militar com civil, tanto é que às vezes chegam nas delegacias querendo que a gente mande uma viatura do ronda pra determinado local como se a gente tivesse alguma ingerência sobre a polícia militar e não existe isso... São trabalhos distintos, mas por não conhecer direito o trabalho da polícia civil e do delegado especificamente acabam recorrendo a delegacia com esse tipo de problema, querendo esse socorro por conta disso, que não conhece direito qual é o trabalho do delegado de polícia civil. [Participante do Grupo Focal].

Os participantes identificam que existe uma visão deturpada do delegado de polícia, que são considerados, por alguns, como “autoritários”, “arrogantes”, “ignorantes” e “violentos”, além do fato de que trabalhar numa delegacia é pejorativo.

[...] eu já estive conversando com umas pessoas e. numa churrascaria e depois de um tempo o pessoal falava “rapaz mais nem acredito que você é delegado de polícia”. Agora por quê? Qual é a imagem do delegado de polícia? Que usa um cordão pendurado no pescoço da grossura de dois dedos, a imagem que o Casseta e Planeta faz naquele quadro, com aquele delegado é depreciativo. [Participante do Grupo Focal].

Fora isto, muitas vezes, os participantes relatam que em determinados círculos sociais de convivência muitas vezes são identificados apenas em função de sua profissão, não como um indivíduo em si. Um delegado apontou que onde reside é conhecido como “o delegado”, “ali vai a mulher do delegado”, “o filho do delegado”, etc.

Esta “visão deturpada” incomoda na medida que os delegados possuem a mesma formação jurídica de juízes, promotores, desembargadores etc., e estes profissionais são vistos de maneira totalmente diferente pela população. “[...] eles esquecem que nossa formação é uma formação jurídica, como do promotor, como do juiz. Eu tenho colegas promotores, juízes, procuradores da república que foram meus colegas de faculdade.”[Participante do Grupo Focal].

Os delegados ressaltam a dificuldade de seu trabalho por estarem sempre “no meio da confusão”, “no quente” da delegacia, tendo que tomar uma posição sobre a instauração ou não de um inquérito. Apesar disto, mesmo que o inquérito seja peça fundamental no sistema

jurídico, os delegados não recebem o devido reconhecimento, mesmo que este trabalho faça com que quando “chega lá em cima”, isto é, no ministério público, no juiz, tudo seja mais fácil.

[...] a importância da polícia civil, ela é crucial. Porque nós é que analisamos o fato tido como ilícito, então se não houver esse escopo da polícia civil não vai ter o resultado jurídico na prática. A polícia militar, está na rua para fazer um trabalho ostensivo, a parte investigativa cabe a polícia civil, a parte de análise de um fato cabe a polícia civil, após a apresentação das provas que nos são apresentadas, dos dados que são produzidos, nós é que vamos, com análise distou ou daquilo, resolver pelo indiciamento ou não de uma pessoa. Então a polícia civil dentro desse sistema jurídico como um todo ela se torna essencial. O inquérito policial, por mais que a gente ainda tenha no nosso ordenamento jurídico que ele é dispensável, eu pessoalmente já eu posso lhe dizer com toda certeza que 99% no mínimo das denúncias são baseadas num inquérito policial. [Participante do Grupo Focal]

Uma coisa é certa, se o inquérito policial tiver conforme tem que ser feito, dentro do tempo da investigação, entendeu? Temos condenação certa. A importância é exatamente, a importância do delegado. Se tiver um delegado de polícia com condições, com boas condições, com policiais para investigar, certamente, vai gerar um inquérito bem feito e uma futura, certamente um futura condenação. [Participante do Grupo Focal]

A delegacia é local onde a população recorre contra as “injustiças”, contra o serviço público deficitário, para pedir que se dê “conselho” a fulano, e apontam “e nós ainda chamamos”. Isto é, além de realizar o trabalho jurídico, muitas vezes os delegados fazem “trabalho social”, pois as delegacias são umas das poucas instituições públicas que ficam abertas 24 horas.

[...] é um dos poucos órgãos público que apesar de deficitário, com falta de pessoal e tudo, está aberto 24 horas. Eu me lembro de um fato, que se estava se discutindo a criação de uma taxa de iluminação pública, sei lá, e entrou lá uma senhora bem idosa querendo falar com o delegado. Então eu estava indo pra porta e fui atender, ela lá aí ela começou a gritar comigo: “como é que vocês vão cobrar taxa de iluminação pública?” Quer dizer, foi o órgão público que ela encontrou aberto para o desabafo dela, entendeu? [Participante do Grupo Focal]

[...] é comum ver uma briga de vizinhos por causa de esgoto que passava em frente... Eu disse olha tem aquele... Como é que chama? Da regional? “Não doutora mais eu não confio não eu quero que resolva o meu problema aqui, eu não confio ir para lá”. [Participante do Grupo Focal]

Os delegados se consideram defensores da “cidadania e da legalidade”. Mesmo que PM seja responsável pelo patrulhamento ostensivo, o que importa na realidade, na visão deles, é a tomada de decisão, sobre a legalidade ou ilegalidade do fato ocorrido. Eles são responsáveis muitas vezes por evitar “injustiças” cometidas por outras instituições policiais, pois devido ao seu conhecimento jurídico decidem quem vai ou não ficar preso. Isto não significa que uma função seja mais importante que a outra, mas sim que cada uma tem a sua especificidade.

Delegado de polícia a meu ver é o grande defensor da cidadania e da legalidade, em primeiro lugar é o delegado... Porque como todos os colegas aqui sabem, o padrão, o expediente, tanto faz, o trabalho que é feito na rua, pela polícia militar, ou por policiais civis também não importa... Se ele detecta um fato criminoso que leva até a delegacia, quem vai tomar a decisão sobre quem vai ficar preso, o que vai ser apreendido, o que vai ser devolvido e qual o encaminhamento a partir dali é o delegado de polícia. Então ele é que é o grande defensor da cidadania e porque é ele que barra muitas vezes algumas arbitrariedades que são cometidas nas ruas. Pessoas inocentes deixam de ser presas por conta justamente disso, do delegado de polícia que é ele que vai fazer a análise dos fatos, tanto do fato em si como juridicamente. Então é ele que vai dizer: “nesses fatos aqui que você está me trazendo, vai ficar preso fulano, cicrano. Essa pessoa não vai ficar presa porque ela não participou da ação criminosa”. Justamente por conta do conhecimento jurídico que o delegado tem. Quando o fato chega ao juiz ou ao promotor, é só papel sem emoção. O trabalho do delegado tem dois pesos porque? Tanto juridicamente ele vai ter que tomar uma decisão correta, como também com relação ao próprio fato que tem uma carga de emoção muito grande, porque quando chega na delegacia, quando chega uma pessoa presa, chega uma pessoas às vezes com ferimento, sangrando. Todo mundo fica com os nervos a flor da pele. [Participante do Grupo Focal]

A PC é responsável por localizar e apresentar presos e suspeitos, além de realizar os inquéritos policiais. Atualmente não existem policiais civis suficientes para realizar nem uma das tarefas, que dirá as duas. No entanto, quando chega uma notificação do Ministério Público, embora esta seja uma atribuição dos oficiais de justiça eles são obrigados a cumprir. Também apontam que muitas vezes recebem encaminhamento de outros órgãos, que não conseguiu localizar determinada pessoa, mesmo que o endereço esteja correto. Mas existem casos em que a localização é muito difícil:

[...] eu naquela, na área que eu atuo tem muito morador de rua, os pobres desamparados pela vida, pelo estado e que cometem delitos. Então esse camarada não tem uma identidade, não tem um local de residência e chega lá,

lesionou o outro, deu uma facada no outro e o cabra está morre ou não morre, de lesão grave a tentativa de homicídio. Aí eu vou ter que colocar o nome que ele me der, o endereço ele não tem, ele mora na área da praça Portugal, mora nas calçadas, aí eu tenho que mandar isso para a justiça e a justiça me manda de volta para eu dizer para o oficial de justiça onde ele deve ir. Aí eu digo “no meio da rua”, e quem que vai atrás no meio da rua, dos moradores? [Participante do Grupo Focal]

O trabalho policial sofre restrição na medida que não acesso às informações estatísticas gerais sobre violência e criminalidade que não são repassadas aos delegados. Esse tipo de informação é vital para elaboração de estratégias de combate a violência e a criminalidade.

[...] aquelas informações que não estão nas estatísticas, que não estão nos dados, podiam entrar, [...] pegar os dados de violência e botar lá [na base de dados que os policiais civis tem acesso]. O homicídio aumentou, o roubo aumentou, mas não temos acesso a essas informações, sabemos que a segurança pública tem dificuldades, os casos crescendo, mas é bom ouvir as informações, mas a gente não tem acesso. Porque tudo isso influencia na hora de ter uma segurança pública, termos uma informação sobre os delitos, é justamente estas informações que a gente quer obter, são simplesmente dados que a gente possa pegar, subiu aquilo, aquilo outro, justamente informações que a gente acha importante. [Participante do Grupo Focal]

Em síntese, os delegados entendem que são “policiais diferenciados”, devido a sua formação jurídica. Ressentem-se pelo fato da população não compreender o trabalho da polícia civil e por não terem o reconhecimento, status e os benefícios que outras carreiras jurídicas possuem. Entendem que seu trabalho não recebe o reconhecimento devido por parte do estado, embora seja de grande importância para a sociedade e o sistema jurídico como um todo.

3.1.2. Concepções e valores

A segurança pública não é apenas um “caso de polícia”, não depende só da polícia. A falta de políticas públicas para educação, trabalho e moradia também são fatores fundamentais que contribuem para o aumento da violência e da criminalidade.

Bom, eu acho que a questão da violência não é policial em si. A polícia recebe o resultado da ausência de política pública então não depende só da polícia. Eu acho que essa cultura é que tem que ser disseminada e a gente

tem que deixar isso muito claro. A Polícia esta ali numa situação que nos leva a vida, resolver o problema de ausências de educação, ausência de trabalho, ausência de moradia, é bem mais complexo do que apresentam somente para gente. [Participante do Grupo Focal]

E com o crescente aumento da violência e da criminalidade fica impossível para a policia civil absorver toda a demanda com a atual estrutura existente, algumas delegacias chegam a acumular mais de dois mil inquéritos.

Então você imagina a procura que é feita ao policial civil, ao delegado de polícia civil, a delegacia de policia civil. Quando na verdade a estrutura ela não nos dá esse apoio de retribuição. Então eu acho que o grande problema hoje é a ausência de material humano, em especial para nós ficarmos satisfeitos. [Participante do Grupo Focal]

Em determinados momentos os concursos públicos, para delegados, ocorreram apenas de dez em dez anos, isso faz com que a entrada de novos delegados não seja suficiente para cobrir a demanda, já que um número equivalente de delegados se aposenta no mesmo período. Segundo informou um participante o último concurso para delegado foi em 2006 e até o presente momento nenhum dos aprovados no concurso foi convocado para trabalhar. O mesmo caso se repete em relação aos inscrivães cujo ultimo concurso ocorreu em 2004 e muitos ainda não estão trabalhando.

Além disso, os delegados fazem “mais do que podem” levando em consideração as condições precárias de material humano e de equipamentos que tem disponível para trabalhar. Foi informado que cada delegado recebe quinze balas por ano, não para treinamento, mas para manter a arma carregada, se quiser treinar deve pagar a munição do próprio bolso. O resultado é que muitos policiais não têm treinamento adequado no uso da arma de fogo.

Os delegados ressaltam que caso participem de algum um “tiroteio”, não existe nenhum tipo de tratamento psicológico “pós-trauma”. O que ocorre apenas, em muitos casos, é somente uma investigação por parte da corregedoria. Os delegados sentem necessidade de um acompanhamento psicológico, não apenas depois de uma situação traumática, mas recorrente,

devido o stress a que são submetidos diariamente, sendo que “alguns policiais que conhecem” recorrem ao álcool e a medicação como válvula de escape.

[...] era para ter um acompanhamento, eu acho importante. Acho que deveria ter mesmo um acompanhamento psicológico e não só nessas situações [de tiroteio] mas se um policial tivesse algum problema, como normalmente todos nós temos, a diferença é como você lida com esses problemas, uns lidam da melhor forma e outros da pior forma, daí os índices de alcoolismo, dependência a medicamentos dentro da polícia, porque um lida melhor e outro lida pior com essa situação. Um acompanhamento psicológico seria importantíssimo em qualquer situação, porque se você tiver uma situação de stress, de tiro, isso é uma vez na vida, pode ser que tenha mais, depende da sorte que você tenha, mais as situações de stress dentro da polícia são constantes, da hora que você chega até a hora que você sai. [Participante do Grupo Focal]

Além do ritmo incessante da delegacia, a falta de delegados obriga que todos, num determinado momento, “tirem o plantão”, ou seja, trabalhe 24 horas, por 72 de folga, ou trabalham 14 horas e folgam 24 horas. O regime ideal seria de 12 horas durante o plantão e 6 horas no horário regular. Embora atualmente o horário regular seja de 6 horas, os delegados apontam que este horário é fictício, pois o tempo que ficam na delegacia ultrapassa essa carga horária, devido a grande quantidade de inquéritos acumulados e o trabalho contínuo da delegacia que nunca cessa.

Fora do horário de serviço, além da probabilidade de ser “assaltado” a que todo cidadão está sujeito atualmente, por ser um “cidadão diferenciado”, como todo policial, afora o risco de ter perdas econômicas, os delegados sublinham que estão sujeitos a perderem a vida, pois o “delinqüente joga no outro time”. A atenção deve ser redobrada, aonde vai, quando vai, uma moto que se aproxima, sentar no “fundo” do restaurante, ou seja, uma vigilância constante. O policial “paga um preço mais alto que os outros cidadãos”, que não é reconhecido pela sociedade. Ainda deve lidar com as ameaças de morte de “traficantes e seqüestradores”, que segundo os próprios delegados, é “valendo, e não é brincadeira”.

Olha! Nós somos cidadãos diferenciados, eu sempre digo o seguinte como você perguntou, como é que sente o cidadão com relação à violência? A situação de violência que vivemos em nosso país, mas especificamente no estado do Ceará, não é muito agradável a nenhum cidadão e eu como

cidadão comum não me sentiria bem. A gente tem que escolher uma hora ou um lugar para ir sobre pena de se errar nessa escolha, ser roubado que é o nome técnico correto para o assalto, vou usar o nome popular mesmo, para não ser assaltado, para não ter a probabilidade maior ou menor de ter meu carro roubado e tudo mais. Agora nós delegados de polícia somos cidadãos diferenciados, o policial é um cidadão diferenciado e eu sempre digo que a gente paga um preço mais alto do que qualquer cidadão por ser polícia. Aí aqui vai entrar tudo, policial militar, federal, rodoviário federal, policial civil, seja quem for, por quê? Se você vai sofrer um assalto o cidadão perde o relógio, perde o celular ou perde a carteira. Se eu sou assaltado meu risco de perder a vida é muito maior do que qualquer cidadão porque o delinqüente me mata por eu ser policial, é como se você tivesse dois times o de lá e o de cá. [Participante do Grupo Focal]

As delegadas ressaltaram a preocupação a mais que devem ter com os filhos, evitando que estes comentem com os colegas que a mãe é delegada. Além da preocupação com a própria segurança a uma cobrança com a “integridade dos outros, dos familiares”.

Eu e minha filha, estávamos saindo da casa de uma amiga, a gente tem que ter todo cuidado, não pode relaxar um pouco mas eu relaxei e não prestei atenção. Chegou um carro com dois elementos, botaram a pistola na minha cabeça, botaram uma pistola na minha filha e roubaram o carro e roubaram a minha bolsa. Minha sorte que eles não viram a minha carteira se não eles matariam naquela hora. Fora o transtorno que aconteceu minha filha que passou uma semana sem dormir direito de tão nervosa. Ela ficava repetindo mamãe colocaram a camisa aqui no rosto, num foi? [Participante do Grupo Focal]

Por ter “conhecimento” maior da violência do que um “cidadão comum” a atitude é sempre vigilante, um estado psicológico que mantém sempre o delegado preparado para “situações de violência”. Com a agravante que os delegados são principalmente vítimas, muitas vezes não “por maldade do meliante”, mas por medo da vítima ser um delegado que pode prendê-lo.

Para a sociedade, mesmo não “estando de serviço”, o delegado tem a “obrigação” de agir caso ocorra uma situação de conflito, se não fizer nada é taxado de “omisso”. E se agir, ou reagir e “ferir ou matar”, em uma festa, por exemplo, o que para o “cidadão comum” seria considerado legítima defesa é visto como “abuso”. Para evitar tais situações os delegados apontam que são raros os momentos de lazer, sendo preferido ficar em casa.

Você paga de qualquer maneira, sendo que é melhor você não estar no local. Mas se por acaso ocorrer uma desgraça, por dizer assim, você chega baleiar alguém e morre, até em legítima defesa, ora, sai [na imprensa] “delegado de polícia matou ou feriu algum em uma festa”. Como é que um delegado vai a uma festa dessas?. O que seria uma legítima defesa de qualquer cidadão, se for feita por um policial já é um abuso, pronto, todo mundo toma como abuso. Outro cidadão, na mesma situação faria a mesma coisa, mas você como policial tem que ser um super-homem. [Participante do Grupo Focal]

Os delegados também ressaltam o tratamento dispensado pela imprensa, que segundo os mesmos, desconhece o nível de stress existente numa ação policial. Questões como “porque a polícia não atirou na mão do bandido?” representam nada mais do que a tentativa de transformar a realidade “num filme policial”, sem levar em conta o stress decorrente de uma situação de vida ou morte.

[...] vou até citar um exemplo. Não sei tem algum parente de alguém aqui, se tiver, por favor, me desculpe. Bom aconteceu um episódio, se não me engano com um capitão que matou dois jovens. Foi passada pela imprensa uma situação que na realidade não foi bem o que aconteceu. Aquele capitão ficou numa situação em que ele ou atirava ou ele ia apanhar e perder, vamos dizer, assim o respeito. Tudo errou no excesso, mas não passou que ele foi chutado, não passou que as pessoas o agrediram, bateram num ser human, que tem suas reações. Então ele foi totalmente crucificado, ninguém viu, eu não estou fazendo a defesa dele aqui não, estou dizendo que ninguém viu e ninguém parou para analisar o que foi que houve ali, ele apanhou e talvez o único meio que ele tinha naquele momento foi atirar. [Participante do Grupo Focal]

A atual política de segurança pública, baseada apenas em grandes investimentos, é considerada midiática e sem resultados práticos. Enquanto a PM recebe investimentos, a PC pena com falta de pessoal, equipamentos e tem uma carga horária abusiva e irracional. Não existe nenhum acompanhamento psicológico, numa profissão onde o stress é contínuo, agravado por uma corregedoria que não investiga e apenas deseja punir.

3.1.3. Reflexões Prospectivas

Há uma forte descrença em relação ao futuro. A idéia é que a situação só tende a piorar, como hoje já está pior do que era a quatro, seis anos atrás. Embora o desejo seja de

melhora, a tendência é que a violência seja cada vez maior e as condições de trabalho cada vez piores.

Falando em perspectiva vou aproveitar aqui e até perguntar aos colegas se eles têm o mesmo sentimento que eu e mais alguns com quem eu tenho conversado tem. Quem vai fazer a pergunta agora sou eu com relação aos colegas. Vale a gente perguntar aos colegas. Tenho tido esse sentimento e pergunto a vocês se vocês tem tido e se forem analisar as nossas condições são tão ruins hoje quando eram no início, vamos dizer quatro anos atrás, seis anos atrás. Mais o sentimento que eu tenho é uma desesperança muito grande parece que tiraram a única coisa que a gente tinha lá atrás, era à esperança de isso aqui melhorar. Hoje o meu sentimento é de tristeza, apatia em relação a tudo o que esta acontecendo porque eu não vejo o amanhã e quando tiram do ser humano a esperança do amanhã, ele não é nada hoje! [Participante do Grupo Focal]

Este sentimento, no entanto não é consensual, pois alguns participantes relataram que ainda tinham um pouquinho de esperança. Essa esperança, no entanto, não se refere exatamente a uma possível melhoria na sociedade, mas sim a uma situação pessoal mais tranqüila que poderia ser atingida na aposentadoria, embora existe uma grande incerteza quanto ao futuro profissional, no que diz respeito a melhorias das condições de trabalho, de salário, de uma carreira jurídica e quanto ao futuro da policia civil.

Rapaz eu não sei não. Eu não gostei muito de ter escutado o [...] dizer que ta sem esperança. Ele tem um pouquinho ainda de esperança como eu acho que todo mundo tem, eu tenho e não vou mentir não. Pode ser que lá para os finalmente, quando eu estiver pertinho de me aposentar, e eu quero que seja daqui a dez anos. [Participante do Grupo Focal]

O aumento da criminalidade e da violência, em Fortaleza e no Ceará, conforme ressaltada por um participante, leva a crer que a situação se torne cada vez pior. Um dos fatores que reforça essa perspectiva é a falta de políticas eficientes, seja na área social, seja na área de segurança pública.

A história é essa, você não vê ações efetivas no campo social, que poderiam no campo de elaboração de leis que poderiam reprimir um pouco mais o crime, dar suporte a segurança pública como deveria ser dado. Então, eu não posso dizer a você que vai melhorar. Escreva e você vai ver, você vai ver os dados lá na frente. Qual o resultado? Me dê o resultado dos dez anos? Nós temos um crescimento de homicídios nos últimos dois, três anos na ordem de 40% de um ano para o outro, uma coisa absurda. Agora, ações totalmente equivocadas, erradas, que se tornaram um peso para os nossos políticos! Então eu não vejo como se isso vai mudar, a questão da violência também não vai mudar

infelizmente, infelizmente se você for contar dez anos, vinte anos atrás e você verificar a Fortaleza daquela época você não via coisas que hoje você vê. Você vê uma audácia cada vez maior dos criminosos que você não via. Hoje um sujeito toma uma cidade inteira, para a cidade, pega as armas dos policiais e rouba um banco. Quem ouviu falar disso no estado do Ceará? Quem ouviu falar disso no estado do Ceará? Então infelizmente nós temos que nos prepara para conviver com isso, infelizmente. [Participante do Grupo Focal]

As constantes mudanças efetuadas na política de segurança pública, toda vez que ocorre uma mudança de governo, foi apontada pelos delegados como uma das causas que dificulta um combate mais eficiente contra a criminalidade e a violência. Se cada novo governo deseja imprimir sua marca, ignorando as boas práticas adotadas em governos anteriores, torna-se impossível traçar estratégias de médio e longo prazo que tenham resultados efetivos no combate à violência e à criminalidade. Uma política eficiente deve passar necessariamente por um diálogo entre os dirigentes políticos e aqueles que combatem diariamente a violência e a criminalidade, isto é, os policiais.

Aí você há de me perguntar, mas então porque que não mudou isso [a política de segurança]? Porque o senhor sabe disso! Tem alguém que deve saber também, porque que isso não muda? Porque às vezes quem sabe e quem poderia falar está aqui, e daqui, não passa. Não passa, não passa, ou nunca vai fazer um debate desse aqui, vamos sentar aqui numa mesa redonda, ou meio quadrada aqui, bom vamos sentar aqui e vamos debater a violência com quem decidiu segurança pública. Não vai existir isso. [Participante do Grupo Focal]

É rapaz, em segurança pública você só vai ter algum resultado efetivo em ações que levem médio ou longo prazo, infelizmente não está na cultura dos nossos políticos investirem em ações que levem resultados a outros governos. [Participante do Grupo Focal]

Além de uma política de segurança pública que estabeleça estratégias de médio e longo prazo, os delegados também apontam para a necessidade de uma política social mais eficiente. A ausência do estado possibilita os “traficantes tomarem o poder”. É importante que existam políticas que ofereçam uma perspectiva aos jovens, que atualmente são alvos fáceis dos traficantes.

Como é que ele [o jovem] vai poder sonhar em ser alguém um dia? O que está acontecendo hoje em dia, o traficante pega ele antes, rebola um revólver na mão desse menino, que já é um negócio que você fica encantado. A arma é algo que fascina isso em qualquer criança, todo tipo. E ele consegue transformar esse menino num monstro e é isso que esta

acontecendo e cada vez mais novinhos, de dez, onze anos. O que era para o estado fazer, o estado que eu digo o poder publico, e a sociedade também, era para a escola publica ter mais atrativos do que aquela vida que os traficantes estão oferecendo, aquela ilusão que eles estão oferecendo. A realidade é essa e isso esta piorando e vai piorar, vai piorar cada vez mais. [Participante do Grupo Focal]

Os jovens crescem em favelas dominadas por traficantes, “e os meninozinhos olhando aquilo ali, geralmente o dono da bocada só anda armado e o menino vai crescendo vendo aquilo ali e tudo ele acha bonito”. Diante do fato de que o Estado não lhe oferece perspectiva, a sociedade idem, a escola não oferece atrativos, resta a ilusão que os traficantes oferecem.

A questão da violência tem que ser combatida em várias esferas, com uma legislação penal e uma legislação processual-penal eficientes, dar uma estrutura melhor a todas as polícias e fazer com que o crime seja desinteressante.

[...] porque por enquanto o crime é interessante, se você tem um índice de um, dois por cento de descobrimento de pessoas autoras de homicídios, o crime se torna interessante. Porque se eu fujo de uma ação, de uma prisão em flagrante, sei que há impunidade, isso é interessante. Então fica difícil ainda para nós dizermos efetivamente para melhora isso, porque eu acho que tudo aquilo que nós podemos fazer nós já estamos fazendo. Nós temos as nossas limitações e dentro dessas limitações nós já fazemos tudo, nós temos horas a mais de trabalho, estamos tendo uma dedicação imensa ao nosso trabalho, então eu acho que em questão de violência é uma questão que tem que ser atacada em todos os setores. [Participante do Grupo Focal]

Nas atuais condições os delegados consideram que já fazem o máximo possível. Contribuem com dedicação, competência e compromisso. Para, além disso, seria necessário “revitalizar a polícia, contratar mais delegados, inspetores, policiar a perícia material e de gente. Quem está na policia gosta de estar na policia e valorizar a carreira”.

Nós já chegamos as oito, nós já ultrapassamos o nosso horário de trabalho, a gente leva trabalho para casa, a gente não tem tempo para a família, mas o quê? Porque o trabalho ele não é para ser uma escravidão e para gente ele é uma escravidão física e mental. A gente se cobra muito, a gente quer resultados, nós não gostaríamos que a violência estivesse crescendo, nós buscamos evitar que isso ocorra, mas isso não depende só da gente, as ações que nós podemos implementar todas elas nós fazemos, nós temos compromisso. Nós somos homens e mulheres de valor, a gente quer que nossos filhos olhem para a gente e digam, ” poxa, meu pai e minha mãe são admiráveis, trabalham muito para que a gente melhore um pouco mais o

nosso país”, e nós queremos que o nosso país melhore o nosso estado principalmente. Mas não depende só da gente, o nosso papel nós estamos fazendo muito além do teríamos condições, não estou falando nem só de obrigação, é que nós teríamos condições de fazer, nós estamos muito além da obrigação. Polícia é apaixonante, eu estou a dez anos nessa polícia e lhe digo, eu lamento que nós estejamos tão cansados, que nós estejamos, meu deus do céu a gente luta tanto para ter uma melhor condição de trabalho, para a gente ter uma melhor condição vida, para a gente ter as nossas garantias, eu lamento que a gente tenha que ter esse desgaste porque a gente já faz tanto. A gente busca que as coisas sejam melhores, a gente se esforça para que isso aconteça, a gente se dedica para que isso aconteça, se dependesse da gente estaria ótimo assim, mas em fim. [Participante do Grupo Focal]

A polícia de hoje é diferente de outras épocas, mas isso não é reconhecido pela sociedade. “Na sociedade em que se valorizam mais o respeito à lei, se valoriza a policia. No Brasil a gente vive uma espécie de democracia meio anárquica, porque aqui não se valoriza, vamos dizer assim, órgãos de repressão, acho que por causa da ditadura, as policias ficaram muito mal vistas e talvez ainda hoje continue. Só que hoje o papel da policia é totalmente diferente do papel que ela desempenhava na época da revolução. Hoje nós estamos aqui para defender o cidadão”.

Por fim, outra maneira de contribuir é abrir as portas para a sociedade. Conforme um participante, “todo mundo pode vir aqui me visitar, porque eu acho bom, porque a gente se abre e mostra para a sociedade quem nós somos e o que nós somos, para tentar tirar esse mito de super-homem, de irresponsáveis, de desidiosos e tudo mais, é ótimo isso. Quanto mais gente vier, seja lá da universidade ou de qualquer área e de qualquer formação para conhecer um pouco da nossa realidade”.

3.2 Oficiais do Programa Ronda do Quarteirão.

Participaram do Grupo Focal 17 oficiais da Polícia Militar do Estado do Ceará (tenentes, capitães e majores), que atuam como comandantes em unidades de policiamento comunitário (Batalhão de Policiamento Comunitário- BPCOM).

3.2.1 Auto-identificação

No que tange a classificação da auto-imagem, o discurso recorrente foi o dicotômico, quando os participantes articulavam a respeito da “nova” e da “velha forma de fazer policiamento” e da “polícia moderna” e da “polícia antiga”.

O programa Ronda do Quarteirão utiliza estratégias que, em tese, podemos identificar como típicas de um policiamento comunitário, a idéia da aproximação e colaboração da comunidade no trabalho desenvolvido pelos policiais é uma delas. Entretanto, pode-se dizer que ao mesmo tempo em que adota características do policiamento comunitário, também conserva características de policiamento tradicional quando necessita deste para completar suas abordagens preventivas.

Bem, nós fazemos um trabalho da segurança pública bem importante, (...) aqui são os comandantes dos núcleos, quer dizer que cada um de nós comandamos vários bairros, logicamente cada bairro desse que é agraciado com uma viatura do ronda, esse efetivo está sob nosso comando, sob nossas diretrizes, sempre passamos o viés do policiamento comunitário, a filosofia do policiamento comunitário para que haja uma maior integração entre a polícia e a sociedade. Antigamente isso não existia muito, ela não tinha muito esse apoio da polícia e vice versa, não havia essa integração. A filosofia do policiamento comunitário é justamente essa, que haja uma integração maior para a sociedade entender o nosso serviço, entender o nosso lado e nós pegarmos informações com a sociedade, informações precisas para que haja uma diminuição maior da criminalidade daquela área.

O traço constitutivo de uma estratégia de policiamento comunitário é a participação da comunidade, uma vez que em bairros desconhecidos, a polícia isolada não tem condições de se sair bem sucedida no combate a crimes como tráfico de drogas e homicídios.

Nesse sentido, a maioria dos oficiais ressaltou que o Ronda seria uma “polícia moderna” em relação às “outras polícias”. Nessa “nova” polícia, a filosofia é o policiamento comunitário, que significa uma “maior integração” entre a polícia e a sociedade.

As categorias “nova” e “velha” polícia surgem nas falas dos oficiais. O marco histórico do nascimento dessas categorias é o ano de 2007, momento em que foi lançado no Estado do Ceará, mais precisamente na Cidade de Fortaleza, o programa Ronda do Quarteirão.

Essa “maior integração”, de acordo com os policiais, favorece na obtenção de informações privilegiadas advindas de populares.

(...) sempre passamos o viés do policiamento comunitário, a filosofia do policiamento comunitário para que haja uma maior integração entre a polícia e a sociedade. Antigamente isso não existia muito, ela não tinha muito esse apoio da polícia e vice versa, não havia essa integração. A filosofia do policiamento comunitário é justamente essa, que haja uma maior integração com a sociedade, informações precisas para que haja uma diminuição maior da criminalidade daquela área.

A aproximação maior com os cidadãos e, por conseguinte, a integração com as comunidades é, para os colaboradores, uma marca do policiamento comunitário e é, também uma das marcas que os distinguem, enquanto integrantes da “nova polícia”, da chamada “polícia tradicional”.

O Ronda, disseram eles, “trabalha junto com a comunidade”, diferente do “sistema tradicional”, que se caracterizava por um polícia “reativa”, ou ainda da “velha polícia”. O Ronda seria uma polícia proativa, que trabalha sobremaneira com a prevenção, no discurso dos oficiais.

Fora a pauta discursiva da metodologia, os policiais traçaram novos contornos para descrever essa imagem de “nova polícia”. Segundo eles, o Ronda seria um programa dentro da PMCE protagonista para que velhos hábitos mudem. Dois exemplos mencionados foram a diminuição dos índices de violência policial, justificado devido à nova filosofia do policiamento comunitário e reforça a conexão entre comunidade e policias, que antes, de acordo com os policiais que participaram do grupo focal, estava tão desgastada.

Os oficiais se auto-descreveram como: “multifuncionais” e justificam essa denominação dizendo que atuam como comandantes, líderes, educadores, precursores da polícia de aproximação, responsáveis pela segurança pública/gestores da segurança pública, administradores da companhia, contadores (porque gerem recursos e orçamentos do quartel), instrutores de inquéritos, investigadores, orientadores de policiais que são hierarquicamente subordinados a eles, etc. Ou seja, exercem, conforme disseram, uma “gama de atribuições”. Na visão de educadores, ressaltaram que é uma das funções mais importantes que desenvolvem, porque são o elo entre a “ponta”, que são as praças/comandados e o comando.

(...) nós somos uma espécie de multiprofissionais porque nós somos comandantes militares, somos gestores, somos administradores, somos instrutores, somos presidentes de inquérito, nós somos investigadores, orientadores, tudo isso nós fazemos para nossa tropa, nós gerimos, nós comandamos e orientamos como a tropa deve agir para a sociedade. Então muitas vezes o oficial poder visto como meramente burocrata, o que não é verdade porque muitas vezes nós estamos na rua lidando diretamente com problemas que são a tropa nos traz, mas na maioria das vezes nós estamos administrando a companhia, nós administramos um quartel, nós somos contadores porque gerimos os recursos orçamentários do quartel, nós somos aquele que orienta o policial que tem problema diversos como psicológico, de saúde, somos nós que aparamos esse policial, então nós somos a solução para todos os problemas. Acertamos muito, mas erramos muito também. Temos toda essa gama de atribuições. Na academia nós tínhamos uma frase que dizia: “Avante aspirante, a sociedade os espera”, porque nós é que vamos defender, nós somos os guardiões. A segurança hoje, mais do que nunca, precisa dos policiais e nós é que vamos gerir, melhor, estudar, produzir estudos.

Essa concepção de “multifuncionais” permeou a fala de quase todos os participantes, que não se auto-conceituam apenas como policiais, mas, na justificam que na atribuição de oficiais e comandantes, acumulam múltiplas funções, entenda-se “deveres”.

Apesar de desempenharem todas essas funções que são incorporadas ao cargo de comando, os participantes ressaltaram que, também são “cidadãos comuns” e “seres humanos”, que estudam e precisam da ajuda da população para exercer melhor sua atividade de policial. E como seres humanos, destacam que são passíveis de cometer falhas e, portanto, precisam obter uma maior compreensão de suas tarefas pela sociedade.

(...) dentro da filosofia de policiamento comunitário e como atual comandante de um núcleo de policiamento da capital, eu tento passar para a tropa que nós também somos cidadãos comuns, também somos cidadão que estudamos, temos o nosso trabalho e que precisamos daquela população, da ajuda dela para que os problemas da criminalidade sejam resolvidos dentro daquela área. É tratar bem o cidadão para que tenha uma aceitação da comunidade e possa contar com ela.

Uma outra auto-concepção que surgiu no Grupo Focal, foi aquela em que os policiais se auto-descreveram como portadores, enquanto oficiais e comandantes, da própria idéia de

segurança pública, “nós somos a terceira preocupação da sociedade brasileira segundo o jornal Nacional⁹”.

Ou seja, em suas funções, eles encarnariam os anseios da população em relação à segurança pública. Nesse sentido, os oficiais destacaram que eles têm um papel fundamental na sociedade, o de “materializar expectativas e anseios da população na questão da segurança”.

Eles disseram que têm o papel de ser o “elo de ligação entre o planejamento e a execução”, entre aqueles que planejam as ações de segurança pública e aqueles estão na “ponta”, ou seja, os soldados.

Apesar de desenvolverem essas múltiplas auto-designações, alguns dos participantes expuseram que não se sentem percebidos pela sociedade como cidadãos advindos da própria sociedade a qual eles tentam dar proteção e que também partilham os mesmos interesses da população, além do que, os participantes chamaram a atenção que eles são aqueles profissionais responsáveis por coletar as demandas que advêm da sociedade, os problemas com a segurança pública, violência, criminalidade e até mesmo pequenos conflitos interpessoais (brigas de casais, por exemplo) e outras demandas administrativas (solicitar ao órgão competente municipal a substituição de lâmpadas nas vias públicas, por exemplo) “... nós, oficiais, somos cidadãos advindos da sociedade, da comunidade, ansiosos com uma preocupação de uma qualidade de vida melhor. Isso é bom que fique bem claro, nós somos cidadãos que estamos do lado da sociedade e não inimigos da sociedade.”

Ao mesmo tempo em que eles constroem sua auto-imagem como profissionais que têm uma “gama de atribuições” e que têm um papel fundamental em questões que envolvem a segurança pública do Estado do Ceará, ao mesmo tempo, também reivindicam serem percebidos enquanto “seres humanos”, quando cometem erros. “Somos seres humanos, passíveis de falhas e dessa forma precisamos também de compreensão, de uma abertura maior, de um diálogo.”

⁹ Referência ao telejornal da TV Globo, Jornal Nacional.

O Programa Ronda do Quarteirão foi durante toda a aplicação da metodologia, narrado como um dado inovador dentro da PMCE, um marco no seio da Polícia Militar, pois, segundo os oficiais, houve, por parte dos integrantes do Programa, a incorporação da “filosofia da polícia comunitária”.

Do mesmo modo, o que também se percebe em seus discursos, é a preocupação em deixar claro que os profissionais que ali estavam não foram formados de modo precipitado somente para atuar no Ronda, que todos ali tinham já algum tempo de trabalhos prestados às suas antigas corporações, antes do Ronda surgir. *“E isso a gente está procurando fazer dentro do Ronda do Quarteirão, não que em outros momentos isso não tenha acontecidos, ate mesmo porque muitos daqui já estão na Polícia há bastante tempo. E a gente já tem essa preocupação.”*

As falas dos componentes-participantes da metodologia são recorrentes em alguns pontos, algumas questões se impõem, por exemplo, estar trabalhando para a sociedade, mas não se sentir incluído na sociedade, ou proteger o cidadão e não ser reconhecido como alguém que, também é cidadão e que, portanto, tem pertencimento dentro da mesma sociedade e que, além do mais, passa pelos mesmos problemas que os demais cidadãos passam.

Estamos dentro dessa sociedade, mesmo quando não estamos fardados. Ate porque pela nossa profissão de policial que é ser policial 24 horas dado o mister da nossa profissão, a gente esta no dia a dia passando pelos mesmos problemas e a gente não temo como dividir a situação de cidadão e profissional. Então a gente leva esses anseios para nossa instituição e tenta resolvê-los da melhor forma. [...] Somos cidadãos que trabalham cotidianamente em busca do bem coletivo.

Nesse sentido, eles articularam que trabalham com um “produto muito valioso no contexto mundial que é a segurança pública” e isso acarreta, nos diversos enfoques, um trabalho de “extrema dedicação profissional”, uma dedicação que os alijam do contato necessários com suas famílias e até mesmo da sociedade, ao ponto em que eles passam a não se reconhecerem mais dentro da relações sociais.

(...) nós gerenciamos crises que todos os momentos do dia e da noite aparecem e exigem de nós extrema dedicação profissional e até nas horas que não estamos no trabalho, as vezes esquecemos da família, do nosso convívio familiar, nosso convívio dentro dessa própria sociedade. Às vezes nossa profissão exige a gente de tal forma que nos sentimos até excluídos da

sociedade. E isso as vezes é um contraste porque como você assume a responsabilidade de gerenciar crises e de certa forma sem se integrar à sociedade você se distancia dela e muitas vezes nem se reconhece mais nela, no dia a dia.

Aqueles que se auto-denominam como “guardiães da sociedade” como “gestores” e “responsáveis” pela segurança pública, também lamentaram não ser reconhecida importância de suas funções dentro da sociedade. Nesse sentido, eles defendem a tese da “invisibilidade” deles, oficiais, para a sociedade.

Para a sociedade, ela nos vê apenas como elo de ligação entre o planejamento e a execução, responsáveis pela orientação de normas...eu acho que até algo a mais...até a conduta pessoal dos policiais nós somos responsáveis e na realidade isso recai sobre a gente. Para nós, na nossa visão, somos também servidores, não somos senhores. Acho que o bom policial, ele tem que botar na cabeça que é servidor da sociedade e não senhor. Nós não somos de palanques, a gente trabalha mais do que os que planejam e os executores, mas isso não é visto pela sociedade.

O programa Ronda foi descrito como “o ápice da justiça social”, pois, segundo eles, o Ronda é uma polícia que trata igualmente a todos os cidadãos, atendem de forma homogênea, na fala dos participantes, tanto as ocorrências no bairro da Aldeota quanto as do Bom Jardim.

Outro enfoque bastante recorrente entre os oficiais, é aquele que os descreve como “gestores”, em comparação a uma empresa privada, que tem como objetivo gerenciar a tropa/gerenciar crises e motivar o efetivo. Nessa visão, os militares são “gestores”, a segurança pública é um “produto” e o destinatário final é a população e eles próprios.

Acrescentando a todas essas falas, os militares articularam que os policiais do Ronda são aqueles que fazem um trabalho baseados na “filosofia” de “tentar melhorar o mundo”, “dão o melhor de si”, mas reconhecem que, apesar de todo empenho que propalam, “os índices de violência estão aumentando cada vez mais”.

Então a gente trabalha no sentido de dar o melhor de si não visualizando a questão financeira, o status, o reconhecimento, trabalhamos também com a filosofia de tentar melhorar o mundo, e no caso também de trazer um pouco de paz ao cidadão, a criança e ao idoso. As vezes isso nos deixa preocupados porque percebemos que os índices de violência estão aumentando cada vez mais.

Esse poderia ser um momento de auto-crítica, de problematizar diversos pontos em que tivessem como foco a violência, criminalidade e a segurança pública, no entanto, todas as falas posteriores convergiram para apontar que o problema do aumento da violência está ligado, indiretamente, a outros fatores, sejam eles a falta de cooperação da população para com a polícia ou à propagação diária de imagens e assuntos violentos por parte da imprensa.

Por esse viés, os militares afirmaram que o trabalho deles poderia ser complementado com a cooperação da população, pois, segundo eles, a população deveria entender que alguns dos problemas da comunidade podem ser resolvido por ela mesma. Foi citado o exemplo da lâmpada queimada na rua. A falta de iluminação em uma via pública, a tornaria propícia para a ocorrência de delitos e a população deveria buscar os órgãos competentes para solucionar esse problema e não somente esperar que a polícia procurasse resolver.

Como fazer a população entender que alguns desses problemas da comunidade pode ser resolvido por eles mesmos? Eles identificando uma lâmpada queimada e acionando os órgãos competentes para solucionar aquele problema, isso já diminui os índices de ocorrência no local. Nos partimos do pressuposto de que a população poderia nos auxiliar nessa linha de aproximação polícia e comunidade na solução dos problemas sociais.

Os colaboradores afirmaram que a categoria dos oficiais da PM que trabalham no Ronda são os responsáveis pela operacionalização do programa Ronda do Quarteirão. E essa é uma atividade que os deixa “sobrecarregado”, por envolver uma logística complexa, por exemplo, saber lidar com todo aparato tecnológico que é disponibilizado nas novas viaturas de polícia. É a questão do estresse policial:

E falando do estresse, esse trabalho também gera um estresse e segundo fisiologistas quando a gente está sob estresse a gente tende a fazer respostas mais rápidas porque o estresse libera a adrenalina [...] e o trabalho faz com que a gente não tenha tempo para avaliar muito as respostas que a gente dar. A gente está aqui numa sala dessas, podemos muito bem discutir sobre a segurança pública, mas quando a gente está lá na ponta atendendo a uma ocorrência, a gente tem milésimos de frações de segundos para decidir se aperta o gatilho ou não.

Colaborando com a defesa da importância da categoria para a segurança pública e cidadania, os colaboradores se descreveram como “mola impulsadora da Instituição”, pois

eles são os que “tornam real a idéia de segurança pública”. Em seus discursos, eles agem de forma reativa, quando eles prendem alguém, e também de forma proativa, com a “ação de presença”. A “ação de presença” faz com que muitas ações criminosas deixem de ocorrer. Isso, segundo os militares, é muito importante, apesar de ser um trabalho “um pouco abstrato”, porque a polícia só “aparece” aos olhos da população, via de regra quando prende um bandido, e não quando evita um crime (um dos exemplos citados, quando apreendem armas, estão evitando prováveis crimes de morte).

É muito grandioso o trabalho da PM, a polícia está para prender, mas não só para prender. Os números da nossa Polícia são um pouco abstratos, não são concretos. Existe uma parte do nosso trabalho que não é enxergado, não é visto. Quantas ocorrências deixaram de acontecer porque a viatura passou no local, quantas pessoas iam cometer um delito e não cometeram? Então o trabalho da PM é um pouco abstrato, porque não conseguimos medir. Mede quando a gente prende o bandido, mas o trabalho não se resume aí, existe o que provocamos com a ação de presença.

A polícia comunitária consegue uma maior inserção dentro das “comunidades”, segundo os participantes, entendendo por comunidade, espaços sociais de maior vulnerabilidade socioeconômica e civil. Conforme definição de Kowarick (2009: 19)m vulnerabilidade socioeconômica e civil:

Refere-se à situação de desproteção a que vastas camadas pobres encontram-se submetidas no que concerne às garantias de trabalho, saúde, saneamento, educação e outros componentes que caracterizam os direitos sociais básicos de cidadania (vulnerabilidade socioeconômica).

O outro lado, a vulnerabilidade civil, refere-se à integridade física das pessoas, ou seja, ao fato de vastos segmentos da população estarem desprotegidos da violência praticada por bandidos e pela polícia. Sua expressão máxima é o homicídio, mas também está presente nos assaltos ou roubos, espancamentos, extorsões e humilhações que fazem parte do cotidiano das famílias de baixos rendimentos.

Eles enaltecem, por esse lado, o trabalho dessa “nova polícia”, que consegue penetrar pacificamente em espaços em que a “velha polícia” só conseguia/consegue através da força física e esse benefício é em função, mutatis mutandis, do papel pedagogo que tem o policial comunitário. “(..) se a gente não fosse uma polícia comunitária, nós não seríamos aceitos naquela

comunidade, então o policiamento comunitário foi buscar a aproximação para diminuir a repulsão que existia da comunidade em relação à PM.

O Ronda, segundo a categoria, tem um papel importante como condutor de ações que dignificam e valorizam a cidadania. Eles mencionam alguns programas sociais que são articulados e protagonizados pelo Programa:

A cidadania, nós temos esse papel e o Ronda faz dois trabalhos de presença que eu vou citar aqui. O ronda virou brincadeira de criança, isso é cidadania porque a polícia está passando como o cidadão deve se prevenir que ele deve se aproximar da polícia. O Ronda leva cidadania às crianças, é outro projeto de prevenção e isso é cidadania. Levar informação à comunidade para que eles também aprendam a se proteger da violência.

Creio que para a cidadania, como diz Ricardo Balesteri, nós temos uma responsabilidade muito maior do que simplesmente sermos defensores da cidadania e dos direitos humanos. Nós temos que ser verdadeiros pedagogos e promotores dessa cidadania. E eu creio que essa importância que temos como pedagogos é o diferencial para a existência de uma forma ordeira para sociedade hoje existente em nossa cidade.

Portanto, os participantes defenderam que o Ronda tem um papel importante na cidadania, pois faz o papel de prevenção e leva informações à comunidade, com a finalidade dela aprender a se proteger da violência. O papel de condutores de elementos essenciais à construção da cidadania, segundo os colaboradores, é dificultado por dois fatores, primeiro pelos traficantes – que coagem a população a não passar informações à polícia e a se aproximar dos militares do Ronda – segundo, porque dependendo da “área” em que os militares trabalham, eles podem interagir com a comunidade ou não conseguirem esse intento, que é preceito padrão em todo policiamento comunitário.

Portanto, a articulação de ações conjuntas contra a violência nem sempre é possível, segundo os oficiais, porque tem “áreas” em que o trabalho de “polícia de proximidade” é bem aceito, em outras, contudo, há uma maior rejeição. Isso faz com que eles tenham um “planejamento diferenciado” para cada local (área) em que atuam. Dentro desse pensamento, os policiais expressaram que “agem dentro da proporcionalidade”, de acordo com o que o “cliente” (entenda cidadão) “assim desejar”, conforme a “receptividade” que tiverem da população. *“Existem comunidades que têm um histórico de lideranças comunitárias que facilita o*

trabalho da PM, mas temos áreas que foram criadas recentemente por processo de ocupação, essas já têm uma rejeição maior. [...]”

Nas áreas onde obtêm maior receptividade, os oficiais reforçaram bastante a idéia que trabalham de forma preventiva, fazendo reuniões com as comunidades, tentando conscientizá-las a respeito da cidadania e violência e, também pedindo que a população lhes traga informações relevantes para que eles possam prender criminosos que residem e ou atuam naquelas áreas.

Na área onde eu trabalho, que é o Tancredo Neves, Dendê, a gente conhece a população porque quando a gente junta uma reunião num colégio público eles vão porque têm interesse de ouvir, nessas comunidades tem muita gente de bem, não se pode generalizar que só tem meliantes, de forma alguma, tem muita gente de bem que mora ali, porque não tem para onde ir. Então essas pessoas a gente orienta par dar informações desses meliantes para a gente capturar, informações que não vá comprometer. A gente só reage com a ação da sociedade.

No entanto, os oficiais narraram que o tipo e modo de trabalho de policiamento comunitário não é interpretado de forma unânime pela população. Alguns vêm os policiais do Ronda com certa desconfiança e aí entra o choque entre as representações sociais das categorias “nova” e “velha” polícia, como a categoria é percebida por algumas pessoas.

Os regionalismos é que as vezes levam a essa diferenciação geográfica e social. No interior, o sertanejo, pelas tradições tem mais orgulho. Aqui na cidade se o policial é educado a população reclama, diz que é muita frescura, besta, esses meninos do Ronda não sabem de nada, porque é um policiamento diferenciado que está buscando uma aproximação e a população foi acostumada a ver a polícia chegar somente no momento da desgraça, da tragédia. Então a população está se adaptando a essa nova abordagem.

Da mesma forma que existem comunidades (ou áreas) que rejeitam a presença de policiais e os recebe com violência, existem outras áreas em que o policial não é visto, porque o padrão de vida dos habitantes dessas áreas já engloba serviços como segurança privada, muros altos, cercas elétricas, enfim, todo um aparato de segurança que tenta se impor frente aos mecanismos de segurança pública.

Eu considero que nós somos os camaleões da sociedade, porque onde nós estamos, nós nos adaptamos com aquela população, porque não existe o mesmo tratamento para todos. Não porque depende de onde você esteja, a área da Aldeota o tratamento é outro, mesmo porque você não conhece a comunidade, as pessoas dessa área. A gente age de acordo com a receptividade.

Uma outra questão relevante mencionada pelos policiais em relação às áreas, é em relação à divulgação da violência e, a partir dela, dependendo da área onde ocorreu a ação delitiva, a medida que é tomada pelo Estado e como o crime é percebido pelas pessoas.

Existem indicativos que modificam cada área, se lá na Messejana, se lá no Conjunto Palmeiras que é uma área de grande incidência de entorpecentes e grupos rivais, morrem 3 pessoas num dia só, nós temos um contexto pela mídia 'x', se lá na área mais abastada uma pessoa é assaltada, um turista é morto ou empresário, nós temos outra conotação na imprensa. Isso é um parâmetro que tem que ser visto, que a partir da divulgação ela impulsiona ações do Estado. Se morre 3 no Conjunto Palmeiras é noticiado apenas no programas policiais, se morre na Aldeota temos jornais cobrando do Estado mais segurança.

3.2.2 Concepção e valores

Os oficiais do Ronda disseram, em sua maioria, se sentirem tranquilos em relação uma das questões que é mais discutida hoje em dia, a insegurança na cidade de Fortaleza. Nessa linha de raciocínio, eles culpabilizaram os meios de comunicação em massa pela propagação do sentimento de insegurança pública. A mídia, na concepção dos participantes, “atrapalha mais do que ajuda” a atividade policial, pois noticia somente fatos negativos. “*Eu me sinto tranquilo. Na minha área passou 45 dias sem haver nenhum homicídio. E a gente as vezes pensa que estão matando gente como se tira foto sem preocupação com o flash.*”

Um dos grandes fatores negativos e ataques que nós sofremos é da mídia, infelizmente a mídia geralmente está contra a gente. Nós trabalhamos 24 horas por dia todos os dias, durante 175 anos que temos, agora se a gente cometer um erro vai para a primeira página, agora quando a gente faz uma boa ação como todos nós fazemos, não vai para a primeira página. Então infelizmente a mídia geralmente nos atrapalha muito mais do que ajuda. Ela gera uma sensação de insegurança na sociedade.

A maioria dos participantes atestou que como policial e cidadão se sente seguro e aí novamente as categorias “nova” e “velha” polícia surgem em seus sinônimos “atualmente” (a polícia [Ronda] é mais célere, por exemplo) e “antigamente” ou “nos anos anteriores” (a polícia [tradicional] não era célere, por exemplo).

Eu como policial comparando aos anos anteriores hoje cidadão tem um acesso maior ao policial. Você sabe quem trabalha no seu bairro, tem acesso a ele pelo telefone. Então conhecendo eu me sinto seguro. Antes, que eu também participei desse antes, que você ligava para o 190 e pedia uma viatura era 40 minutos, hoje você tem uma viatura em 3 minutos.

Apenas um disse que se sentia responsável pelo aumento dos índices de violência atualmente em Fortaleza, mas disse que a Polícia esbarra em alguns empecilhos, entre eles a carência de policiais na área de investigação policial.

Nós nos sentimos responsáveis por esse aumento nos índices de homicídios, nós vemos que isso significa que você não está dando conta de exercer seu trabalho como deveria ser. Cadê a investigação? Porque a investigação não evoluiu, não foi apontado suspeitos? Muitas vezes quem faz esse levantamento é o próprio policial militar que no local tem a grande vontade de prender, não imagina o quanto é satisfatório para um policial efetuar a prisão de um homicida, nós vibramos quando isso acontece. Às vezes falta investigação, o órgão que investiga diz não temos efetivo, falta apoio... e aí no final temos homicídio e quem praticou e não foi preso.

A insegurança conforme se fala hoje-em-dia, para a maioria dos oficiais, não é um fato, mas fruto da propagação dos meios de comunicação em massa, pois, conforme narraram, são eles disseminadores da insegurança na sociedade, bem como da má reputação da polícia. A mídia, através de seus programas policiais é responsável por exacerbar questões relacionadas à insegurança e pela banalização da violência, tornando-a corriqueira no dia-a-dia dos cidadãos-telespectadores. Por outro lado, segundo foi ressaltado pelos policiais colaboradores, a atuação da mídia deveria ser “revista”, ela deveria dar visibilidade às ações preventivas da polícia. Resumem, há grupos comerciais que lucram com a veiculação diária da violência e esses grupos estão presentes nas áreas da comunicação e segurança privada.

Esses programas, além do mais, na visão dos militares participantes, colaboram para banalizar a violência, tornando as pessoas apáticas diante de situações que deveriam ser revoltantes.

Quantos programas policiais nós temos hoje em dia? De manhã, de tarde e de noite são programas que apenas mostram a violência. O telespectador que assiste automaticamente se sente inseguro vendo só mortes, colisões, corrupção e desgraça (...) Em outros estados a imprensa colabora, dá destaque ao trabalho da política. Aqui é uma indústria do sensacionalismo, ontem teve uma ocorrência e o povo na frente da câmera fica brincando, mostrando a cara (...) a sociedade não se comove mais com o homicídio com o indivíduo morto, porque ficou a coisa banalizada.

Falta de apoio a atividade policial. E por apoio entenda-se salários condizentes (insatisfação em relação aos salários que não são compatíveis com o risco de morte inerente à atividade policial), condições de trabalho apropriadas, etc;

O trabalho de muitos policiais na atividade de segurança privada, que é traduzida na linguagem policial por “bico”. O “bico” é interpretado como uma falta de ética de um policial que se aproveita de falhas da categoria, para ganhar mais dinheiro. É visto como um “desserviço” que é prestado por policiais que realizam esse tipo de trabalho. *“Uma outra situação é a questão do bico, o policial que faz a segurança privada. Eu não fiz por uma questão de ética, porque se eu faço eu vou estar aproveitando um desserviço meu. Por que se eu não estou oferecendo como servidor uma segurança, eu vou me valer disso para ganhar dinheiro?”*

Alguns desenvolveram cisões quando se reportaram a tecer comentários a respeito da insegurança como policiais e como cidadãos. Enquanto policiais estes se sentiam seguros, enquanto cidadãos, preocupados, sobretudo com o aumento vertiginoso do aumento do consumo e tráfico de droga, principalmente o crack e a violência e criminalidade decorrente desse fato. *“Eu me sinto seguro porque tenho conhecimento devido a posição que ocupo. Em termos de cidadão é difícil sentir seguro com o bombardeio de notícias violentas que a mídia joga, é difícil não ficar inseguro.”*

A polícia tem que melhorar muito, na opinião dos oficiais e o Ronda é uma “solução inovadora”, visto que aumentou o efetivo policial e diminui o tempo de resposta nas ocorrências criminais. Nesse sentido, o Ronda é narrado como um exemplo para a polícia.

A violência contemporânea não pode ser atribuição somente da polícia. Quando outros segmentos, por exemplo, educadores e políticos, deixam de desenvolver seus trabalhos/obrigações a contento, o problema gerado por eles poderá chegar ao campo policial.

A sociedade se prende a questão de que a polícia vai resolver o problema da violência, mas a violência é ocasionada por questões sociais gerados por uma sociedade

seletivamente excludente. O bandido, nessa visão, é vítima dessa sociedade que o produz em seu dia-a-dia. Isso, segundo eles, a mídia não mostra: *“Na mídia só chega o final, o resultado, mas não é relatado a falta de escolas, de saúde, de moradia, a estória dessa pessoa. Só chega o marginal, o vagabundo, eles aparecem na mídia e a culpa é da polícia militar”*

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) deveria ser revisto, pois ampara demais ao menor infrator, na concepção dos oficiais. A atitude da mídia deveria ser revista também.

A municipalidade deveria assumir o papel de parceria com a polícia, por exemplo, na fiscalização de poluição sonora, bares e restaurantes, iluminação pública, pavimentação, etc.

A maioria dos homicídios ocorridos atualmente na Metrópole são, via de regra, cometidos por homens pilotando motocicletas, portanto, caberia ao DETRAN, segundo propuseram os oficiais, uma fiscalização preventiva em relação à categoria de utilizadores desse meio de transporte. *“Ocorrências que envolve homicídios principalmente por homens em motocicletas, será que se o DETRAN atuasse de forma certa não teria fiscalizado e detectariam?”*

3.2.3 Reflexões Prospectivas

O desejo unânime é que a “filosofia do policiamento comunitário” seja compreendida nos próximos anos, a fim de que polícia e sociedade possam estar juntas em prol do mesmo objetivo.

Um grande desafio no futuro próximo é a copa do mundo. Se todos os órgãos fizerem um trabalho em conjunto esse evento transcorrerá em paz.

Para o futuro, faz-se necessário que o policial seja melhor qualificado e pago, aja maior participação da sociedade nos problemas da cidade, tenham investigações policiais eficientes, a fim de que diminuam os atuais índices de criminalidade.

Os participantes atribuíram notas acima de 6 pontos para a insegurança.

Entre os oficiais ficou claro que o planejamento urbanístico, melhoria nos sistemas de saúde e transportes públicos, abertura de praças de esporte em comunidades sócio-economicamente vulneráveis, seriam algumas medidas sugeridas pelos oficiais, que poderiam ser adotadas pela municipalidade. A questão do planejamento público municipal foi enfatizado, também quando se trata de pavimentação de ruas (viaturas de polícia que sofrem avarias devido a má pavimentação pública), problemas envolvendo o alto fluxo de veículos

nas vias públicas (a questão do mal planejamento de vias pública e, também do trânsito desemboca, por exemplo, em outra questão, que é o tempo de resposta a um atendimento de ocorrência policial), a precariedade na iluminação pública e a falta de contribuição/parceria da guarda municipal, que poderia realizar um trabalho de apoio ao policiamento comunitário. “A questão de planejamento é principal, porque a partir do momento em que a polícia tem condições de subir o morro, de ter acesso mais rápido, que a comunidade tenha acesso a saneamento”

No meu caso a minha viatura roda por hora 30 km no Montese, enquanto uma na Parangaba roda 12km, porque o problema de trânsito, como a gente atende e chega na hora das ocorrências se o trânsito não ajuda? A questão urbanística nas favelas é importante... porque as ruas são estreitas, quando tem ruas e se ficar um carro parado a viatura não passa e isso também dificulta o atendimento da ocorrência. A segurança pública passa por iluminação, por vias planejadas, por saneamento, tudo isso interfere diretamente no nosso trabalho. A contribuição que ela dá para a segurança pública é a guarda municipal que não atende à demanda.

(...) coisa simples como pavimentação das ruas, eu tenho viaturas que vivem frouxas, tem que dar um banho de aroeira para ver se ela acocha de novo. É buraco demais e isso afeta a segurança pública, o Estado por ser omissor nessa comunidade, então são eles mesmos que fazem a segurança, então eles que sinalizam os buracos e as vezes não deixam a segurança passar.

Os participantes do grupo focal, por conseguinte, pontuaram que a segurança pública é algo que perpassa, também atitudes vindas do município, como educação, saneamento básico, programas sócio-culturais e planejamento urbano, bem como é uma questão que se relaciona com a participação cidadã e, portanto, não é um caso somente de polícia.

3.3 Operadores do direito

Esse segmento foi representado por advogados criminalistas que também exercem o métier de professores universitários, Juiz de Direito, Procurador da República, Promotor de Justiça, Defensor Público, Advogados de ONGs/Escritórios de Direitos Humanos/Secretaria de Direitos Humanos da PMF e Advogado que, também é pesquisador Universitária na área de segurança pública.

3.3.1 Auto-identificação

No que tange a classificação da auto-imagem, o discurso recorrente foi que “a sociedade não tem uma boa impressão dos operadores do direito”. Isso deve-se aos “descrédito nos operadores e no sistema de justiça”, bem como no desconhecimento dos cidadãos nos mecanismos utilizados pela organização judiciária.

O advogado “é extremamente mal visto” e a OAB é “omissa na hora de punir o advogado que fica com o dinheiro dos outros”. *“Eu acho que a sociedade não tem uma boa impressão dos operadores do direito, há um sentimento muito grande de impunidade e de corrupção, de ineficiência dos operadores do direito, essa é a impressão que tenho como cidadã.”* Outra citação muito recorrente foi: *“Eu acredito que a sociedade tem esse descrédito nos operadores do direito e no sistema da justiça...”*

O desconhecimento dos cidadãos da organização judiciária reflete em avaliações negativas que as pessoas têm do Judiciário, por exemplo, “a polícia prende e a justiça solta”. O desgaste da imagem do judiciário, segundo os operadores colaboradores, ocorre, sobretudo por desconhecimento de maior parte da população a respeito da atuação da justiça como um todo. O desconhecimento, de acordo com eles, leva à desconfiança da sociedade nos operadores. *“(...) o que eu também verifico é um desconhecimento dos direitos e de quem são realmente esses operadores da justiça.”*

E esse desconhecimento acaba refletindo negativamente, principalmente no judiciário que as pessoas dizem que a polícia prende e a justiça solta, mas não sabem porque solta. Porque foi preso de forma ilegal, aí vem o desgaste do judiciário por causa da falta de conhecimento das estruturas e das funções de cada operador do direito. Eu acho que ainda há um desconhecimento de quem sejam os operadores do direito para a sociedade.

Parte dos operadores presentes disse ser procedente a desconfiança da sociedade nos operadores do direito e elencou como culpado a própria Ordem dos Advogados.

Nós somos vistos com muita desconfiança e a desconfiança da sociedade tem toda razão de ser. Temos que refletir sobre o trabalho que estamos prestando, o advogado é extremamente mal visto, eu sou advogado, participo ativamente da minha classe, mas não posso deixar de reconhecer...e a própria OAB é muito omissa na hora de punir o advogado que fica com o dinheiro dos outros. Precisamos refletir sobre isso com muita seriedade.

A exceção é do Ministério Público, que vem desenvolvendo um trabalho que tem obtido um destaque positivo na seara da justiça. *“Felizmente na área em que atuo, o MP, tem sido muito bem compreendido pela sociedade, é tanto que hoje as pessoas estão procurando o MP (...)”*

Além da desconfiança e da falta de conhecimento, outra questão se torna obstáculo quando as pessoas procuram a justiça, que é a estrutura do sistema judiciário, que “assusta as pessoas”. A maioria das pessoas vê o sistema de justiça como algo inalcançável.

Alem da desconfiança e da falta de conhecimento, o que pesa hoje é também a questão do poder que a estrutura judiciária impõe para toda a sociedade. Então a maioria das pessoas vê o sistema de justiça como algo inalcançável... O sistema de justiça afasta e amedronta as pessoas.

O sistema de justiça é ineficiente para as classes mais necessitadas e muito eficiente para as elites econômicas, pois tem o intuito de beneficiá-las, favorecê-las. Isso criaria, na concepção de um dos participantes, uma dupla justiça, uma que atenderia aos pobres e a outra para atender aos ricos. *“Por exemplo, um sujeito que rouba uma galinha vai preso, mas aquele que desvia verba existe todo um rito processual para ele ir preso. Então ao meu ver, existem duas justiças, uma para os ricos e a outra para os pobres”.*

A classe de operadores do direito se designou como de fundamental importância no que tange à segurança pública. O juiz, o promotor e o advogado têm o papel de fiscalização do desempenho dos órgãos de segurança pública.

A segurança pública hoje-em-dia está em crise devido a alguns problemas, por exemplo, a ausência total de um controle externo da atividade policial, omissão do MP e corregedoria no cumprimento de seus papéis, falta estrutura nas polícias, má formação dos policiais e má remuneração dos mesmos. Segundo os colaboradores, cabe aos operadores do direito a função de controle externo da atividade policial.

Eu acho que o papel do juiz, do promotor e do advogado na segurança pública é um papel de fiscalização. Ao meu ver a grande questão nevrálgica da segurança pública hoje é a ausência total de um controle externo da atividade policial, não existe. O MP é omissor e a corregedoria idem. Aliado a tudo isso a falta de estrutura, a uma formação adequada do policial, a má remuneração. (...)

Para os operadores, o problema maior está na formação dos policiais, pois são estes que dão a “primeira notícia do crime”, a notícia que impacta a sociedade. Contudo, esses

profissionais são mal remunerados e não têm algumas garantias, por exemplo, o delegado de polícia deveria ter a garantia da “inamovibilidade” que têm o juiz e o promotor de justiça. A solução seria existir uma “escola de polícia de respeito” e “equiparação dos salários” dos policiais e a inamovibilidade para os delegados de polícia.

Na verdade eu acho que esquecemos um ponto muito importante na segurança pública que é a formação do policial, porque o policial no Brasil é quem dá a primeira notícia oficial do crime, na verdade o que o promotor faz, a justiça faz, ninguém quer saber, mas a notícia oficial que impacta a sociedade é dada pela polícia e é uma instituição que não tem tido apoio numa seleção adequada, com remuneração adequada, nenhuma garantia, pelo menos a inamovibilidade o delegado devia ter.

Na escola de polícia, propôs um dos participantes, deveria ter um “setor de tira-dúvidas” para os policiais que estão na rua trabalhando e se deparam com uma ocorrência e não têm instrumentalidade legal de como proceder diante do caso concreto. Além do mais os policiais deveriam ter aulas de direitos humanos, sociologia, psicologia aplicada a técnica de interrogatórios, etc. O despreparo da polícia “contamina” todos os outros trâmites da justiça, fazendo com que a sociedade veja como culpado todo o sistema judiciário de forma indistinto. “Já fui policial, diretor de escola de polícia. Criei dentro da escola de polícia um setor de tira-dúvidas, delegado está na rua tem dúvida, liga para tirar as dúvidas, delegado aqui tem dúvida empurra de qualquer jeito”

(...) na instituição que eu sou presidente, o motorista da ambulância fez o concurso do Ronda do Quarteirão, ele passou pediu a rescisão dele comigo e com três meses ele voltou com a arma na cintura já preparado. Aí foi fazer a prova psicológica e foi vetado e eu até pensei como é que em três meses você transforma um motorista de ambulância em um policial militar? Eu perguntei a ele como foi o curso e fiquei espantado, eles dão 100 tiros com uma arma e pronto.

Para outros operadores, “o operador do direito só surge para tratar em questões relacionadas à segurança, quando o conflito está instaurado”, ou seja, nenhum operador do direito é formado para tratar o fenômeno social antes que o conflito se estabeleça. Os operadores precisam agir, em matéria de segurança, de forma a tratar as conseqüências e não agir como “meros feitores de processos”, pois hoje os operadores “tratam de processos, não tratam de fatos”.

3.3.2 Concepção e valores

Os operadores do direito disseram que a segurança pública em Fortaleza é uma questão muito complexa, pois perpassa todas as instituições e profissionais da área do direito. Para resolver o problema da segurança pública, tem que se passar pelo problema penitenciário.

Foi levantada a questão se a polícia servia ao adolescente da Aldeota ou ao adolescente pobre do Bom Jardim e que a violência perpassa problemas como questão de raça, classe, geração e cor da pele. Nesse sentido, um dos operadores colaboradores exemplificou as “ações truculentas” da polícia, quando se tratavam de negros e pobres. *“Essa questão da violência perpassa por essa questão da classe, da raça e da geração. Normalmente é o negro e o pobre que sofre ações truculentas da polícia”*.

Constitucionalmente o Município não tem atuação na esfera da segurança pública, segundo um dos operadores, o prefeito e ou a Câmara Municipal não podem deliberar nessa matéria.

Os altos índices da violência contemporânea atestam que a “segurança pública está muito mal”, e o diagnóstico pode ser traçado da seguinte forma, delegacias de polícia que não funcionam a noite, mesmo estando de plantão e não existe um trabalho policial voltado para a inteligência policial.

A violência hoje é um problema dos municípios, segundo alguns operadores do direito que participaram do grupo focal. Deveria haver em Fortaleza uma “secretaria de segurança pública municipal”, seguindo o exemplo do município de Eusébio e de outros em toda a federação.

O sistema de estatística da Secretaria de Segurança Pública não é confiável. Então “como partir para um projeto de segurança pública municipal se você não tem diagnóstico preciso?”

Para os operadores, os corregedores de polícia deveriam ser concursados e nunca policiais destacados para investigarem os próprios colegas, para evitar o corporativismo e as pressões e chantagens sobre os corregedores.

O problema da segurança pública é que só existem propostas de governo e deveriam existir propostas de Estado.

Deveriam ser implementados “núcleos de mediação comunitária” operando dentro das delegacias de polícia. Isso seria uma ação de prevenção. E esses núcleos deveriam se deter em conflitos de menor potencial ofensivo, pois grande parte dos crimes de maior potencial ofensivo se iniciam com delitos de menor potencial.

3.3.3 Reflexões Prospectivas

De forma unânime, os operadores do direito narraram que sentiam vulneráveis e temerosos com o atual quadro de violência na cidade de Fortaleza. Todos almejavam, para os próximos anos, viver em uma cidade melhor.

Todos diagnosticaram que Fortaleza precisa organizar o trânsito da cidade, dar estímulos pedagogicamente positivos para a juventude, oferecer trabalho digno e profissionalizar os policiais.

Deveríamos seguir exemplos de outros países, por exemplo, a Colômbia e a Argentina, que adotaram medidas políticas que modificaram o cenário da segurança pública.

Não existe uma “solução mágica”, pois a “ausência do Estado gera a violência”.

Um dos projetos que poderiam ser implementados pela Prefeitura de Fortaleza seria a tentativa de adequar o projeto do deputado Ariosto Holanda, os “centros de vocação tecnológica”, dentro dos presídios com a finalidade de qualificar os presos em tecnólogos. Em um momento posterior, o poder público municipal poderia incentivar convênios e incentivos tributários como forma de conseguir reinserir os egressos do sistema penitenciário no mercado de trabalho e na sociedade.

Foi proposto que todas as câmaras municipais do Ceará se reunissem para confeccionar um documento público direcionado a questões da segurança pública e, em um momento seguinte, esse documento fosse enviado ao governo do Estado do Ceará.

A nota atribuída à segurança pública ficou em torno de 4 e entre os maiores entraves para a segurança pública na cidade de Fortaleza foram, vontade política, igualdade social e planejamento, que poderia começar pela Universidade.

3.4 Guardas Municipais

Esta parte tem o objetivo de apresentar as reflexões dos membros da Guarda Municipal de Fortaleza, a respeito do tema da segurança pública e cidadania, tanto expressando os diagnósticos, quanto dos desafios por eles apontados, indicando soluções, metas e resultados esperados.

A questão da municipalização da segurança pública está sempre subjacente nas falas de nossos entrevistados, seja como um elemento de reflexão, seja como um componente do contexto em que atuam. Apesar dos limites históricos, constitucionais e de legislações específicas que geram uma percepção de “ambigüidade” na posição da Guarda Municipal frente às corporações policiais estaduais (civis e militares), há um contexto de mudança organizacional interno da Guarda nos últimos anos percebida, ainda como muitas limitações e avaliações que põem em dúvida o alcance da mudança, como uma nova era para a Guarda de Fortaleza.

A crise de identidade profissional do Guarda Municipal é um dos efeitos mais significativos das mudanças organizacionais que estão sendo promovidas pelas duas últimas gestões municipais. Pois uma crise não é necessariamente um fator negativo, há surgimento de novas oportunidades de expressão do sentido dessa renovação do lugar da guarda municipal no campo da segurança pública.

Em geral, as guardas municipais vêm sendo cobrados cada vez mais atividades de policiamento, inclusive atividades que não estão previstas por suas atribuições pela legislação. Ou seja, a realidade efetiva da Guarda Municipal em Fortaleza não corresponde mais ao que a legislação historicamente propunha. Há novas demandas externas e internas para a reconfiguração do papel dos guardas municipais no conjunto dos serviços de segurança pública que vai além da idéia de guardar patrimônios municipais.

Foi com este espírito, de refletir sobre as mudanças e o lugar que está sendo construído para a Guarda Municipal, que este grupo foi proposto como um dos mais fundamentais para a discussão sobre a questão da violência, da criminalidade e da segurança na cidade de Fortaleza. Foi com o objetivo de refletir sobre os problemas da segurança pública em

Fortaleza de modo prospectivo e propositivo, a partir de como os guardas municipais vivenciam e significam essa problemática, e na opinião deste segmento, que se buscaram quais seriam as possíveis soluções.

Foram convidados guardas municipais que se destacaram pela vontade, durante as entrevistas, de realmente propor reflexões e expor suas expectativas de melhora quanto ao desenvolvimento de um campo democrático de segurança cidadã e participativa, e motivados com estes desafios se mostraram atores sociais implicados em suas próprias construções profissionais.

Participaram do grupo focal oito guardas municipais, sendo cinco mulheres e três homens, desses oito, seis trabalhavam em atividades na rua e dois desenvolviam atividades administrativas.

Desta feita, esperamos ter construído um documento representativo dos anseios dos guardas municipais de Fortaleza no que diz respeito à violência e à Segurança Pública para o Pacto de Fortaleza.

Em seguida, foi proposta uma primeira rodada que consistiu num momento de diagnóstico e auto-identificação onde os participantes declararam sua visão sobre os guardas municipais e sobre como se posicionam em relação a si mesmos. A primeira pergunta norteadora deste bloco foi: *Quem são os guardas municipais para a sociedade fortalezense hoje?*

O segundo bloco teve por objetivo conhecer como os participantes, enquanto cidadãos se sentem em relação à violência na cidade de Fortaleza. Discutiu concepções e valores dos participantes em relação à Segurança Pública e à Cidadania. Teve como eixo definir qual é a importância dos guardas municipais nesse debate específico sobre Segurança Pública e Cidadania e a visão que possuem sobre a situação dos trabalhadores da segurança pública em relação à violência.

O terceiro bloco consistiu na visão de futuro e propostas dos guardas municipais em relação à temática Segurança Pública e Cidadania. A pergunta norteadora deste bloco foi: *Como é que vocês desejam que Fortaleza esteja em 2020 em relação à Segurança Pública e*

Cidadania? O último bloco teve como pergunta de partida: *Qual é o objetivo ou proposta concreta de mudança para 2020 que vocês colocam como prioridade?*

3.4.1. Auto-identificação e ponto de vista da categoria sobre si mesma.

O sentido de ser guarda municipal envolve dedicação à comunidade, mas nessa relação existe uma complexidade a ser analisada, a sociedade espera muito da guarda, espera que realize muitas funções e desempenhe muitos papéis, portanto:

Na rua em contato com a própria comunidade e a gente observa que de certa forma nos fazemos o papel de um pouco de tudo, alguns chegam pra informações outros pra reclamações, outros pra esclarecimentos, outros só por desabafar, tanto que lá observamos a importância do papel do guarda municipal para as pessoas que convivem juntas na comunidade (guarda municipal).

Nessa perspectiva, a própria população acaba se apropriando do serviço dos guardas municipais para questionar a distância regulamentar e, por vezes, abstrata, existente entre trabalhadores de segurança pública e população. A própria população faz os guardas municipais, na prática, atuarem como polícia de proximidade de algum modo.

É que existe um distanciamento, eles procuram um distanciamento do Estado que nós chamamos, do Governo e eles procuram de certa forma desabafar e procuram a segurança pública como um meio de solucionar os problemas deles. (guarda municipal).

A Guarda Municipal, diante disso, precisa entender essa demanda de “estar junto” à comunidade. De estreitar esse laço de comunicação.

Então eu acho que a importância da guarda municipal, incluso a gente em si, em relação a isso em estar junto com a comunidade, em trabalhar e prestar um serviço de qualidade, da melhor forma possível, não é? Lógico que nós não vamos solucionar todos os problemas mais eu sei que boa parte deles através de capacitações, qualificações de qualidade que melhora a visão da própria segurança em si pra comunidade, sempre é mais urbana a gente estar mais próximos quando nos conversamos com eles, quando orientamos, então isso é importante pra comunidade” (Guarda Municipal).

Deste modo, a questão da formação dos guardas municipais passa a ser decisiva, uma vez que para se relacionar com a população a partir de tantas dimensões ao mesmo tempo, exige-se uma formação multidimensional e multidisciplinar. Os guardas municipais entrevistados lançaram expectativas positivas quanto ao Centro de Formação recém-inaugurado como um ambiente onde essa formação possa acontecer, mas não só neste lugar, pois os guardas municipais precisam ter processos de formação em outros ambientes que não sejam os ambientes internos à corporação.

A gente está inaugurando o novo centro de formação como uma maneira de capacitar melhor os nossos usuários e com isso o atendimento à sociedade e também, até mesmo a visão tanto dos guardas como deles terem que prestar algum serviço isso seria um reflexo pra sociedade em meio aos nossos guardas então respondendo a pergunta quem é o guarda municipal pra sociedade? Eu continuo a pensar que hoje nossos somos agentes em transformação, que a guarda municipal que nos vemos hoje não é a guarda municipal que a gente analisaria ou teria a uns dois anos, três anos atrás, então a gente está buscando o nosso papel na sociedade que é até meio confuso, não faz um trabalho por isso ou faz trabalho civil então isso, contudo acaba complicando os guardas e acaba complicando a sociedade também” (Guarda Municipal).

Há um sentimento dos guardas municipais em relação à pressão sofrida por eles para desempenharem papéis cada vez mais diversificados no meio urbano, como por exemplo, o policiamento ostensivo geral. E o sentimento é de que:

A gente não está preparado para resolver todos os problemas que a sociedade tem e mesmo assim a gente acredita e o povo da guarda municipal acredita que a gente tem trabalhado pra definir o papel da guarda municipal na sociedade, apesar de saber que isso não é uma tarefa fácil, é uma tarefa desconstrução e de construção. A gente tem que desconstruir o que tem até agora e construir uma nova turma, um novo papel pra gente e acredito que vem também da formação dos incentivos federais, com criação de vários cursos, também a especialização que também a guarda municipal pode participar em varias formas de aprendizado que vai melhorar o nosso novo serviço e conseqüentemente vai definir o nosso papel em questão da municipalização da segurança” (Guarda Municipal).

Por outro lado, os guardas municipais compartilham com a legitimidade dessa pressão feita pela população, é legítimo que a população queria melhores serviços públicos.

Inclusive, “o poder público ou os políticos, sei lá, teriam que, pra que a gente pudesse atuar melhor, tentasse regulamentar essas atribuições da gente, de fato e de direito, valorizar e nos capacitar mais ainda pra que a gente possa prestar um serviço bem melhor a sociedade” (Guarda Municipal).

Para os guardas municipais, sua inserção no contexto da segurança pública envolve várias questões que são internas ao campo dos órgãos de segurança como um todo e externas na relação com a sociedade.

Toco na mesma tecla, quando estou como agente de segurança publica eu não deixo de ser cidadão, por isso que eu vejo a necessidade de o agente de segurança publica, ele também ser um agente social, que é aquele agente que participa da construção da cidadania, ajudando, dando a informação, debatendo com os populares e informando, porque cabe a nós, que estamos mais próximos da comunidade orientá-los em relação ao nosso papel dentro da sociedade e da comunidade e levar para eles também orientações em relação a própria cidadania deles, além da questão de segurança publica e do nosso papel, a questão da cidadania deles porque eu coloco assim que a segurança pública, assim como o policiamento comunitário não se sustenta sozinha, como nada, ela precisa do apoio da educação, do apoio da saúde e de outros fatores sociais que ajudem a comunidade a entender o papel da segurança pública com cidadania nesse caso. (Guarda Municipal).

A visão de que a prestação do serviço profissional de segurança pública é imprescindível do exercício da cidadania representa uma novidade no contexto histórico da segurança pública. Pois, estando os trabalhadores da segurança pública, imbuídos desse ideal, de não separar o serviço da cidadania, isto torna mais sólida a conquista do Estado Democrático de Direito.

Então eu acho que a guarda municipal nesse contexto de segurança publica e cidadania, ela cresceu bastante por conta da capacitação e por conta dos benefícios trazidos pelo Ministério da Justiça, em que um deles foi à especialização que nós fizemos e que amplia a nossa visão de segurança publica em relação à sociedade. Eu não vou mais ver a sociedade como uma sociedade só criminosa, ou só violência, ou só cheia de problemas (Guarda Municipal).

A formação com perspectiva multidisciplinar é valorizada pois possibilita uma base de percepção e crítica nova sobre o funcionamento complexo da vida social, deste modo, os investimentos na formação dos guardas municipais estão sendo e continuam sendo requeridos por eles próprios, uma vez que a partir da formação:

Eu também vou olhar os problemas que aquela sociedade tem que aquela comunidade tem para que aquela sociedade seja violenta e eu vou passar a ter uma visão mais crítica dos problemas que levaram aquela sociedade para chegar aonde chegou. Então eu vou poder observar os fatores que a segurança pública vai poder atuar de forma mais efetiva, trazendo a cidadania também, o exercício pleno da cidadania, da democracia como nós chamamos, então eu acho que é possível fazer isso, que existe e deve existir uma parceria contínua para que nós possamos desenvolver cada vez melhor e alçar e alcançar fatores cada vez mais positivos para nossa instituição e assim pra própria comunidade como um todo” (Guarda Municipal).

E a credibilidade, ou imagem pública positiva da Guarda Municipal, para os guardas, depende justamente desse investimento na formação e na relação cidadã com a sociedade e também com órgãos de segurança pública vistos como parceiros e não como competidores institucionais. Pois:

Eu creio que à medida que nós começamos a aparecer mais na sociedade, na comunidade, nós também ganhamos credibilidade para isso. Porque o nosso relacionamento com a polícia é um trabalho de parceria, tem sido um trabalho de parceria e quem está na rua sabe. Existem os pontos negativos como todas as coisas existem, em todos os outros locais existe. Dentro das próprias instituições às vezes existem aquelas divergências, mas eu creio que a maioria dos resultados positivos, porque eles também vêem, eles sabem das dificuldades que nós passamos como é a questão da polícia em si, a polícia militar, questão dos bombeiros em que a guarda municipal sabe prestar os primeiros socorros, então já é uma ajuda a mais.” (Guarda Municipal).

Se os guardas municipais, e é significativo que isso apareça como uma autoconsciência profissional e cidadã, não forem capazes de garantir direitos na prestação dos serviços sob sua atribuição, os próprios direitos dos guardas municipais enquanto cidadãos estarem sob risco.

Segurança pública é garantir que sejam respeitados os direitos do cidadão. O direito de ir e vir, o direito a vida, o direito ao patrimônio privado do cidadão. Então relacionando a cidadania é exatamente isso, não é só as policias agirem ostensivamente, não é só polícia a segurança pública, é participar nessas

ações que ajudem a auxiliar, que auxiliem na diminuição dessa violência e que eu ia falar exatamente nos nossos projetos que a guarda municipal participa, muitos foram articulados na guarda, foram feitos por guardas compensados e tudo com as verbas do PRONASCI (Guarda Municipal).

Como se pode depreender das falas articuladas pelos guardas municipais entrevistados, o que chama a atenção, em primeiro lugar, foi uma espécie de “crise identitária” que permeia as guardas municipais. Ao refletirem sobre suas funções desempenhadas no cotidiano do trabalho com a sociedade, muitos relataram uma mistura de papéis ou um acúmulo de funções de ainda não estão “claras” ou, melhor, documentadas. Quando analisamos os tipos de atividades desempenhadas pelas guardas municipais, verifica-se um amplo conjunto, como proteção aos bens, serviços e instalações do município, segurança em eventos e comemorações, auxílio ao público, ronda escolar, auxílio à Polícia Militar e auxílio à Polícia Civil. Algumas outras falas corroboram essa análise:

Nós somos multiuso, é um roubo, uma informação, um desabafo, nós estamos aqui pra ajudar. Uma experiência que já tive foi quando estávamos no curso de formação e fomos atuar nos terminais, então nós tínhamos que dar informação, nos perguntavam sobre as rotas dos ônibus, vinha nos reclamar sobre a demora, então fizemos o papel da ETUFOR.” Então nós sabemos de cor o que é cuidar dos logradouros, guardar o patrimônio público, mas quanto a exercer outras funções não estar claro. Só a título de informação teve agora um encontro em Brasília de todas as guardas-municipais e ninguém sabia responder a pergunta sobre a função do guarda municipal, seria somente proteger o patrimônio público?(Guarda Municipal).

Na minha experiência como guarda municipal trabalhando num hospital observei que a sociedade cobra que façamos tudo. Exigem nossa presença nos locais pra dar informações, pedem ajuda para transportar paciente, já cheguei até a ficar no lugar da recepcionista do hospital que havia faltado (Guarda Municipal).

A gente já tem até uma nova missão proposta que é de auxiliar nas políticas públicas de segurança através das conferências de segurança pública. Através disso podemos pensar numa segurança preventiva porque o guarda municipal não pode ainda usar arma e a população cobra porque o cara está roubando, está depredando o patrimônio e está armado e o guarda municipal sem arma, apesar de todos os cursos de defesa pessoal que nós temos, a gente não tem como reagir a uma pessoa armada, a não ser pedir auxílio da polícia e agir junto com os policiais que são os responsáveis por essa parte. A sociedade por nos ver em vários lugares não sabe ainda os limites de nossa atuação. Até aonde o guarda pode atuar na segurança

pública? De uns anos pra cá, a gente viu que a violência aumentou bastante e a violência armada que pra gente é muito difícil enfrentar, nós como guardas municipais.” (Guarda Municipal).

Não há nada que defina a atribuição das guardas municipais além do parágrafo 8º do artigo 144 da Constituição Federal, que estabelece que às guardas municipais cabe a proteção de bens, serviços e instalações municipais, conforme dispuser a lei.

Diógenes Gasparini (1992, p. 239) em artigo sobre o tema afirma que:

as guardas municipais só podem existir se destinadas a proteção de bens, serviços e instalações do Município. Não lhes cabem, portanto, os serviços de polícia ostensiva, de preservação da ordem pública, de polícia judiciária e de apuração das infrações penais. Aliás, essas competências foram essencialmente atribuídas à polícia militar e à polícia civil, consoante prescrevem os §§ 4º e 5º do suso transcrito no art. 144 da Carta Federal.

Assim, a Guarda Municipal não tem característica de polícia. Constitucionalmente, ela é responsável pela segurança do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade, como praças, museus e parques ambientais mantidos pela Prefeitura.

Um detalhamento de sua atribuição fica a cargo das diferentes legislações municipais, que devem respeitar a definição ampla dada pela Constituição Federal, mas que podem variar consideravelmente de município para município. Como não há um padrão na sua atuação e tampouco uma diretriz clara que defina sua missão e que regulamente e oriente suas atividades, cada guarda municipal pode se formar de acordo com as características locais.

A limitação da definição inicial sobre a atribuição das guardas municipais (que não define sua missão nem seu mandato) e a falta de uma regulamentação mais precisa implicam em dificuldades para o próprio trabalho cotidiano das guardas, que muitas vezes ficam sem saber o limite de sua atuação, que pode variar e entrar, inclusive em conflito com as polícias estaduais, além de tornar mais difícil a fiscalização e controle sobre as suas atividades.

Como forma de amenizar essas demandas de falta de informações sobre suas atribuições foi criado um Centro de Informação dos Guardas Municipais que funciona na sede da Guarda Municipal. Nesse Centro os guardas têm acesso ao ensino de línguas, a informática, a vários cursos que estão para acontecer e abordaram o papel da guarda municipal na segurança pública. Além de qualificar os profissionais da segurança em assuntos diretamente

relacionados ao seu trabalho, esse centro também estimula a inclusão digital daqueles que ainda não têm familiaridade com as novas tecnologias. Em Fortaleza, 300 guardas que não tinham experiência em informática fizeram curso de computação.

Um exemplo da extensão da atuação da Guarda Municipal foi o episódio relatado pelo Jornal O Povo em 21/10/2010 “Guarda Municipal de Fortaleza prende policial civil acusado de abusar sexualmente de três crianças”. O efetivo da guarda fixo nos terminais de ônibus recebeu uma denúncia dos transeuntes sobre um carro suspeito com um homem e três meninas. Os três guardas fizeram a abordagem e perceberam que o motorista apresentava sintomas de embriaguez, em seguida meninas começaram a gritar do interior do carro. Além disso, os guardas municipais encontraram uma pistola, calibre ponto 40, timbrada, pertencente à Polícia Civil, foi então que descobriram que o acusado se tratava de um agente de segurança pública que foi conduzido para o Distrito Policial competente a área.

Discutir e definir o mandato das guardas municipais significa discutir o âmbito de sua atuação, ou seja, o objeto de sua atuação, com os requisitos e restrições, abrangência territorial e situações a serem trabalhadas. Discutir o alcance da sua atuação, ou seja, a exclusividade, concorrência, sobreposição ou compartilhamento das atribuições (nesse caso, discutir em conjunto com a atribuição das outras forças policiais).

Em relação à importância da guarda municipal para a segurança pública e cidadania foi recorrente nos discursos pensar parcerias entre os setores que atuam na segurança pública, mas também entre os diversos setores que atuam na sociedade. Além de parcerias com a população que poderiam ajudar também na prevenção a violência.

A segurança pública, assim como o programa de policiamento comunitário não se sustenta sozinha, ela precisa do apoio da educação, do apoio da saúde e de outros setores da sociedade que atuem preventivamente de modo a fazer uma segurança com cidadania. Um exemplo disso são os cursos trazidos pelo Ministério da Justiça, uma parceria entre governo federal, estadual e municipal, em que um deles foi à especialização que nós fizemos sobre segurança pública e cidadania. A partir daí, eu não vou mais ver a sociedade como uma sociedade só criminosa, ou só violência, ou só cheia de problemas. Eu também vou olhar e refletir sobre o que causa esses problemas. Então eu acho que é possível fazer isso, que existe e deve existir uma parceria contínua para que nós possamos desenvolver cada vez melhor

e alcançar e alcançar resultados cada vez mais positivos para nossa instituição e assim para a sociedade como um todo (Guarda Municipal).

Pra mim, segurança pública não se faz sozinha e a palavra segurança não se trata só de polícia, mas sim de um aparato social, que envolve educação, que envolve alimentação, envolve lazer, envolve cultura e nós que trabalhamos aqui na segurança pública, a guarda municipal, a polícia a gente é apenas uma parte disso. O problema da violência nasce de todas essas ausências. Então isso é um conjunto e não cabe só a guarda municipal resolver, assim como não cabe só a universidade, assim como não cabe só a saúde, é uma parceria. Então eu acredito que é desenvolvendo essas parcerias combatendo a raiz do problema que a gente vai poder viver e buscar mais segurança. (Guarda Municipal).

Estou fazendo uma especialização em segurança pública e escutei um policial da Ronda dizendo que uma vez ele estava entrando numa comunidade no Eusébio, quando uma senhora chegou pra ele e entregou uma carta. Nessa carta vinha relatando o local de boca de fumo, os ápices, os traficantes, eu acho que isso é parceria entre a comunidade e a polícia. Pensar segurança pública é agir em conjunto principalmente com a população, a sociedade civil” (Guarda Municipal).

A partir das reflexões propostas por essas falas dos guardas entrevistados, pode-se perceber, entre outras características, que a Guarda Municipal de Fortaleza é a única do Brasil a ter suas ações integradas ao Centro Integrado de Operações de Segurança (Ciops).

Segundo o diretor da Guarda, os guardas usam a mesma frequência de rádio comunicação da Polícia Militar, fazendo com que as chamadas de emergência possam ser atendidas pela GMF. Inicialmente, a integração funciona em um período de 12 horas por dia. O objetivo é que o atendimento seja ampliado para 24 horas diárias. Embora a Guarda Municipal possa ser acionada pelo telefone 190, ela não pode assumir o papel de Polícia.

Além das restrições constitucionais no que diz respeito à sua atuação, os guardas municipais não podem andar armados. Para que isso ocorra, o Estatuto do Desarmamento prevê que antes sejam criadas uma Ouvidoria e uma Corregedoria. A GMF também não poderá ser acionada em ocorrências como roubos ou arrombamentos. A integração ao Ciops é um dos resultados do convênio de cooperação técnica assinado pelo Governo do Estado e pela Prefeitura Municipal de Fortaleza, em novembro do ano passado. Esta parceria já ocorre atualmente com o Controle de Tráfego em Área de Fortaleza (CTAfor), que disponibiliza as imagens feitas pelas câmeras de monitoramento do trânsito à Polícia Militar, nas operações em conjunto envolvendo órgãos dos dois níveis e na integração dos serviços do Sistema de

Atendimento Móvel de Urgência (Samu), da Prefeitura, e do Grupamento de Socorro de Urgência (GSU), do Governo do Estado. A seguir, estão expostos alguns dos órgãos integrados que expressam essa realidade:

CTAFOR

O Controle de Tráfego em Área de Fortaleza (Ctafor) é formado por uma gerência de operações, com sete engenheiros de tráfego; uma gerência de planejamento, composta por dois técnicos, e a central de controle, que conta com um engenheiro plantonista e dois operadores. Três sistemas complementares de controle de tráfego fazem parte do Ctafor:

CFTV

O sistema de circuito fechado de TV (CFTV) do Ctafor abrange 30 câmeras nos principais cruzamentos da cidade. As câmeras podem ser controladas por computadores ou manualmente. Elas são capazes de girar em um ângulo de 360 graus na horizontal, além de contar com um zoom óptico de 22 vezes e um zoom digital de 8 vezes. As imagens são transmitidas para 20 monitores e um telão. Qualquer ocorrência de maior gravidade é informada à Divisão de Operação e Fiscalização de Trânsito da Autarquia Municipal de Trânsito (AMC), localizada no mesmo espaço do Ctafor.

PMV

O sistema de painéis de mensagens variáveis (PMV) alerta os motoristas sobre mudanças ocorridas ao longo de seus itinerários. De posse dessas informações, os motoristas podem alterar seu trajeto, evitando vias e cruzamentos cujo tráfego esteja comprometido. Há 20 painéis instalados em toda a Fortaleza. Além de informar e dar informações sobre o trânsito, os PMVs divulgam mensagens educativas, institucionais e pedidos de doação de sangue ao Hemoce. De acordo com o diretor do CTAfor, Marcus Vinícius Teixeira, não há como mensurar o retorno obtido com tais mensagens. No caso do Hemoce, contudo, Teixeira afirma que o retorno é "muito bom".

SCOOT

Os semáforos que fazem parte do sistema Scoot são controlados por computador e podem ser ajustados de acordo com informações recebidas por um laço detector, um sensor que capta a quantidade de veículos que passa por um trecho determinado. Dependendo do fluxo, o tempo do semáforo pode ser reduzido ou ampliado. Na Capital, existem 208 cruzamentos com esta tecnologia. Segundo o Ctafor, em alguns corredores da cidade, o sistema reduziu os atrasos em 40% e aumentou a velocidade dos veículos em 20%.

Através do Grupo Focal mapeamos algumas atividades diárias da Guarda Municipal que precisam servir de eixo para a discussão crítica e tecnicamente qualificada sobre as funções da Guarda Municipal e a redefinição de seu papel, a saber:

- Proteção preventiva e ostensiva dos bens patrimoniais da Prefeitura de Fortaleza.
- Manter a segurança pessoal do Prefeito e Vice-Prefeito.
- Executar serviços de vigilância do patrimônio
- Auxiliar a Defesa Civil do Município.
- Auxiliar no serviço de orientação e salvamento de banhistas nas praias e parques de Fortaleza.
- Auxiliar no controle das filas de usuários nos terminais de transportes coletivos urbanos.

O próprio eixo das áreas de atuação da Guarda Municipal também pode passar pelo crivo desse debate mais amplo. Pela própria descrição das atividades da Guarda, aparecem as seguintes áreas:

- Órgãos e equipamentos públicos municipais: Paço Municipal, gabinete do Prefeito, gabinete do Vice-Prefeito, Secretarias Municipais, Secretarias Regionais, Hospitais Públicos Municipais, Museus e Bibliotecas.
- Ronda Escolar: creches e escolas da rede municipal de ensino.
- Pelotão Ambiental: Parque Rio Branco, Horto Florestal e Parque Adahil Barreto.
- Proteção do patrimônio histórico, cultural e ambiental da cidade.

3.4.2. Desafios e Metas dos Guardas Municipais face aos avanços da segurança pública.

Nas falas dos sujeitos da pesquisa, é reforçada a idéia de que segurança pública não é só uma diminuição da criminalidade e da violência, mas um investimento integrado no social, na educação e na saúde. Por exemplo:

(...) a segurança não é a segurança de ter um agente de segurança ali ou não ter mais crimes naquele local. Vai muito além, eu creio que mais especificamente nas áreas sociais e educacionais, passam um pouco pela parte de saúde, que observamos assim das dificuldades das comunidades. Quem trabalha com comunidades carentes, quem mora perto ou assiste noticiário e sabe realmente da realidade nua e crua, podemos dizer assim, sabemos as dificuldades daquela comunidade. A falta de assistência médica, hospitalar, psicológica, a própria segurança pública, as drogas, a falta dos valores familiares, os valores éticos e morais da nossa sociedade. (...) Muita coisa tem que ser feita porque o que tem sido feito nós vemos que não é suficiente embora o empenho de toda a comunidade, desculpe, não é nem da comunidade mais do Estado em si pra tentar amenizar, não é nem resolver, mas amenizar o que está acontecendo, mas creio eu que se a sociedade não se envolver fica apenas nos debates e se as ações não tiverem uma gestão contínua e efetiva, os resultados não serão alcançados. Porque uma coisa é você escrever no papel, receber a verba, aplicar e ali ficar. Mais e depois? E a gestão dessa verba? Será que realmente vai conseguir os resultados. (Guarda Municipal).

Uma série de falas aponta para quais seja as expectativas para os próximos dez anos, deste modo:

Que a insegurança acabe que nós possamos ir e vir sem ter esse medo de ser abordado. Puder cumprimentar o outro sem medo. Que em 2020 Fortaleza tenha mais espaços de convivência para que não só eu, mas todos nós possamos sentar numa praça e conversar sem medo que o outro possa ser um assaltante ou uma pessoa que quer fazer o mal. A questão da educação deve ser melhorada, a partir de educação pautada em valores, solidariedade e compreensão do outro. E que este outro não seja só compreendido se for uma pessoa próxima, mas também alguém que nem conhecemos. (Guarda Municipal).

O meu desejo é que possamos nos sentir mais seguro para estabelecer relações com os outros porque às vezes nos sentimos muito sozinhos sem saber qual lugar podemos ir e quando vamos temos que escolher aquelas pessoa que aparentemente podemos falar. Então seria uma questão de se aproximar mesmo. E o que deveria ser feito? Acredito que começaria bem se a gente tivesse pessoas honestas no poder, mais investimento na educação, na cultura, a democratização dessas atividades. (Guarda Municipal).

Eu tenho 25 anos, eu com meus 35 anos vou querer sair da minha casa andando de bicicleta para onde eu quiser e o interessante seria eu fazer tudo isso sem eu me preocupar em ser assaltado, então o que eu quero sugerir é investimento em segurança pública como mais viaturas, motos

*de patrulhamento, serviço de inteligência que possa prever os crimes, traçar áreas de risco, então é investimento, políticas públicas específicas para área de segurança, novas tecnologias, investimento na parte intelectual, formação para os policiais e para a instituição. A valorização do agente de segurança pública porque só assim prestarão um bom serviço” (Guarda Municipal).
Eu espero que daqui a 10 anos nós possamos utilizar os serviços públicos de maneira a ficarmos satisfeitos. Temos uma estrutura melhor, todos ter a chance de ter uma oportunidade melhor” (Guarda Municipal).*

Enquanto guarda, gostaria que em 2020 tivéssemos um respaldo jurídico com relação as nossas atribuições para que possamos exercer melhor nossa atividade. Que os políticos realmente nos representem lá, porque nós temos a PEC que é uma proposta de emenda constitucional que está no congresso desde 2002, ela amplia as atribuições das guardas no sentido de fazer também a segurança da população. E isso seria importante porque não temos um caráter militar então serviríamos muito bem (Guarda Municipal).

Eu estava pensando aqui nessas construções todas para a copa de 2014 e depois como ficará? Porque progresso nem sempre é desenvolvimento. E eu desejaria que voltássemos aquele tempo sim, porque era um tempo mais calmo em que as desigualdades não eram tão visíveis, em que o crack não se apresentava como se apresenta hoje. Eu quero tranquilidade, que meus filhos saiam e eu não fique doida preocupada. E as mudanças são ocupação para os jovens, educação, cultura... Em relação à segurança pública eu queria uma segurança pública preventiva e não ostensiva. (Guarda Municipal).

Sonhando muito, eu queria que daqui a 10 anos a droga tivesse acabado de vez. Eu que sou mais velha, não sei se vocês viveram isso, mas a minha mãe quando eu era criança, ela dizia: menina vocês são o futuro desse país. E hoje como estão nossas crianças? Estão drogadas nos sinais, estão sendo mortas em boca de fumo. Então eu queria que em 2020 houvesse políticas públicas para combate as drogas que, ao meu ver, é mais grave. (Guarda Municipal).

Em 2020 eu quero me sentir seguro, que preto e pobre não fosse visto como ladrão pela policia e pela sociedade, que não houvesse crianças se drogando e se prostituindo nos sinais, que a juventude não tivesse disputando a droga nas periferias, que as políticas públicas tivessem continuidade. E como conseguir: cobrar dos governantes e tratar as pessoas como seres humanos. É isso. (Guarda Municipal).

Percebe-se pela série acima de falas que há muitas expectativas positivas por mudanças e que os guardas municipais estão com elevado grau de reflexão sobre o que querem buscar enquanto cidadãos e profissionais. Seria interessante que a diversidade de talentos e conhecimentos que permeia o universo da Guarda pudesse gerar uma sinergia mais ampla e fazer com que as práticas de democratização presentes nos anseios das falas de

finalização dos guardas tornam-se práticas institucionais, formais ou informais, de aprofundamento das relações de sentido com a sociedade circundante.

3.5. Jornalistas que cobrem notícias policiais

O grupo focal com os jornalistas reuniu repórteres e produtores dos programas policiais da televisão local de maior audiência como o *Barra Pesada* da *TV Jangadeiro* e o *Cidade 190* da *TV Cidade*, bem como jornalistas da sessão de Polícia do jornal *O Povo e Diário do Nordeste*. Apresentados os posicionamentos, opiniões e trechos de falas da categoria “jornalistas policial” seguindo a ordem dos três blocos de questões em que foram organizados os grupos focais: 1) Auto-identificação e ponto de vista da categoria, 2) Concepções e valores 3) Reflexões.

3.5.1. Auto-identificação e ponto de vista da categoria.

A auto-imagem dos “jornalistas policiais” em geral estar associada à função de fazer denúncias, e com isto “representar”, “dar voz” à população, sobretudo aos segmentos de baixa renda. Vejamos trechos da fala de um jornalista:

... para o público alvo, principalmente do jornalismo de polícia, que é um público C,D e E , mais precisamente, os jornalistas policiais, principalmente os repórteres e apresentadores dos programas da área de TV é como se fosse o defensor. Porque (inaudível) de uma sociedade carente, que acha que não tem força para expressar e coloca aquelas pessoas, aqueles repórteres principalmente, que são os que tão aparecendo, ou o apresentador, como se fosse o defensor delas. Alguém que pudesse levar a voz, tentar buscar uma solução. Eles colocam tanto, por exemplo, tem a questão da curiosidade, deles quererem se ver também nos programas policiais porque ta próximo, saber como é que ta... Porque assim, todo mundo já teve uma violência, teve o celular roubado, teve uma coisa. Então assim, tem aquela curiosidade do pessoal. Ontem eu tava passando próximo do Lagamar na hora que aconteceu um homicídio que teve lá. Tava aquela multidão quando eu vi uma pessoa: “Ah, amanhã eu vou ligar o Barra Pesada quando for segunda-feira saber o que é, o que foi que aconteceu ali?”. Então assim, a pessoa tem curiosidade e, acima de tudo, como eu falei, eles colocam o jornalista policial como defensores deles.

Os participantes do grupo focal ressaltaram que o papel de representante popular e ênfase neste compromisso são decorrentes das desigualdades sócio-econômicas da cidade e das condições de extrema pobreza de vastos segmentos da população. Os jornalistas policiais afirmaram a função de cada um deles seria narrar fatos, todavia— diante do sofrimento das pessoas e situações de injustiça social e descaso político que presenciam no desenvolvimento de seu trabalho— o senso humanitário tende a se sobrepor à racionalidade. Assim, a categoria toma para si o dever de atuar de fato como olho e voz da população. Vejamos trechos da fala de uma jornalista:

...ainda voltando naquela questão da voz, a gente tem que ter aquela consciência de que nós não somos assistentes sociais, nós não podemos fazer o papel que não é nosso. nós somos contadores de histórias. meramente. agora, devido ao nosso país com a desigualdade social tão grande, tão latente, é impossível você não acabar se envolvendo. porque são problemas muito graves, gravíssimos, que as autoridades realmente não tomam providências e a gente acaba infringindo a lei, vamos dizer assim, a gente acaba entrando numa área que não é nossa. mas a gente faz assistência social, nós temos como o barra tem, o 190 tem, a visita nos bairros que seriam políticos que deveriam estar lá procurando saber o que a população ta precisando pra eles tomarem providências. não programas de tv fazendo papel de político. eles que deveriam estar lá procurando saber o que a população ta precisando. mas acaba que a mídia tem que ir e mostrar pra alguém lá da regional i ou ii “ah, tem um buraco ali”. no programa, por exemplo, a gente anuncia que “amanhã vamos estar no bom jardim”, aí a gente começa a anunciar isso na terça, a gente faz a visita na quinta. aí na quarta a regional manda o pessoal “arrumar a casa”, vão pintar o meio fio de branquinho, fazer uma maquiagemzinha, mandar o carro do lixo, né? é ridículo, ridículo, ridículo! então a gente acaba tendo que conscientizar a população de que precisa lutar, precisa reclamar, precisa fazer tudo isso. apesar de que quando a gente ta nas redações, a gente recebe muita denúncia, o lixo, o buraco, é o prefeito, o carro do lixo não vem, no posto não tem médico, não tem remédio, não tem isso... que a gente sabe que existe até uma lei agora que se o médico faltou tem que arrumar outro e colocar no lugar porque não pode faltar médico nos plantões. é uma lei, mas na verdade a gente sabe que na prática isso não acontece. Então, eu gostaria muito de ser só contadora de histórias, mas aqui no Brasil, infelizmente, a gente ainda não chegou nesse patamar, como nossos colegas tavam dizendo. Eu sei que é um sonho ainda, mas realmente... Cara, nós somos seres humanos, sabe? E o problema é muito forte, é muito grande, a gente ta muito perto, porque as pessoas que tão precisando, tão pedindo socorro. Todo dia na redação é mãe com os filhos drogados, é o crack avançando, é tomando conta de... É situações muito graves. Então, eu não sou assistente social, mas acabo me envolvendo. Mas, cara, eu como ser humano eu acho assim, eu sou jornalista, mas sou ser humano primeiro.

No decorrer da discussão no LEV, argumentos e opiniões emitidos pelos participantes da discussão, evidenciou-se que no interior da categoria “jornalista policial” existe uma diferenciação entre os profissionais da imprensa escrita e televisiva. Embora também associem seu trabalho à função social de fazer “denúncias”, e com isto favorecer à população, sobretudo os segmentos de baixa renda, os jornalistas da imprensa escrita enfatizaram o esforço que fazem para não emitir julgamentos, evitando exercer irregularmente o papel de investigador policial ou de juiz. Considerando que estes profissionais não dispõem do recurso audiovisual e têm no texto, associado a fotografia, o seu instrumento por excelência para se comunicar com seu público, eles buscam se constituir nos “olhos do leitor”, apresentando narrativas e descrições detalhadas. O objetivo é fazer com que o leitor se sinta como se houvesse presenciado a ocorrência noticiada. O público destes jornalistas tende a apresentar níveis de escolaridade e renda superiores aos telespectadores dos programas policiais de TV. A contribuição aos seus leitores aqui é pensada, sobretudo na formação de um senso crítico que acarretará na população uma postura vigilante em relação ao Estado, sobretudo.

Os jornalistas televisivos, por sua vez, demonstraram uma aproximação mais direta com os protagonistas de suas notícias e com os seus telespectadores. O fato de seus rostos e corpos aparecerem nas reportagens que elaboram, estes profissionais são reconhecidos e quase sempre aclamados, sobretudo pelos segmentos mais pobres da população, que lhes acolhe em seus bairros e colaboram com as reportagens. Telefonam para a redação de seus programas para denunciar deficiências como falta de médico em postos de saúde, problemas de saneamento básico, a persistência de buracos nas ruas próximas de suas residências. Adultos e crianças dos bairros de periferia querem fotos com estes repórteres, disputam um lugar no foco das câmeras, no momento em que são coletadas as imagens e depoimentos das matérias, reivindicam que suas imagens sejam veiculadas no programa de TV. Nestes casos, uma relação de reciprocidade se estabelece de maneira mais evidente e há espaço para que o “carisma” do jornalista se manifeste, conferindo-lhe popularidade.

Nas respostas ao nosso roteiro de perguntas, foram os profissionais dos programas televisivos os que mais enfatizaram, que em uma sociedade desigual e injusta, suas

reportagens e programas devem atuar no sentido de tornar públicas irregularidades, corrupção e violências arbitrárias dos órgãos do Estado, sobretudo Justiça e Polícia.

Outro aspecto proeminente na auto-identificação dos jornalistas policiais foi dimensão de subordinação da posição que ocupam, no âmbito dos veículos de comunicação de massa, para os quais trabalham. Eles ressaltaram que precisam submeter os assuntos e conteúdos de suas reportagens e matérias a editores, estes quase sempre comprometidos com interesses políticos e econômicos dos proprietários do aparelho midiático.

Também foi ressaltada as condições desfavoráveis de trabalho dos “jornalistas policiais” em relação aos profissionais que tratam de outros assuntos, tais como arte e política, os últimos geralmente dispõem de um intervalo de tempo maior para elaborar suas matérias e reportagens, com isto podem cruzar diferentes fontes, entrevistar vários personagens ou representantes de várias categorias, cuja fala seja importante ao desenvolvimento da reportagem. Aos jornalistas policiais, por sua vez, são concedidos intervalos de tempo muito curto para a confecção de suas matérias e reportagens, estas geralmente são produzidas em poucas horas. Ao noticiar ocorrências de crimes, estes profissionais raramente conseguem ir além da dimensão factual, não lhes é dado tempo para problematizar ou refletir sobre os acontecimentos que descrevem. Uma das conseqüências do caráter de urgência ou emergência em que são produzidas as notícias policiais é a subordinação dos jornalistas à personagens como delegados de Polícia, policiais, secretários e funcionários da Segurança Pública e da Justiça, assim como aos assessores de imprensa destes órgãos. Quase falta tempo hábil aos “jornalistas policiais” para localizar e ouvir autores e vítimas dos crimes noticiados, assim como as versões de suas famílias. Dependendo principalmente dos depoimentos e informações concedidos por agentes da Polícia e representantes do Poder Judiciário, estes profissionais acabam se sentindo intimidados e impelidos a não publicar informações que contrariem estes órgãos, pois se desagradarem estas pessoas correm o risco de perderem suas fontes principais.

Os participantes do grupo focal do grupo focal afirmaram ainda estar cientes de que a violência se tornou uma mercadoria, foi assinalado que os horários programas policiais nos programas policiais da TV estão entre os mais caros. Estas variáveis de dimensões monetárias impõem aos “jornalistas policiais” a obrigação de apresentar notícias atraentes aos leitores e

telespectadores, capaz de manter audiência da emissora ou vender exemplares de jornal. De acordo com este critério notícias atraentes são as que envolvem tumultos, acidentes e mortes. Assinalando que são funcionários de empresas capitalistas –em busca de lucro e a serviço dos interesses dos seus proprietários – os jornalistas afirmaram sua atuação profissional e papel social devem ser avaliados a partir desta contingência, reconhecem que a responsabilidade cidadã e compromisso profissional da categoria com a sociedade é definido pela obrigação que lhes é imposta de entregarem “produtos vendáveis”. O descompasso freqüente entre as demandas de suas emissoras e a função social definidora da auto-imagem desta categoria profissional– fazer denuncia e dar voz aos pobres– gera tensões.

Apresentando como atribuição normativa, cívica e vocacional do seu trabalho, o papel de analisar criticamente os órgãos públicos e privados e de buscar uma sociedade mais justa – atribuição que acreditam cumprir parcialmente– os “jornalistas policiais” acreditam que sua importância para a segurança pública e a cidadania esta vinculada ao papel de fiscalizar e denunciar. Estes profissionais afirmam que ao dar destaque a superlotação em delegacias, situações de impunidade, problemas como buracos em vias expressas ou falta de médicos em posto de saúde, estão prestando serviço às populações das periferias da cidade.

Em suas falas e argumentos, os participantes do grupo focal demonstram acreditar que exercem um papel de intervenção indireta, já que a visibilidade que suas matérias e reportagens concedem às falhas nos órgãos encarregados da segurança pública de punição do Estado, e também a problemas de infra-estrutura urbana ou sistema de saúde, desencadeiam providencias dos poderes públicos. A categoria acredita que a popularidade que muitos jornalistas televisivos usufruem é devida as intervenções e melhorias gerados por seu trabalho de denúncia.

A auto-imagem destes jornalistas– mesmo se considerando limitados pela sua condição subordinada na hierarquia interna dos aparelhos midiáticos– é de um tipo de profissional que “estar do lado do povo”, exercendo vigilância sobre o Estado e os políticos.

3.5.2. Concepções e valores

De acordo com os participantes do grupo focal as condições da segurança pública e da cidadania em Fortaleza não são satisfatórias. Um dos graves problemas é a falta de políticas norteadas por concepções em que segurança pública e cidadania sejam dimensões integradas e complementares. Foi apresentada como demanda em caráter urgência a implementação de políticas de segurança que tomem como meta o fortalecimento da cidadania, em todos os segmentos sócio-econômicos da cidade.

Os “jornalistas policiais” avaliam negativamente as condições de segurança pública e cidadania da Fortaleza de 2010, apontam a grande quantidade ocorrências de criminosas como denotativo das falhas dos órgãos encarregados na repressão e punição ao crime, foi ressaltada a grande quantidade homicídios e aumento visível no consumo de entorpecentes, especialmente de crack, por jovens. A incapacidade de combater a venda e consumo de crack, segundo os jornalistas, tem gerado um grave problema de saúde pública. Criou-se a demanda de clínicas especializadas, com capacidade de atender uma grande quantidade de adictos, exclusivas para o atendimento dos usuários de crack.

Outro fator apontado como sendo ilustrativo da precariedade da segurança pública é a não utilização de uma imensa quantidade espaços públicos pela população. De acordo com os “jornalistas policiais”, as pessoas têm medo de permanecer em praças e largos, e de caminhar pelas ruas. Tal situação, para os participantes do grupo focal, reflete e estimula a apropriação destes espaços, que foram abandonados pela população, por praticantes de ilegalidades e crimes violentos.

O maior erro na atuação dos organismos públicos de combate ao crime, de acordo com os “jornalistas policiais”, torna-se visível na atuação da Polícia, nas formas desrespeitosas, arbitrárias e, não raro, violentas, com que os cidadãos são abordados. As agressões torturas, e até mesmo assassinatos, cometidos por policiais, no exercício de sua função, foram apontados como erros muito graves. Mas os jornalistas não se limitaram a culpar pela negação da cidadania e pelas falhas mais graves da segurança pública, a categoria entende que estes profissionais são vítimas de políticas que priorizam a infra-estrutura, que investem massivamente em equipamentos e deixam a formação do efetivo policial em segundo plano.

Os participantes do grupo focal afirmaram que os policiais que agredem e chegam a matar pessoas, no exercício de suas funções, são, em parte, vítimas de sistema de ineficiente e desumano. Segundo eles, a atuação incompetente e violenta, característica da Polícia de Fortaleza, é resultado de uma formação de má qualidade, que abrange um período de tempo muito curto. Além de não receberem uma boa formação, os salários destes profissionais são muito baixos. Vejamos a fala de uma jornalista:

Eu passei cinco anos na faculdade a gente não consegue se formar em quatro anos porque o dinheiro não deixa, aí a gente demora mais um pouco. Eu passei cinco anos na faculdade, o cara daquela turma do rapaz que matou o Bruci passou três meses fazendo o curso, certo? Eu saí da faculdade, quando entrei na primeira TV não sabia porra nenhuma. Desculpa [o termo]... Então como é que a pessoa em três meses vai aprender a atirar, aprender a fazer uma abordagem, tudo, aprender tudo! Noções de cidadania, leis, direitos, pra saber como abordar uma pessoa dentro da lei, impossível! Humanamente impossível. Então, totalmente despreparado, né? Aí vem o respeito à questão da cidadania. A falta de respeito, principalmente aos mais pobres, eu acho gritante. Você chegar em uma daquelas comunidades, em qualquer lugar, nos bairros de Fortaleza, a questão da abordagem é totalmente sem respeito ao cidadão, já com essa questão do preconceito que a gente já... Do dia-a-dia de cada um, da evolução de cada um que às vezes você tem... É... Da maneira como você foi criado às vezes você vai adquirindo certos preconceitos. E isso a gente vê na abordagem da polícia hoje. A abordagem da polícia é preconceituosa, é desumana e não respeita o cidadão. A pessoa é inocente, ela só é culpada depois de julgada. Então a abordagem hoje é muito preconceituosa. Eu acho que se inclui a questão da formação desse policial. Enquanto não mudar eu acho que o horizonte que a gente vai ver uns 30 anos a seguir não vai melhorar porque, cara, o respeito ao ser humano eu acho que é a primeira coisa. E isso só vem com a educação e formação desse policial. Então não adianta fazer um concurso elaborado, que vai passar só as pessoas mais preparadas, mas depois disso você fazer um teste de português, isso não é segurança pública, isso não é abordagem policial, isso não ensina nada de quando depois você vai chegar na rua. Eu acho que no mínimo ele teria que passar um ano pra poder chegar na rua e não três meses. Isso é um absurdo! Aí esse menino, o que matou o Bruce, o Yuri, é uma vítima do sistema. É uma vítima. Passou três meses na Academia e saiu policial formado. Enquanto não mudar esse aspecto aí de respeito ao policial e ao cidadão que vai ser abordado por ele, não muda. A minha opinião é essa.

Os jornalistas afirmaram que falta a conhecimento, competência e sensibilidade por questões de cidadania também se verifica em alguns gestores e idealizadores das políticas e

ações de segurança pública. A deficiência na formação dos profissionais desta área e a falta de reconhecimento dos mesmos para com a cidadania das pessoas fazem com que a vida seja banalizada e os interesses da população não seja uma prioridade na atuação policial. Outro problema ressaltado pelos “jornalistas policiais” na cidade Fortaleza, é o tratamento concedido aos que cometem crimes. Estas pessoas além de, quase sempre, sofrerem torturas aplicadas pela Polícia, depois de julgadas e punidas ficam submetidas a condições sub-humanas de vida nas prisões. Também quando morrem, as pessoas que cometem crime, seja em confrontos com a Polícia ou não, suas mortes não são tomadas pelos órgãos responsáveis pela Segurança Pública como sendo uma perda. Desta maneira, percebe-se a banalização da vida de todos os cidadãos e, principalmente, daqueles que cometem crimes.

Neste cenário de graves deficiências nas políticas de segurança pública em Fortaleza, os jornalistas reconhecem que os programas policiais acabam tendo um efeito de agravar problemas. Reafirmando que a violência se tornou uma mercadoria, eles assinalam que os editores tendem a priorizar a notícias de crimes e acidentes fatais, matérias que focalizem a vidas das pessoas, projetos sociais, histórias de sucesso individual e coletivo são preteridas. Geram mais audiência notícias de corpos caídos no chão, do que matérias sobre experiências educacionais que deram certo ou de pessoas que conseguiram sair da criminalidade. Embora, ainda seja este o perfil editorial dos programas televisivos e das páginas policiais dos jornais, os participantes do grupo focal chamaram a atenção para uma mudança qualitativa na imprensa policial do Ceará. Mesmo que continuem sendo veiculadas matérias que exploram sangue, ferimentos, mortes e tragédias, nos anos 2000 foram abertos espaços, nestes programas, para reportagens menos centradas no pânico e mais questionadoras. Muitos apresentadores de programas e repórteres têm insistido com seus editores para veicularem notícias que fomentem reflexão e senso crítico nos seus telespectadores.

Como resultado de políticas de segurança ineficientes e de mídias policiais que cultivam o pânico e reforçam preconceitos sobre determinados segmentos da população, os habitantes da cidade estão amedrontados e têm se tornado pessoas mais preconceituosas. Os ricos, a classe média e até mesmo os pobres, passam a evitar contato com jovens negros, tidos

como “feios”, mal vestidos e que tenha tatuagem. Esta disseminado nas pessoas o medo de se tornar vítima de crime violento. Trechos da fala de uma jornalista:

É por conta do que acontece pra população como um todo a partir do que é mostrado, da maneira como a mídia trata a violência. Que os meninos tavam colocando bem aqui a questão do preconceito, porque existe um preconceito muito violento e a adota isso e a população de um modo geral adota isso. Porque o criminoso é pobre, feio, mal-vestido e com tatuagem, geralmente sem dente e com uma cirurgia na barriga, entendeu? Então, é essa a imagem que se cria. Por quê? Porque essa mesma mídia não está tratando da violência dentro do contexto realmente que deveria ser tratado e nós temos os criminosos mais perigosos que são aqueles que não são alcançados pela polícia, a gente tá mostrando aqueles que a polícia chega, e a polícia chega aqui, em baixo. Lá em cima não chega nunca, os casos que são investigados de gente pesada... Esse iraniano... Quanto tempo levaram pra trazer esse homem de novo à prisão com tanto tempo que ele estava em liberdade e matando tanta gente? Então, demora demais e se rotula esse modelo de gente pobre como sendo o criminoso em potencial. Se estiver bem vestido, entra e sai em qualquer canto, se tiver uma boa pele, de preferência um cabelo bonito e brilhoso, aí passa legal. Então é um preconceito violento demais porque a mídia mostra isso. A mídia mostra aqueles “malas” que estão na delegacia, que aparecem porque não têm voz, porque não têm advogado e porque o delegado diz: “mostra, cara, não tem nem advogado”, entendeu? Então, infelizmente tem esse efeito, que isso é extremamente negativo, e isso cria um rótulo perigoso que infelizmente isso vem de longe e isso continua tratando como se a violência, como se a criminalidade fosse um problema da pobreza.

A ineficiência histórica dos órgãos encarregados da segurança pública, segundo os “jornalistas policiais” tiveram o efeito de reconfigurar critérios de avaliação das próprias ocorrências criminosas. Assim, em Fortaleza hoje se passou a ser considerados graves e gerar indignação somente os assaltos que resultam em agressão ou morte das vítimas. As ocorrências em que são roubados somente objetos passaram a ser tomados como acontecimentos de rotina.

Na condição de cidadãos, os jornalistas policiais se afirmaram que estão amedrontados diante dos altos índices de criminalidade na cidade e têm chegando mesmo a se comportar de maneira paranóica em algumas situações. Vejamos a fala de um jornalista:

... hoje a gente vive numa sociedade amedrontada. Eu ando olhando pros cantos. Se tá chegando algum ladrão... Se eu vejo um cara de bicicleta eu já fico todo me tremendo: “aquele ali vai me roubar, vai levar meu celular, vou esconder aqui meu celular...” Então assim, a gente cria um preconceito

quanto as pessoas mais carentes. Se eu vejo um cara que vem de mobilete eu to todo me tremendo, se o cara chegar e disser assim, eu (digo)... : “pegue o celular!”. Ta de mobilete eu já to entregando o celular sem dizer nada. Então a gente cria esse medo, a sociedade vive amedrontada e por causa dessa violência a gente cria outra cultura. De achar o quê? Que levou as coisas no assalto ta bom, me deixou vivo ta bom... Que coisa é essa? Eu me preparo, entro na escola pequeno, faço alfabetização, ensino fundamental e ensino médio, me preparo pra poder arranjar um emprego, arranjo um emprego depois de muitos anos de preparação, aí eu (inaudível) ‘o cabra’ leva e eu vou achar normal porque ele deixou a minha vida? Então assim, ta havendo uma banalização. E a insegurança é tanta que a gente coloca a nossa vida que é em primeiro lugar, mas a gente coloca como sendo exclusivamente, você trabalhar, entrega tudo e dá graças a Deus que me deixaram vivo. Então assim, a insegurança tá banalizada, é muito grande, temos os meios de comunicação [que] mostram essa insegurança e faz aumentar ainda mais o (inaudível) da sociedade, que vive trancada, que... Quem morar em casa com certeza é tudo trancado também, é grade... Você na hora que vai chegar no carro, você olhando se não tem ninguém, tem medo de flanelinha. Então assim, a questão da violência fez a sociedade ficar preconceituosa, fez a sociedade ficar amedrontada, tem fobia de tudo. Então tem que ter um viés, tem que ter um estudo, tem que ser trabalhado, não só pela mídia, trabalhado nas escolas e tudo (...).

O contato direto com autores e vítimas de crimes em seu cotidiano de trabalho e as informações que têm acesso, sobre uma grande quantidade de crimes bárbaros por motivos fúteis, tornam estes profissionais mais amedrontados e com receio de se tornarem vítimas de crimes. A “paranóia” que por vezes são acometidos, segundo os participantes do grupo focal, embora seja em parte resultado direto do contato intenso com sofrimentos e tragédias, mas também está relacionada ao medo de despertar ódio e desejo de vingança nos autores dos crimes que noticiam, em suas matérias e reportagens.

A maior parte dos “jornalistas policiais” afirma que no dia-dia se sente refém da violência e do crime em Fortaleza, evita transitar por certos bairros e ruas, deixa de sair de casa em determinados horários, todas estas privações por medo. A sensação de insegurança, segundo os participantes do grupo focal envolve cada um deles também seus familiares, filhos, pais e cônjuges. Estes profissionais, com base em suas vivências fazendo a cobertura de ocorrências criminosas em todos os bairros da cidade, afirmaram que a sentimento de medo e de sensação de estarem reféns do crime e da violência se faz mais forte para as pessoas que residem na periferia ou que dependem de transportes públicos para se locomoverem na cidade. Eles afirmam que vários espaços, como ruas escuras, praças e até bairros inteiros se tornaram

sinônimos de assaltos e mortes, com isto passam a ser temidos e evitados por pessoas que moram em outros bairros e no interior do próprio bairro estigmatizados.

3.5.3. Reflexões e Prospecções

Em suas aspirações prospectivas para a segurança pública e a cidadania, os participantes do grupo focal visualizam Fortaleza em 2020 como uma cidade onde a população não esteja amedrontada, nem se sente alvo de violência. Nesta cidade, os habitantes ocupam os espaços públicos, passeiam nas praças, sentam nas calçadas e andam nas ruas. Não haverá necessidade de muros tão altos, nem de cercas elétricas, será possível ver as fachadas das casas. Fortaleza em 2020 será arborizada e terá muitos parques. Nesta cidade, questões de segurança pública e cidadania serão conduzidas, de maneira articulada. A população estará mais educada e menos preconceituosa, não jogará lixo nas ruas, nem pensará que jovens, negros e tatuados são criminoso em potencial. Vejamos trechos da fala de um jornalista:

E com relação à cidadania eu acho que a partir do momento que houver a ligação entre a segurança pública e a cidadania, ações pontuais... Hoje eu tava vindo no meu carro, veio um cara no carro da frente, eu tava vindo pra cá, o cara abriu o vidro e jogou um lixo lá na rua. Deu vontade de ir atrás dele e dizer, “ei, caiu um lixo teu ali do teu carro”. São pequenas coisas que a gente vê no dia-a-dia, som alto... Essas coisinhas que a gente acha que é pequeno, mas que às vezes gera um atrito, gera um problema, gera uma morte... O cara ta escutando um som alto, o outro chega e pede pra baixar, o cara não baixa, aí começam a brigar, um pega uma faca e mata o outro... Às vezes isso acontece. Coisas que a humanização da sociedade... As pessoas precisam ser mais humanas. E eu espero que daqui a dez anos Fortaleza esteja assim, né? Porque algumas ações...

Haverá boas escolas para todos os segmentos da população, todos os cidadãos terão ensino fundamental, médio e superior de boa qualidade. Os jovens terão oportunidades de ingressar no ensino superior, de trabalhar e ascender socialmente. Fortaleza de 2020 terá reduzido a desigualdade social e oferecerá oportunidades aos seus habitantes. Haverá hospitais públicos em todos os bairros e não haverá filas de espera nas UTIs. Não haverá mais turismo sexual. Os investimentos das políticas de segurança pública terão priorizado a formação humana dos agentes policiais. O PRONASCI terá dado bons resultados. Haverá o dobro de policiais civis e o número de homicídios terá sido reduzido na metade.

Uma divisão de homicídios terá sido criada. Dispondo de um efetivo maior, as Polícias se tornarão mais investigativas e abandonarão práticas de tortura como meio de obtenção de informação e desvendamento de crimes. O *Ronda do Quarteirão* será uma Polícia comunitária eficiente, seu efetivo passará por um período de formação mais longo, serão agentes que utilizarão maneiras respeitadas e humanas na abordagem dos cidadãos criminosos e não criminosos. O *Ronda* e todas as Polícias não são apenas ostensivas, mas terão em 2020 uma atuação educadora. Vejamos trechos da fala de uma jornalista:

....que esse projeto Ronda do Quarteirão realmente funcionasse como ele foi idealizado, uma polícia comunitária, uma polícia de vizinhança, “da boa vizinhança”, que foi idealizado dessa forma, né? “A polícia da boa vizinhança”, eu gostaria que os projetos sociais realmente funcionassem, que a polícia estivesse do lado do povo, com o povo, respeitando a população, que não fosse a questão só ostensiva, que fosse educadora também... Eu acho que isso aí... A polícia estivesse dentro das escolas, como também as pessoas que pensa segurança pública também estivessem mais perto da comunidade que é pra poder enxergar de uma forma mais clara o que a população ta precisando e não só ficar examinando dados, e sim, ficar mais perto da população pra realmente entender o que é a prioridade;

A Polícia Militar estará mais atuante, mais humana e mais eficiente. Não só a formação dos policiais novos será prioridade, haverá também novos cursos de formação para os policiais que já estão na ativa. A corrupção policial terá sido índices muito baixos. Vejamos trechos da fala de um jornalista:

O Contexto ideal. Por exemplo, daqui a dez anos eu acho que seria um contexto razoável, não seria o ideal, mas razoável, que a taxa de homicídios em Fortaleza e região metropolitana reduzisse pelo menos 50%. Pelo menos. Porque hoje a gente convive, até esse mês agosto, com mais de mil, mil duzentos e poucos homicídios na grande Fortaleza. Capital e região metropolitana. É um número muito alto, apesar de que o secretário ter dito que é entre eles, tipo mortes de latrocínio são um número bem menor, que a maioria é de pessoas envolvidas com crimes e tal, mas que a quantidade de vidas desperdiçadas é muito grande. Um número de homicídios reduzidos, pelo menos o dobro do número de policiais civis, eu acho que a Polícia Civil ta defasadíssima, a Marilena sabe bem porque o esposo dela é policial, não existe investigação porque não tem policial pra investigar. Pelo menos o dobro do número de policiais civis, hoje são 1700, eu acho, inspetores e escrivães, sem contar delegados, que são 200, 300 e poucos... E eu acho que essas situações elas iriam fazer com que outros fatos... Polícia Militar mais atuante, mais humana, esses projetos aí do PRONASCI, que

aqui em Fortaleza eles tão no território de paz, no Rio de Janeiro são as UPP's que estão começando, sei lá, a ter alguns resultados. Mas são ações que precisam ser feitas mais de forma planejada que podem daqui a dez anos, o colega falou que tá bem aí, mas pode ser que se começar a trabalhar mesmo com afinco pode ser que daqui a dez anos a gente já comece a colher alguns bons resultados. E com relação à cidadania eu acho que a partir do momento que houver a ligação entre a segurança pública e a cidadania, ações pontuais (...).

Haverá mais CUCAS em toda a cidade e a construção de cada CUCA compreenderá um período de tempo muito mais curto. A prioridade dos governos será mais qualidade dos serviços do que a quantidade. Em seus discursos, os políticos falarão mais na qualidade dos seus projetos do que na quantidade de pessoas que serão abrangidas. Haverá continuidade entre políticas públicas e projetos sociais, estes terão deixado de ser interrompidos toda vez que um novo político ou partido assumir uma gestão.

Terá havido uma massiva campanha de conscientização e os habitantes de Fortaleza estarão mais educados, amando mais a cidade e preservando o patrimônio público. Esta população apaixonada por sua cidade será mais atuante, tomará iniciativas e fiscalizará a atuação do poder público, haverá um fortalecimento da sociedade civil. Motoristas respeitarão leis de trânsito. Será visível a melhoria dos transportes públicos que terá como resultado a redução da quantidade de carros nas ruas. Não haverá mais poluição sonora, nem visual nos espaços públicos. Haverá integração e complementaridade entre política, cidadania e ações da sociedade civil. Acadêmicos, jornalistas e gestores estarão mais próximos e exercendo colaboração mútua. Os cidadãos que vierem a cometer crimes, uma vez sentenciados a cumprirem penas regime fechado usufruirão de penitenciárias com uma boa infra-estrutura.

Na Fortaleza de 2020, os jornalistas policiais estarão produzindo matérias sobre projetos sociais, iniciativas de sucesso do Estado e da sociedade civil, estará noticiando a eficiência de políticas públicas. Na Fortaleza de 2020, os recursos do Estado não serão mais desviados. Haverá matérias sobre trajetórias marcadas pela ascensão social, reportagens mostrando as pessoas fazendo uso dos espaços públicos. Terá havido uma mudança qualitativa nestes programas. Os “jornalistas policiais” serão muito mais preparados, terão especializações, domínio de legislações, conhecimento de direito, sociologia, segurança

pública, história. Estes profissionais estarão usufruindo de melhores condições de trabalho, terão mais tempo para elaborar suas matérias.

Para que todas estas aspirações para a Fortaleza de 2020 se tornem reais, os participantes do grupo focal elencaram um conjunto de iniciativas a ser tomadas pelas habitantes da cidade e pelo poder público. Afirmaram que a população deve ser mais atuante, mais participava, mais propositiva e mais vigilante em relação as ações do Estado. Foram apresentadas como experiências positivas, as iniciativas dos moradores do Bairro de Fátima e do Antonio Bezerra que têm organizado reuniões para discutir e buscar resolver problemas de seus bairros.

Outra demanda que os “jornalistas policiais” direcionam à população diz respeito ao voto, eles defendem que as pessoas devam escolher seus candidatos com maior atenção e responsabilidade, cientes das conseqüências de suas escolhas. Afirmam que devem ser abandonados critérios como amizade e interesses individuais na escolha dos candidatos, a estes devem ser direcionadas expectativas referentes a leis e políticas eficientes. Os “jornalistas policiais” considerem de suma importância que, na condição de eleitor, os cidadãos deixem de centrar a atenção exclusivamente na escolha dos representantes do poder executivo, mas que tomem consciência de que os candidatos para as funções legisladoras também desempenham papéis de fundamental importância para os destinos do município, do Estado e do país.

A população de Fortaleza, de acordo com os “jornalistas policiais”, deve se conscientizar de sua importância e do poder que detêm enquanto opinião pública, estes profissionais acreditam que a população deve fazer uso deste “poder” e se mobilizar com maior frequência para fazer reivindicações, deve aprender a se utilizar mais da mídia para gerar discussões de relevância coletiva e pressionar os representantes do poder público. Para os participantes do grupo focal, estas mobilizações e mudanças de postura devem ocorrer tanto no plano individual quanto coletivo, as pessoas devem ser mais atentas aos seus direitos e cobrar que eles sejam respeitados.

Tendo ressaltado na maior parte das perguntas, sua condição “empregados” subordinados aos “patrões”, no âmbito dos veículos midiáticos para os quais trabalham, os jornalistas policiais frisaram a necessidade de editores e proprietários de meios de comunicação de massa mudar a mentalidade, deixando de pensar a violência como uma mercadoria geradora de lucros, permitindo que sejam incorporadas mais reflexões às matérias e reportagens. Que estes programas televisivos e páginas de jornais, ao invés de priorizarem sangue e tragédias, assumam uma postura mais questionadora e reflexiva. Que os jornalistas policiais passem a ter condições de comparar dados, de fazer pesquisas e examinar com mais rigor a validade de suas fontes. Outra expectativa da categoria em relação aos editores e proprietários dos meios de comunicação de massa é a de que os critérios para seleção das matérias e conteúdos que serão publicadas sejam mais imparciais, de que as críticas não sejam direcionadas somente a gestores, cujas ações confrontem os interesses dos donos dos jornais e canais de televisão. Os “jornalistas policiais” acreditam que seu trabalho, sendo exercido com responsabilidade e comprometimento com os interesses da população pode assumir um papel social predominantemente educativo.

Dos políticos, os jornalistas policiais esperam mais honestidade e mais eficiência. Um dos pontos centrais das expectativas desta categoria recai sobre a atenção que os políticos devem conceder à população no sentido de educá-la e de conscientizá-la sobre sua importância para o equilíbrio social e bom funcionamento do Estado. Foi mencionado a necessidade do Estado atuar no resgate da auto-estima da população. Os participantes do grupo focal entendem que ao investir em cidadania o Estado estará atuando eficientemente na segurança pública.

Uma das expectativas sobre os gestores é a da mudança de critérios na escolha do seu quadro de assessores e funcionários, que esta seleção deixe de ser clientelista e definida por alianças políticas e que passe a ser determinadas pelo mérito e competência profissional. Além de atentos na escolha do seu quadro de funcionários, os jornalistas policiais esperam que os políticos sejam mais vigilantes na execução de seus projetos, foi ressaltado que idéias muito boas são desvirtuadas durante a execução. Um exemplo apresentado de uma idéia boa que tomou rumos indesejáveis foi programa *Ronda do Quarteirão* do governo do Estado.

Integrando a avaliação que fazem do *Ronda* à reivindicação de investimento na população e nos funcionários do Estado(municipais, estaduais e federais), os participantes do grupo focal atribuem a incapacidade do *Ronda* de atender às expectativas da população ao fato dos investimentos deste projeto terem sido mais concentrados na compra de equipamentos do que na formação de quadros, dos policiais que vão utilizar o equipamento adquirido. Os jornalistas policiais acreditam que os profissionais que atuam na segurança pública, tanto os novatos como os veteranos dever ser mais qualificados, passar por longos processos de formação e por “reciclagens” periódicas.

Uma das expectativas direcionadas para o setor de segurança e para todos os setores de atuação do poder público é que sejam priorizados critérios qualitativos, na apresentação e avaliação dos seus projetos. Foi mencionada como extremamente negativa a preocupação dos gestores e políticos em citar números e percentuais como denotativos do sucesso de seus projetos.

Reiterando a demanda por integração entre políticas de segurança pública e de cidadania foi apontada a necessidade de investimentos massivos na melhoria do ensino público, na qualificação e valorização dos professores. Também foi ressaltada a necessidade dos investimentos priorizarem a infância e a juventude. Para os participantes do grupo focal, as políticas públicas em sua concepção devem deixar de visualizar nos jovens uma população do futuro e deve passar a focar a juventude, situando-a no presente. Foi apresentada como uma emergência, a necessidade de criar oportunidades para os jovens, e de escolas com pedagogias mais atraentes, centradas em práticas e não só em conteúdos abstratos. Também foi assinalada a necessidade de vagas no mercado de trabalho capazes de absorver os jovens que procuram emprego.

Foi apontada também como uma eloqüente demanda, a revisão nos artigos do código penal que possibilitam a impunidade. Os “jornalistas policiais” afirmaram que a não punição por crimes e infrações cometidas incentivam a reincidência destas práticas. De acordo com a categoria, as falhas do Código Penal brasileiro têm o efeito de prejudicar os trabalhos de investigação e busca das Policiais Cíveis e Federais, uma vez que as pessoas e coletivos criminosos localizados e presos se utilizam de falhas e omissões no código penal, e

conseguem escapar do cumprimento de suas penas em regime fechado, voltando com recorrência, rapidamente, a infringir a lei.

Outro ponto ressaltado pelos “jornalistas policiais” foi a necessidade de continuidade dos projetos, de que os gestores ao iniciarem em um determinado cargo, dêem continuidade a projetos eficientes dos seus antecessores, mesmo que estes sejam de um partido que faz oposição ao seu mandato.

Ao refletirem sobre o que sua categoria profissional poderia fazer para que as melhorias almejadas na Fortaleza de 2020 sejam alcançadas, os “jornalistas policiais” voltaram a mencionar sua condição subordinada nos veículos midiáticos, disseram que são uma peça de uma complexa engrenagem sobre a qual não chegam a ter controle. Ressaltaram que não lhes é permitido agir em discordância com os interesses dos seus patrões e com a linha editorial dos programas. Enfatizaram que no cotidiano de trabalho “lutam” para que determinadas matérias e reportagens sobre questões de cidadania e projetos sociais– que os editores tendem a pensar que não despertam o interesse do público– sejam veiculadas. Depois que conseguem escrever ou gravar estas matérias e reportagens precisam novamente “lutar” para que sejam levadas ao ar. Geralmente, quando têm que escolher entre veicular notícias de mortes, tumultos e tragédias e matérias mais elaboradas, que envolvam reflexão e avaliação de políticas e serviços públicos, os editores preferem as primeiras, certos de que estas serão mais lidas ou assistidas. Vejamos trechos da fala de uma jornalista:

Da linha editorial aqui ninguém vai fugir porque a gente é empregado e o patrão é quem paga e obedece quem tem juízo. Porque não adianta eu querer mudar o mundo se eu vou perder o emprego amanhã e não vou poder mudar nem o meu mundo (risos). Se eu não posso mudar o meu mundo eu não posso ajudar o mundo de ninguém. Começa logo aí: da linha editorial a gente não vai poder fugir. Então, as vezes quando a gente vai vender pauta aí, “ah, é a mãe dos pobres!”. Eu tenho esse apelido de mãe dos pobres. Mas é porque eu gosto muito dessa questão da... Quando... Eu acho assim, fazer o nosso papel quando a gente vende mais essa linha de cidadania e social nas matérias porque as pessoas se vêem ali. Quando você aborda a situação de uma pessoa lá na periferia que não tinha chance de ninguém aqui ficar sabendo daquela história se a gente não tivesse ido lá, de uma certa forma a gente tá contribuindo não só com problema daquela família, mas do todo. Que está mostrando que existe aquele problema e que quando a gente mostra, infelizmente é que as autoridades vão tomar uma

posição, que não deveria ser assim. A gente era pra chegar lá e mostrar o que foi que a autoridade já fez, e não chegar lá pra poder a autoridade ir. É o caminho inverso. Então eu acho assim, não é um assunto atraente pros nossos chefes? Não é. Vender esse lado social e de cidadania não é atraente, mas continuar batendo nisso, batendo nessa tecla de não vender só desgraça, mas vender as pessoas, as histórias das pessoas que fazem parte desse universo que a gente vive. As histórias das pessoas é que são fundamentais. Nós somos uma comunidade e as histórias das pessoas é que têm que fazer diferença. Não é um corpo, uma situação, mas as histórias das pessoas é que têm que... Porque as histórias das pessoas é que acabam mobilizando. Nessa semana nós tivemos um caso de DNA lá no programa, que a gente faz DNA. É um barraco, mas é assim. Engraçado que houve esse conflito lá na hora do DNA e a senhora ficou chorando lá, aí terminou o programa. E aí três pessoas ligaram pra ajudar essa senhora que parece que ela só recebia 70 reais de pensão. Cara, eu fiquei tensa, eu quase pulava de felicidade na redação porque apareceram três pessoas pra ajudar aquela senhora. Ela veio participar de um DNA porque tinha um conflito familiar e três pessoas ligaram pra ajudar aquela pessoa. Eu não sei se acontece com vocês, mas isso dá uma felicidade na gente, de saber que você fez uma matéria e aquilo ali voltou de benefício praquela família, aquelas pessoas que estão ali se mobilizaram... É o que a gente gostaria de fazer, de se mobilizar por uma causa de uma pessoa, de uma situação, de uma doença, “n” coisas. Eu acho que é isso aí que no fim das contas quando a gente termina o dia de trabalho fica. É o que a gente guarda, é a gente ter mudado a situação de alguém, não só dessa, mas de qualquer outra... Ou taparam aquele buraco daquela rua, ou fizeram aquele asfalto... A gente se sente um pouco responsável por isso. Tem um pouquinho da gente ali, a gente plantou alguma coisa. Eu acho que é isso que a gente tem... Ninguém quer matéria como essa, mas eu fico sempre batendo naquela mesma tecla: são as pessoas que são importantes. Então, se a gente conseguir mobilizar cada vez mais a sociedade muda. É de grão em grão mesmo, é de situações em situações. E a gente ficar batendo nas matérias que o pessoal diz que são chatas, que não rende. Até um dia fura! Porque são essas pessoas que votam e são as pessoas que dão retorno pras tevês. São a C, D e E, é a grande audiência. São essas pessoas que dão lucro, então essas pessoas que têm que fazer a diferença. E mobilizar cada vez mais, eu acho que é isso que faz diferença. São histórias. A gente só é contadores de histórias.

Acreditando que a melhoria na qualidade do jornalismo policial contribui para que a cidade e o estado tenham mais qualidade de vida, os participantes do grupo focal afirmaram que vão continuar insistindo com seus editores para que matérias sobre questões cidadania sejam veiculadas e que esta modalidade de jornalismo continue a incorporar reflexão e desperte senso crítico no seu público.

Os argumentos e comentários dos participantes do grupo focal sinalizam que boa qualidade do jornalismo policial envolve dois aspectos: uma determinada conduta ética e política no exercício do seu trabalho e a boa qualidade da formação destes profissionais. Em suas falas, o exercício do jornalismo chegou a ser definido como uma “vocação”. Por se tratar de um trabalho que na maior parte das vezes não resulta em altas remunerações e por demandar um considerável esforço para o seu desenvolvimento, àqueles que investem nesta carreira tendem a considerá-la um papel social de fundamental importância e que se caracteriza pelo “compromisso” com os interesses da população.

Segundo os participantes do grupo focal, esta profissão exige uma constante vigilância moral para que não passem a banalizar a vida. Eles afirmaram que um risco desta categoria é o de se tornarem “carniceiros” e passarem torcer pela incidência de mortes e acidentes trágicos, no intuito de produzirem matérias capazes de despertar o “interesse” da população. O sentimento de “indignação” foi apresentado como uma antídoto ao risco de se tornar “carniceiro” e passar a banalizar a vida. De acordo com os participantes do grupo focal, os jornalistas “carniceiros” e insensíveis ao valor da vida estariam em uma condição ou estado que denominam “piloto automático”. Estas pessoas foram definidas como “vítimas”, por terem cedido às pressões e armadilhas do seu cotidiano de trabalho. Nesta perspectiva, o ofício do jornalista policial envolve uma “luta” diária junto aos seus editores para conseguir publicar matérias que vão além do relato espetacularizado de crimes e tragédias e também uma “batalha interna”, pautada pela constante vigilância moral, para que não se tornem profissionais que banalizam a vida das pessoas, não se importando em incutir medos e preconceitos na população. Vejamos trechos da fala de um jornalista:

Eu, primeiro de tudo, fico muito feliz com essa questão desse debate, a gente tá aqui jornalistas de várias empresas, vários meios, jornalistas da área de polícia. A gente vê que nenhum é carniceiro, como, entre aspas, colocam né? E eu acho que a questão do brilho do olho é um passo pra empresa colocar jornalistas que tenham um pensamento diferente para fazer esse tipo de matéria porque assim a gente tá contribuindo pra melhoria da nossa área. É a gente fazer o papel que a gente se propôs quando entrou no jornalismo, que é uma vocação. Acima de tudo é uma vocação. Porque é uma profissão pouco remunerada, é uma profissão que tem alguns perigos, especialmente na editoria de polícia e tudo. Então assim, eu queria continuar se tivesse outro espaço, eu me disponho se tiver outro debate, venho com todo prazer porque essa questão... “Ah, debate e seminário num vale de nada não”. Vale muita

coisa porque ta plantando. Desse debate aqui s eu levar, eu comento “Oh, a gente num debate lá na UFC”, eu consegui passar pra uma pessoa que é muita coisa. Aquela pessoa às vezes liga pra dois e vai indo e a gente consegue fazer uma corrente, como foi o caso até do (inaudível) falou aqui. E pensando assim, como a colega falou de não se contentar com a história e também da questão da gente chegar: “Não morreu ninguém?”. Eu uma vez cheguei na área de polícia e eu cheguei lá e eu fui pegar os relatórios no interior do Estado e não tinha acontecido nenhum homicídio no interior do Estado, né? E eu digo: “Pelo amor de Deus, como é que eu vou fazer?”. E pior, ainda usei o nome de Deus: “Pelo amor de Deus, ninguém morreu não? Como é que eu vou fazer hoje?”. Aí depois, um rapaz que trabalha desde o início do programa, que é o Jeová ele ficou olhando assim pra mim... Aí eu disse assim: “Jeová, você viu que eu acabei de falar? A besteira que eu falei?”. Aí ele, “Vi, Janes, por isso que eu to olhando pra ti, porque...”. Eu disse assim: “É, realmente...”. Aí desde esse dia... A gente tinha que se policiar mais assim. Com a rotina... Eu falei essa vez, mas aí pronto, depois fiquei me policiando, disse assim: “Como é que eu tive a coragem? Saiu da minha boca eu dizer um negócio desse? Eu chegar e perguntar e ainda falar assim?”. Aí fiquei me martirizando um tempo, mas me ajudou pra poder aumentar meu senso crítico, pra gente não se acomodar, sempre ta se policiando. Eu não tenho as músicas não, mas eu sempre busco interiormente buscar novas... Pra poder me manter, manter os pés no chão.

A “capacidade de indignação” diante da injustiça, da corrupção e do sofrimento dos segmentos mais pobres da sociedade, seria o antídoto contra o risco de “cair no piloto automático”. Além da “indignação”, os “jornalistas policiais” teriam no conhecimento e no investimento em suas formações profissionais fortes aliados no objetivo de produzirem reportagens com qualidade, capazes de levar a população a refletir e questionar. Vejamos trechos da fala de um jornalista:

Eu pretendo me especializar na área. Eu to trabalhando aí num futuro mestrado nessa área de segurança pública e violência. E continuar brigando com o meu editor. Enquanto eu continuar brigando com meu editor eu vou ta contribuindo. E brigando comigo mesmo porque eu tenho a... Quando eu começo a entrar muito nessa onda do comodismo eu tenho uns CDs com as músicas que eu escuto que me trazem pra realidade. Músicas que falam dessas problemáticas e que quando eu percebo “rapaz, eu to indo pro caminho do mal, o lado negro da força”, aí eu tento resgatar o brilho nos olhos, o ‘olho de tigre’ do rock. Porque assim, quando a gente perde esse brilho no olho, essa vontade de mudar o mundo, um professor meu dizia isso, “rapaz, você nem pense em desistir, entender que o que você ta fazendo não tá resultando em nada e por mais que você consiga mudar a vida de duas, três, cinco pessoas por matéria que você faça, já é uma coisa muito grande porque aquelas pessoas que a sua matéria que fez com que a vida dela mudasse de uma forma ou de outra, ela pode mudar a vida de outras pessoas e isso aí vai gerar uma corrente maior. Então não perca a esperança não porque quando você perder

a esperança aí pronto. Pode pendurar a chuteira que não tem mais o que fazer”. Então, eu procuro sempre me policiar em relação a isso. Pra não entregar os pontos e é o que eu vou tentar fazer e me especializar porque eu acho que pra cobrir essa área você tem que ter... Eu me sinto totalmente despreparado, já tenho três anos cobrindo essa área e eu me sinto despreparado pra enfrentar certas situações que eu percebo, “rapaz, se eu tivesse um pouco mais de preparo eu teria feito um trabalho melhor. E se o trabalho tivesse sido melhor o resultado seria outro”. E a falta de preparo é que... Porque a gente deixa de fazer perguntas pras autoridades porque você não tem conhecimento de causa. Você vai entrevistar um Secretário de Segurança desse e o secretário é um cara que “tal, num sei o que...”, e você não tem o conhecimento, por mais que você estude você tá aprendendo. Mas quando você estuda um pouco mais você consegue argumentar com ele, com policiais quando eles vêm com aqueles discursos que a gente já conhece. Se a gente tiver uma base, conseguir bater com certas coisas e cada coisa que a pessoa disser lá você tem um argumento, tem uma condição de discutir e de debater aquilo ali, aí eu acho que o trabalho vai fluir melhor e o resultado vai ser melhor e vai ajudar muito mais gente.

Os jornalistas acham que investindo em mestrados e especializações estarão mais preparados para produzir matérias mais complexas e explorarem com maior domínio assuntos de relevância social, durante as entrevistas que venham a fazer. Também foi ressaltada a necessidade de incorporar contribuições da academia e do direito ao seu trabalho. Enfatizaram a necessidade de ter domínio sobre códigos, legislações e teorias sociológicas.

3.6 Jovens participantes de movimentos sociais

Esta parte tem o objetivo de apresentar as problematizações dos movimentos juvenis da cidade de Fortaleza a respeito do tema da segurança pública, violência e criminalidade, tanto expressando os diagnósticos dos jovens sobre o assunto, quanto, a partir dos desafios por eles apontados (indicando soluções, metas e resultados esperados pelas juventudes).

Foram apontados os avanços no campo dos direitos juvenis na cidade em torno da participação em políticas públicas e projetos da sociedade civil em geral que envolvem o investimento na consolidação de uma perspectiva de segurança cidadã e participativa.

Um dos problemas mais contundentes apontados pelos atores sociais juvenis que participaram desta pesquisa é revelador da magnitude do desafio que se terá que enfrentar quando se pensa o tema da segurança pública a partir de um recorte de juventude. Trata-se do

problema da criminalização da juventude, e, principalmente, da juventude pobre, de periferia, das camadas populares.

Em geral, a juventude vem sendo um dos segmentos mais vitimizados e responsabilizados pela violência urbana crescente, por isso, o que resulta nesse efeito generalizado de estigmatização dos/as jovens de baixa renda. As relações entre Estado, Polícia, Mercado e Juventude precisam ser reelaboradas, de acordo com as reflexões de lideranças de diversos movimentos juvenis presentes ao grupo focal realizado pela ocasião desta pesquisa para o Pacto por Fortaleza.

Foi com este espírito, aliás, que o grupo focal com jovens foi proposto como um dos mais fundamentais para a discussão sobre a questão da violência, da criminalidade e da segurança na cidade de Fortaleza. Foi com o objetivo de refletir sobre os problemas da Segurança Pública em Fortaleza de modo prospectivo e propositivo, a partir de como os jovens vivenciam e significam essa problemática, e na opinião deste segmento, que se buscaram quais seriam as possíveis soluções.

Foram convidadas representações juvenis de diversos movimentos, desde aqueles em que todos os seus membros são jovens, até organizações mistas com a participação de jovens e adultos. Desta feita, esperamos ter construído um documento representativo dos anseios dos jovens moradores de Fortaleza no que diz respeito à violência e à Segurança Pública.

O grupo foi composto por jovens membros de movimentos e organizações da sociedade civil, com atuações em diversas áreas, desde movimentos populares urbanos, como Raízes da Praia e o Movimento dos Conselhos Populares – MCP, bem como organizações não-governamentais – ONGs, entre elas o Serviluz Sem Fronteiras e o Instituto Artes de Fazer. Ademais, esteve presente o Movimento Hip hop Organizado do Brasil – MH2O, o Movimento Negro Unificado – MNU, além de organizações com motivação religiosa como a Fundação Logos e a Pastoral da Juventude do Meio Popular - PJMP. Portanto, o perfil dos participantes foi bem diversificado, tendo desde estudantes universitários, lideranças de movimentos populares e religiosos a membros de partidos políticos.

A atuação dessas organizações é bastante ampla. Alguns trabalham com a questão da reivindicação de moradias, por viverem em áreas em situação de risco; outras têm como ponto

central a problemática do uso de drogas, que tem se ampliado entre os jovens das periferias urbanas; também houve os que contribuem em atividades voluntárias em suas comunidades, como a alfabetização de jovens e adultos; e aqueles que, através de movimentos culturais, discutem com a juventude a questão das desigualdades sociais.

Como reflexo da situação da atuação política no Brasil, que ainda é majoritariamente masculina, o grupo foi composto em sua maioria, por homens. Infelizmente, apesar de o convite ter sido feito, não houve a participação dos movimentos de mulheres e pela livre orientação sexual, o que de início já apontamos, de modo autocrítico, como uma limitação deste relatório.

Como em geral, os jovens não se conheciam, inicialmente todos e todas se apresentaram, informando nomes, movimento do qual fazem parte e a atuação deles nestes movimentos, a fim de conhecer a origem dos participantes e promover a interação entre eles.

Em seguida, foi proposta uma primeira rodada que consistiu num momento de diagnóstico e auto-identificação onde os participantes declararam sua visão sobre os jovens e sobre como o movimento de cada um trabalha a questão da juventude. A primeira pergunta norteadora deste bloco foi: *Quem são os jovens para a sociedade fortalezense hoje?*

O segundo bloco teve por objetivo conhecer como os participantes, enquanto jovens e cidadãos, se sentem em relação à violência na cidade de Fortaleza. Discutiu concepções e valores dos jovens participantes em relação à Segurança Pública e à Cidadania. Teve como eixo definir qual é a importância dos jovens nesse debate específico sobre Segurança Pública e Cidadania e a visão que possuem sobre a situação dos jovens em relação à violência.

O terceiro bloco consistiu na visão de futuro e propostas dos jovens em relação à temática Segurança Pública e Cidadania. A pergunta norteadora deste bloco foi: *Como é que vocês desejam que Fortaleza esteja em 2020 em relação à Segurança Pública e Cidadania?* O último bloco teve como pergunta de partida: *Qual é o objetivo ou proposta concreta de mudança para 2020 que o movimento de vocês coloca como prioridade?*

3.6.1. Auto-identificação e ponto de vista da categoria sobre si mesma.

Para os jovens que atuam em entidades religiosas, o conceito de juventude está categorizado de modo negativo na sociedade, o conceito de juventude é “marginalizado”, há “certo esquecimento do papel da juventude, certo esquecimento de qual a importância da juventude como protagonista”. Seria preciso trabalhar uma nova visão de juventude, “trazer essa visão, uma visão da juventude como protagonista, não à margem da sociedade, mas dos jovens como protagonistas”. Principalmente, das juventudes do campo popular, uma vez que os jovens pobres são as principais vítimas desse conceito marginalizado de juventude. E não se trata apenas de fazer ações para os jovens pobres, são os jovens pobres que precisam ser protagonistas nos debates e nas decisões sobre questões que envolvem suas vidas individuais e coletivas. Se o jovem pobre atuar como protagonista, haverá possivelmente um passo importante na superação desse jovem como marginalizado. E a categorização desse jovem passa pela questão da dependência química das drogas como um dos elementos em torno do que se constrói um estigma contra o jovem da periferia.

Portanto, a questão da prevenção às drogas, como um dos principais fatores dessa marginalização do jovem pobre, precisa passar pelo caminho da educação em sentido amplo, não apenas a educação escolar, mas também a educação no sentido de construção de parâmetros de reflexividade política, ética e moral.

Os jovens protagonistas precisam visitar as casas e as famílias dos jovens que estão com problemas com drogas, essa presença de base, é decisiva para reverter o problema. A elaboração de cursos e oportunidade de evolução pelo estudo é uma estratégia que deveria ser permanente e intensificada no caso desses jovens em situação de dependência de substância psicoativas, principalmente, do crack. O exemplo dos jovens educadores que já passaram por problemas semelhantes é decisivo para incentivar outros jovens a superar os problemas, como nos diz um de nossos entrevistados:

(...) eu já fui dependente químico, três anos, me droguei geral há quinze anos, mas aí (...) e com essa experiência que eu tive experiência bastante ruim, com as drogas e hoje eu estou tentando passar pra esses jovens, (...) visito alguns lares e algumas instituições pra poder arrecadar fundos

também, porque infelizmente o governo fecha um pouco, quando se refere a alguma instituição que seja voltada pra uma igreja, da igreja em si, eu não sei qual é motivo, talvez alguns outros motivos até (...) próprios irmãos, mas é generalizado isso, a gente, (...), quando a gente precisa ir atrás de recursos, quando sabe que é uma fundação que é mantida pela igreja a gente consegue ver uma resistência muito grande (...), mas que isso possa ser mudado” (jovem educador de movimentos religiosos).

Essa contradição entre a necessidade do Estado laico e de incentivos e recursos públicos para entidades religiosas mostrou-se um dos pontos mais controversos, envolvendo acirrada disputa. Enquanto jovens ligados aos movimentos religiosos reclamam de discriminação por parte do poder público, pelo fato de serem agentes religiosos, outros jovens defendem justamente que deva haver essa separação. Há um campo de disputa sobre isso e é algo que é visto como merecendo haver um debate público mais amplo. Isso faz que a auto-imagem dos jovens se divida entre aqueles que reforçam o pertencimento religioso como decisivo em suas trajetórias e aqueles que preferem deixar a religião como um assunto privado, fora da esfera da atuação de políticas públicas e projetos sociais.

Do ponto de vista dos jovens militantes dos movimentos negros, a questão da juventude passa em primeiro lugar pelo questionamento do que se realiza na passagem da condição infantil, adolescente para a juventude, pois frente à proteção que crianças e adolescentes possuem, a partir dos programas e das legislações do aparato estatal, na discussão sobre a garantia dos direitos e dos projetos voltados para esses segmentos, quando os beneficiários desses programas fazem 18 anos é como se houvesse um grande abismo na realidade do jovem a partir de então.

E aí aos dezoito anos, a partir dos dezoito anos, essa juventude ela precisa entrar no mercado de trabalho, ela precisa se auto-afirmar como cidadão, precisa também e também precisaria desse aparato estatal senão ela acaba sendo é desprezada e no nosso caso específico da juventude negra temos alguns agravantes, que no processo de exclusão que a população negra passa por essa, esses negros desde a infância, as crianças que até então estão sendo protegidos pela rede de proteção do Estado, entre aspas, mas quando chegamos à outra faixa etária começamos a (...)” (jovem militante do movimento negro).

A transição da infância e da adolescência para a vida de jovens adultos é marcada por esse momento crucial de passagem para a maioridade civil e penal aos 18 anos. Esse período é

considerado para os jovens do movimento negro o momento onde a vulnerabilidade socioeconômica e civil dos jovens negros vem à tona de modo gritante, tanto pela exclusão do mercado de trabalho, quanto pela violência. Um circuito de práticas de extermínio, e de outras modalidades de violência, cujas vítimas são jovens negros, pobres, de periferia, com idades entre 18 e 24 anos.

Só pra ter uma idéia, pesquisas recentes mostram que a cada quatro homens assassinados entre quinze e vinte quatro, três são negros. Então há um verdadeiro extermínio da juventude negra neste país. Enfim, então, é uma situação um pouco mais delicada e, com certeza, mais complexa que a juventude negra enfrente neste país. Os negros seriam um alvo mais fácil do próprio Estado, da própria polícia, a terem maior dificuldade de inserção no mercado de trabalho e isso (...) um processo de exclusão da própria rede de ensino básica, se você vai numa sala de ensino fundamental na periferia, você vê a quantidade de crianças negras, se você vai numa oitava série já vê uma diferença sensível menor, vai numa sala de terceiro ano do ensino médio a diferença é ainda menor e na universidade, então, nem se fala, já são conhecidos (...). Então, é uma situação mais complexa que a juventude negra neste país. A juventude enfrenta problemas, certo, de afirmação, de proteção, do Estado brasileiro. A juventude negra ela enfrenta condições de um verdadeiro extermínio atualmente” (jovem militante do movimento negro).

Na avaliação dos jovens militantes e educadores do movimento negro, a referida proteção à infância e à adolescência é mais virtual do que efetiva, assim “a proteção realmente às crianças e aos adolescentes e aos jovens ela realmente é negada em todos os momentos, mas nós vivemos num estado, o Ceará, que nega essa presença negra” (jovem do movimento negro). Para os jovens, a exclusão da juventude negra é “alarmante”, pois “a quantidade de crianças, as crianças e os adolescentes que estão nas ruas em sua grande parcela, em sua grande maioria são negras, mais de 90% delas (...) são crianças e adolescentes negros. Uma juventude negra, que são cidadãos que são negados os direitos a cada momento, a garantia, por mais que se fale em políticas, mas essas políticas elas não chegam, elas não passam do papel, não passa da fala, é a mesma coisa que hoje no Ceará, na questão do discurso da bandeira do povo negro. Este povo negro ele só tem uma ênfase no discurso, quando passa para a prática a presença negra é negada” (jovem do movimento negro).

Nesse sentido, não há como falar de juventude no singular, muito menos negar a existência de uma demanda específica de reconhecimento por parte da juventude negra que

vem sendo a maior vítima do processo de criminalização e também da violência urbana. Como ressalta um de nossos entrevistados:

A especificidade da juventude negra, a especificidade da juventude indígena, da especificidade de cada jovem que tem as suas especificidades. E é esse patamar, é isso que eu vejo na juventude (...) trabalho que você tem que mudar (...) acho, mas mesmo essas (...) acabamos ficando isolados, porque o quê que eles (...). A juventude, a própria juventude negra, o próprio povo negro, a raça negra foi (...) e é esses problemas, é isso o que eu estou vendo hoje principalmente em Fortaleza (...) juventude, (...) seus direitos negados (...)" (jovem do movimento negro).

De um modo geral, os jovens afirmaram ser muito importante estimular a participação de mais jovens em movimentos sociais, projetos e organizações não governamentais para que se possa ter uma juventude mais atuante e se questione a idéia de que os jovens só querem “curtir”. E a revalorização do estudo como um lugar de construção de significados para a experiência juvenil é ressaltado. Oportunidades de transformar o estudo em um lugar de afirmação de identidades juvenis é um ponto enfatizado diversas vezes. Essa necessidade torna-se premente na avaliação dos jovens quando se trata de jovens que estão precisando recuperar ou reverter trajetórias escolares realizadas em ambientes com baixíssima qualidade e incentivo. A questão é como gerar oportunidades para os jovens mais excluídos e marginalizados poderem “recuperar suas capacidades” (jovem educador social). A situação dos jovens de periferia é considerada a mais grave nesse caso. A começar pelo contexto em que vivem como descreve uma jovem entrevistada:

Bem, os jovens da periferia, hoje em dia, é muito... acontece que é muito voltado pra violência, principalmente o crack, é em torno daquilo dali, tanto como o usuário, como o vendedor, o jovem da periferia sofre daquilo dali. (...) jovens que já, que já, como é que já conviveram que já viram a violência e não se envolveram com isso” (jovem dos movimentos sociais).
A presença cotidiana de educadores sociais na vida desses jovens é decisiva. Pois, “nós tenta trabalhar lá com projetos que ocupem a cabeça deles, até as (...) antiga tão fazendo (...), então nós temos tantos dos jovens quanto das crianças, porque nós lá, nós temos que o jovem é o futuro adulto amanhã que venha possa melhorar a própria Fortaleza, que possa melhorar a comunidade. Aí nós tenta trabalhar muito eles com os projetos tanto de futebol, de esportes, como da alfabetização, reforço. Nós tenta ocupar eles no máximo, no máximo, o dia todinho. Quando eles não estão na escola, eles estão em outro projeto da comunidade e nós tentamos sempre porque a

formação do jovem, porque nós temos hoje em dia, os jovens têm que ter a atenção voltada toda pra eles, tanto do governo, o jovem tem que ser igual em casa, a atenção do governo no jovem tem que ser igual da mãe, porque a atenção da mãe, no caso, é toda voltada pro jovem, pro adolescente. O governo tem que voltar toda a atenção pra eles, pra eles dois. Eles que vai ser o futuro amanhã” (jovem dos movimentos sociais).

Mudar as relações sociais na vida cotidiana dos jovens envolve uma nova forma de socialidade, o que implica, na avaliação dos jovens entrevistados, em propor mudanças no próprio núcleo de convivência dos jovens em suas comunidades. Ocorre que nessa vida cotidiana dos bairros populares, das periferias, comunidades, favelas, a presença da polícia é considerada aterrorizadora. Nesse sentido, não se pode imputar aos jovens de modo estigmatizando o cotidiano de terror alardeado de modo hiperbólico pelas mídias, pois:

A gente também não pode visar à culpa todinha só dos jovens, dos adolescentes e adultos, porque muitas vezes a gente vê na rua mesmo, assim, a própria polícia não dá uma, não aborda a pessoa devidamente. Chega e chama de vagabundo, mesmo a pessoa, mesmo quando a pessoa tem, ela estando numa bermuda de marca, uma blusa de marca, um boné, usa um cordão, é ‘discriminalizado’ por causa disso” (jovem dos movimentos sociais).

O neologismo “discriminalizado” utilizado na fala do jovem entrevistado acima é revelador de uma situação de discriminação sistemática com viés de criminalização. Essa categoria nativa expressa o núcleo do drama social vivenciado pelos jovens de periferia. São constantemente vigiados, monitorados, controlados e muitas vezes agredidos pelas abordagens policiais na vida cotidiana de suas comunidades e da cidade de Fortaleza. Não apenas o jovem é nessa categorização o “discriminalizado”, a rede familiar do jovem também está sob essa classificação social.

A gente nasceu na periferia, nasceu na comunidade pobre a gente é ‘discriminalizado’ em termos de trabalho, de moradia e, assim, há um tempo, atrás, através dos movimentos sociais a gente tem, começa a ter uma visão diferente do convívio do ser humano, da pessoa. Então, assim, como (...) a violência (...) o negro que é discriminado (...), da gente também, de ter um pouco de inclusão. Então, eu acho assim que a segurança devia ser também (...), mas também a educação, porque o que está acabando o jovem hoje é a droga mesmo, a questão do poder, então, é isso” (jovem dos movimentos sociais).

Os jovens entrevistados ressaltam que a vida cotidiana nos bairros onde moram é tomada pela “presença criminosa”, jovens que não podem se deslocar livremente sob risco de morte, fronteiras de violência atentando contra o direito de ir e vir das pessoas. E o ponto central, como sempre os entrevistados estão ressaltando, é o modo como a criminalização dos jovens de periferia, a discriminação, os estigmas, alimentam o próprio circuito da violência.

A violência vai crescendo, mas não é por causa dos jovens, é por causa da (...) desses jovens na sociedade (...) do jovem (...) sociedade discriminar ele como um bandido, como um marginal (...) usar droga. É complicado viver numa sociedade desse jeito e se a gente como jovens (...) não ajudar aqueles jovens a crescer, a se colocar dentro da sociedade como um, como um cidadão, o jovem vai (...) “eu vou ser vagabundo (...) ninguém vai entrar aqui, eu sou vagabundo” (jovem dos movimentos sociais).

3.6.2. Desafios e Metas da Juventude face aos avanços da segurança pública.

Houve um consenso sobre a posição de marginalidade que é imposta aos jovens pela sociedade e sobre o esquecimento do papel da juventude como protagonista. Afirmaram o papel dos movimentos organizados como promotores de uma visão diferenciada sobre a juventude, não mais marginalizada, mas protagonista. Para eles, o jovem é visto sempre pela negatividade e falta incentivo para as coisas boas que a juventude faz. As especificidades da juventude não têm sido reconhecidas, ocasionando tratamentos iguais para indivíduos e grupos diferentes, como é o caso da juventude negra e indígena.

A violência está muito presente na vida dos jovens, seja através da sensação de exposição, ampliada pela grande cobertura e repercussão na mídia das ações criminosas, seja pela exposição real a situações de violência. Contudo, infelizmente, a sensação de insegurança dos jovens não é proveniente apenas do aumento da criminalidade, mas também, pelo medo da polícia.

Na minha comunidade eu já vi várias vezes, os policiais chegarem e encostarem os jovens e assim a gente fica muito apreensivo também de ver, eu mesmo, quando vejo a polícia eles

chegar e abordar, eu sinto muito essa questão da insegurança. Eu me sinto muito inseguro diante do Estado.

Houve muitas críticas à atuação do aparelho policial e sua postura repressiva para com a juventude. Para eles, os jovens moradores das periferias são tratados pela polícia como se todos fossem “ladrões”.

Colocaram que para uma discussão efetiva sobre a questão da Segurança é necessário refletir sobre as situações a que a juventude é exposta cotidianamente, como morar em comunidades em condições precárias, por vezes passando fome, não podendo andar livremente nem no próprio bairro devido às disputas entre as gangues. Ainda sobre a relação da juventude com a polícia, um dos participantes afirmou que:

“[...] o jovem deveria ter a polícia e ter o policial como alguém que estaria ali a qualquer momento para protegê-lo, mas a criança mesmo independente de ela estar envolvida com alguma atividade criminosa, seja tráfico ou roubo, ou seja, mesmo a criança que vai ao seu colégio, que estuda ela vê o policial, ela nunca vê o policial como amigo e essa é a mente que eles têm de mundo.” (jovem de comunidade).

A partir da avaliação sobre a atuação policial que reprime os moradores de periferia, mas possui outro tratamento quando o segmento a ser abordado são as classes média e alta, houve a afirmação de que existe um Estado de Direito para uns e não para outros. As pessoas pobres não conhecem seus direitos ou não possuem meios econômicos para acessá-los. Assim, enquanto a polícia simplesmente invade as casas dos moradores das favelas, quando a abordagem é na “Aldeota”, ela aguarda autorização judicial. Em vários aspectos, inclusive na questão da segurança, as pessoas pobres têm seus direitos cotidianamente negados. Para os pobres, sobram deveres e faltam direitos.

O episódio do jovem que foi assassinado por um policial do Ronda do Quarteirão no bairro Aldeota também foi comentado. Houve o questionamento se a Ronda do Quarteirão que aparecesse nas propagandas do governo do Estado é a mesma que entra na periferia e aborda violentamente jovens e adultos e sobretudo, se esse assassinato tivesse ocorrido em um bairro da periferia da cidade, a repercussão na mídia local e nacional teria sido a mesma? Segundo os

jovens, para os moradores das periferias, não existe o Ronda do Quarteirão divulgado nos comerciais do governo, pois há uma sensação de insegurança com relação a própria polícia.

Eu me pergunto muito que Segurança Pública é essa voltada pra comunidade, por que foi feito o Ronda? Eu não vejo a integração entre o Ronda e a comunidade, eu não vejo nenhum tipo de relação, a relação que há é o medo, é aquela, aquele medo deles vim invadir a sua casa e bater, não aquela integração deles vim na sua casa saber como é que tá o bairro. Isso é o que passa, né, nas entrevistas, nos comerciais, que eles vai lá na sua casa e conversa com você, eu não vejo isso na periferia. Pra eles na periferia todo jovem é vagabundo, principalmente negro. Quando eles vai lhe abordar na periferia já é: “bota a mão na cabeça, vagabundo”, não interessa quem seja, se é um pai de família, se é um jovem, não interessa, não importa a hora, se tem gente na rua ou não.” (jovem de comunidade).

Essa questão da diferenciação do tratamento dado pelos policiais às pessoas pobres e moradoras de periferias em relação aos moradores de bairros considerados de classe média e alta foi um ponto no qual os jovens demonstraram bastante revolta e ressentimento. Mostraram-se decepcionados com as políticas de segurança, pois se o dever da polícia é ajudar as pessoas e zelar pelos direitos dos cidadãos, os jovens negros moradores de periferias têm sua cidadania não reconhecida habitualmente pelos agentes policiais.

Em se tratando de segurança pública, eu tô decepcionado. Que segurança que a gente tem, né, eles nos tratam como bandidos e marginais. Eu tive num show lá no Siará Hall, tava no banheiro com um amigo meu, quando a gente ia voltando o cara chegou, “meu irmão, encosta aí, coloca a mão na cabeça, cadê a droga, cadê a droga?”. “Que droga, cidadão, a gente não usa droga, não”. “Vamos logo, cadê a droga, cadê a droga?”. Aí meteu a mão no bolso da gente, tirou a carteira, ficou olhando, olhando. “Você não vai pegar é nunca, eu não uso droga”. Isso só aconteceu com a gente, várias pessoas num show daquele. Só tinha eu e o cara dentro do banheiro? Só porque a gente era negro? Filhinho de papaizinho vai pra um show desse aí ele usa droga a vontade, nunca é pego.” (jovem de comunidades).

Contudo, a violência protagonizada pelo Estado não é proveniente somente das polícias militares. Na visão dos jovens, a própria Guarda Municipal também contribui para perpetuação desse ciclo. Essa questão fica explícita no seguinte relato:

A Guarda Municipal é violenta, truculenta a ponto de pegar o jovem, mesmo ele jogado ao chão em posição de rendimento, chutava a sua coluna, as suas costelas e o que mais me chamou atenção é que eu sempre achei que a mulher é mais sensível, a mulher seria diferente, mas a gente via mulheres chutando os adolescentes, os jovens no chão, de uma forma que parecia até que nós estávamos num país que não tem leis e que não têm direitos e as

peças que deveriam estar ali para proteger, para defender o cidadão, estava tudo ao contrário.” (jovem de movimentos sociais).

A violência contra as mulheres também foi abordada. Uma das jovens participantes afirmou que a questão da mulher é colocada no âmbito do privado e a polícia, a exemplo da sociedade, reproduz valores machistas, onde questões como violência doméstica devem ser resolvidas pelo próprio casal no âmbito privado. Ora, a polícia não deveria proteger a mulher que é agredida pelo seu companheiro?

Eu tava acompanhando uma senhora que sofria violência doméstica, e eu coloquei “vamos fazer a denúncia e vamos atrás de uma medida protetiva”, e ela disse “não tá aqui minha medida protetiva de afastar meu companheiro a tantos metros, mas eu ligo pra polícia e ela não vem porque ela não quer se meter”. Então assim, quem era pra tá defendendo um direito, acaba reproduzindo esses valores de colocar a mulher no âmbito do privado e não reconhecer como sujeito de direito. Eu moro na Serrinha e eu presenciei um caso, uma abordagem policial de violência contra a mulher. O homem estava empurrando a mulher na frente da polícia e eles lá tentando apaziguar a situação, mas ela não chamou um consultor sentimental não, ela chamou a polícia. (jovem educador social).

Existe uma cultura de violência constituída e a questão da cultura de paz não emplacou. A função do policial como alguém que deve bater em “marginais” está no imaginário popular e é reproduzida pela própria sociedade. A noção de que os conflitos devem ser resolvidos por ações violentas, nas quais o objetivo é eliminar o outro, eliminar o diferente, tem se ampliado em nossa sociedade. Os policiais são jovens filhos da classe trabalhadora e cresceram vendo essas práticas e quando assumiram esse lugar, as reproduzem.

A corrupção policial também foi apontada pelos jovens como uma das razões para a perpetuação do ciclo de violência. A manutenção do tráfico de drogas e das ações que o sustentam não são enfrentadas de frente pela polícia pela corrupção na qual a instituição está mergulhada.

Por que você não acaba com o tráfico de drogas em uma comunidade que tem quinhentas e trinta e sete famílias? É um conjunto com as ruas todas com calçamento, não é um lugar que é beco. Para acabar sabe o quê que é? É pegar o dinheiro toda semana, todo mês, do policial da viatura ao delegado da região.

O tempo de formação dos novos policiais foi considerado insuficiente para que estes profissionais exerçam sua função com o mínimo de eficiência e conhecimento necessários. “Na opinião dos jovens, o governo do Estado tem priorizado o investimento em tecnologia e aparatos como carros, e os policiais não têm sido preparados para atender às comunidades ou mesmo lidar com as situações de conflito inerentes à atividade.” (jovem das comunidades).

Outra questão que unificou o grupo foi a impacto das drogas na vida dos jovens e seu papel de causador e potencializador de situações de violência. Para eles, não há políticas que ajudem os jovens a não entrarem no mundo das drogas, ou a se libertar delas. Para eles, o consumo de drogas não deve ser considerado um crime, mas tratado como questão de saúde pública. Ações de redução de danos e outras alternativas devem ser pensadas para que os usuários sejam respeitados em suas escolhas.

O Crack foi colocada como uma droga que tem sido bastante prejudicial à vida dos jovens e suas famílias. Uma bandeira levantada na discussão foi o fim do uso do Crack, com o nome *Fortaleza sem Crack*. Para tanto, defenderam que a questão das drogas entrasse na agenda governamental de forma mais efetiva, com a criação de um programa específico, a contratação de profissionais através de concurso público e a capacitação dos mesmos para o trabalho tanto com os usuários, bem como com suas famílias.

A temática do preconceito racial foi bastante pontuada, não somente pelos membros do movimento negro, mas foram reforçadas pelo conjunto dos participantes. Sendo afirmado que vivemos um momento de extermínio da juventude negra, pois em sua maioria, os homicídios de pessoas entre 15 e 24 anos são de jovens negros.

Para os participantes, os negros passam por um profundo processo de exclusão social, onde direitos como trabalho, educação e proteção são negados, tornando-os alvos do Estado e da polícia e, portanto, da violência urbana. Em sua visão, não há políticas e se estas existem, não chegam para quem efetivamente precisa.

Também foi colocado que há outros tipos de extermínio, para além da eliminação física. Segundo um dos participantes, o jovem ter que abandonar a escola para ser explorado

em um emprego que lhe oferece condições precárias, é um tipo de extermínio. Contudo, a sociedade não tem dado a devida atenção à questão, faltando mais empenho na busca de soluções efetivas.

O ponto mais polêmico da discussão girou em torno da relação entre Estado e grupos religiosos. Um dos participantes colocou que não compreende por que o poder público não apóia iniciativas promovidas por organizações que possuem vínculos com Igrejas, mesmo que estas ações tenham por objetivo o bem público, através da ajuda ao próximo. Outros participantes defenderam que a administração pública é laica e, portanto não deve financiar atividades que tenham ligação com igrejas, quaisquer que sejam as denominações. Após essa argumentação, o representante da organização religiosa recuou em sua posição, e defendeu que o poder público apóie institucionalmente, como faz em diversos eventos religiosos.

É interessante notar que, a exemplo do que ocorre na sociedade em geral, não houve uma diferenciação muita clara de que sujeitos se estava falando quando o termo juventude era usado. Os próprios participantes, por vezes, falaram como se eles próprios não fossem jovens, utilizando expressões como os menores ou os adolescentes, falando de juventude como algo afastado deles próprios, como na seguinte fala: [...] *Nós tenta trabalhar lá com projetos que ocupem a cabeça deles. Então nós temos tantos dos jovens quanto das crianças, porque nós lá, nós temos que o jovem é o futuro adulto amanhã que venha, possa melhorar a própria Fortaleza.* Posicionamento que claramente reproduz a visão dominante de que o importante é ocupar o tempo livre e ocioso dos jovens para que eles não se envolvam em atividades criminosas, primando pela perspectiva do dever e não do direito.

Sobre a Fortaleza do ano 2020, a perspectiva de futuro dos jovens pauta-se pela garantia dos direitos civis, políticos e sociais de todos e todas. Direitos como educação, trabalho, cultura, esporte e moradia dignas precisam ser garantidos, sobretudo nas periferias, sob pena de manutenção do atual estado de insegurança.

Eu gostaria que melhorasse a educação, que eu creio que melhorando a educação e a saúde, resolve o problema da, da violência, porque eu creio que tudo na vida você tem que ser base a educação, tanto como de casa, como a do colégio. Eu gostaria muito que o colégio tivesse um vinculo maior com os pais, com os pais, para que, não adianta o colégio dar uma educação lá, dizer

“oh, você tem que fazer, quando você pedir isso, peça por favor, não sei o quê” e quando você chegar em caso o seu pai fazer a contrário, não adianta, tá sendo em vão aquele trabalho ali. Porque eu digo que tudo o que você tem que fazer, se você for melhorar, pode investir na educação, não adianta investir na segurança, a segurança, se não investir na educação, não adianta isso.” (jovem educador social).

O Brasil possui uma legislação bastante avançada em relação a diversos países da América Latina. Segundo os participantes, é fundamental que as leis do país não fiquem esquecidas e que se prime pela sua execução, para que os direitos sejam garantidos e efetivados.

A cidade precisa ser inclusiva. Segundo os participantes, a Universidade Federal do Ceará é a única universidade do Nordeste que não possui nenhum tipo de medida de inclusão dos segmentos menos favorecidos. A diminuição das desigualdades sociais, fundamentalmente, tem como premissa a elevação da escolaridade das camadas mais pobres, tendo a Universidade Pública que assumir e cumprir o seu papel de promotora de desenvolvimento com inclusão social.

É necessário que haja uma política de valorização do povo negro, primando pela promoção de sua história e cultura. Assim, é importante que haja

Informação inicial em cima da Lei 10.639, na lei da história, do ensino da história da África e dos afro-descendentes nas escolas, para que as nossas crianças possam saber de onde elas vieram, que elas não são oriundas, ah, que elas tem uma cultura que não é a cultura européia, mas que eles conheçam a sua antecendência, que eles conheçam a história de Zumbi dos Palmares, que conheçam a história de Dragão do Mar, conheçam a história de como foi que nós saímos lá da África, como éramos lá na África, nós viemos, foram reis, rainhas, que nós éramos em nossa civilização. Ter orgulho de quem nós éramos e de quem nós somos, saber diferenciar o que é escravidão.(jovem do movimento negro).

Sobre a política de segurança, os jovens afirmaram que desejam a segurança seja vivenciada, e não apenas uma aparência gerada por uma “maior” presença policial. Enfocaram também a questão da formação dos policiais, afirmando que a duração da formação atual é insuficiente.

A solução, na opinião dos jovens participantes, não deve ser pautada somente por políticas de segurança e combate à violência, mas sobretudo, por políticas de educação, emprego, cultura e esporte para a juventude. Não se trata de trabalhar o problema individualmente, as políticas devem pensar o jovem, a família e a comunidade de forma articulada.

Eu acho que a idéia é que a gente não imagine o futuro com mais policiamento, com mais presídios, como foi colocado aqui. Que a gente tenha um sistema de segurança vindo das próprias comunidades, discutidas, construída pela própria comunidade. Eu acho que o ideal é que todo mundo pudesse conviver.” (jovem das comunidades).

Para os jovens, a construção de uma cultura de paz também passa pelo acesso aos meios de comunicação, por uma maior preocupação com o que é veiculado e, sobretudo, com a visão da juventude que é reproduzida. A questão da informação também foi considerada primordial, pois possibilita o conhecimento não apenas dos direitos, mas da forma como acessá-los. Para tanto, é preciso que as pessoas conheçam e se empoderem desses direitos.

Não é o sujeito saber que tem direito, é saber que direito é esse, onde ele está, está escrito aonde, né. Se esse mesmo jovem tiver empoderado dos artigos da lei que garante os seus direitos, isso também vai inibir o infrator representante do Estado naquele momento.” (jovem educador social).

O processo de transformação da sociedade necessita de ações que afetem concretamente a vida das pessoas e passa pelos governos federal, estadual e municipal, mas também pela sociedade civil organizada.

Eu gostaria muito que os movimentos sociais crescessem, pois eu creio que os movimentos sociais têm grande efetividade nas comunidades, porque os objetivos deles é conscientizar as comunidades dos direitos, dos deveres, fazer as pessoas se mexerem para cobrar aqueles deveres. (jovem de movimentos sociais).

Ademais, passa também pelo combate a todo tipo de preconceito e discriminação e pela capacidade da humanidade de resgatar valores como respeito ao próximo e solidariedade. Esse respeito deve haver tanto entre os indivíduos, mas também por parte do Estado.

E essa idéia da cultura de paz seja vivenciada entre as pessoas, tenha o respeito, tenha a condição humana de cada um e cada uma ter essa correlação de um com o outro, buscar essa visão mesmo de humanidade, de igualdade, de todo mundo como sujeito e sendo assegurado pelo Estado e cada um buscando construir essas relações.” (jovem de movimentos sociais).

Há um sentimento de esperança de que temos a capacidade de transformar o mundo no qual vivemos.

A gente tem um sentimento é de que haja uma condição de respeito aos direitos humanos e as pessoas sejam realmente cidadãs, reconhecidas como sujeitos de direito, com essa condição de liberdade de ir e vir pra qualquer lugar que queira, sem ter restrições e sem ter nenhum tipo de violência simbólica ou física por conta da sua condição social, da cor da sua pele, da sua orientação sexual, do seu gênero, idade ou geração” (jovem de movimento sociais).

Entre os pontos principais dos movimentos está o combate ao racismo e a luta pelas execução de políticas afirmativas de reparação das desigualdades raciais, como as cotas raciais e o ensino da história da África; o combate ao extermínio da juventude e à violência; prevenção e combate ao uso das drogas; e o combate à intolerância religiosa.

Uma questão importante que o debate do grupo suscitou foi a possibilidade de unificação dos movimentos sociais em torno de lutas comuns.

3.7. Análise unificada dos grupos focais

Os relatos analítico-descritivos dos seis grupos fornecem material de grande relevância para apreender a percepção de diferentes segmentos da população sobre a violência e a segurança pública, bem como de suas expectativas de melhorias. Em se tratando da primeira parte, que aborda a identidade da categoria, sua importância para sociedade e a forma como acredita ser vista pelos demais segmentos sociais, todas as categorias se afirmaram importantes. Os oficiais do Ronda enfatizaram que a Polícia garante “o direito de ir e vir dos cidadãos”, foi mencionado que o comércio funciona porque os lojistas acreditam na polícia e que as pessoas saem as ruas porque sabem que existe a polícia com seu poder de repressão ao crime. Os jornalistas policiais se colocaram como os profissionais que “dar voz” aos pobres,

uma vez que denunciam problemas sociais diversos nos bairros da periferia e com isto pressionam o poder público a atender demandas da população.

Com exceção dos jornalistas policiais e dos guardas municipais, os demais grupos, mesmo se afirmando importantes para a sociedade, queixaram-se de ter uma imagem negativa. Os oficiais do Ronda afirmaram que tanto a população como outras polícias não estão acostumados e não valorizam a polícia preventiva. Esta atividade, segundo eles, ainda não é vista como uma tarefa da Polícia, avaliaram que “a sociedade não está preparada para trabalhar com a prevenção”. Os operadores do direito e os delegados ponderaram que a forma negativa como são avaliados é decorrente do desconhecimento da população em relação às funções da categoria. Segundo os delegados da Polícia Civil, não é clara para população a distinção jurídica entre o trabalho da Polícia Civil (PC) e o da Polícia Militar (PM). Para muitos, os policiais civis deveriam “estar na rua”, isto é, realizando o patrulhamento ostensivo, que na realidade é função da PM. Também existem aqueles que acreditam haver ingerência por parte do delegado no trabalho da PM, recorrendo à delegacia para solicitar a “presença do Ronda”.

Os operadores do direito ressaltaram a descrença da população no sistema de justiça e o desconhecimento dos cidadãos nos mecanismos utilizados pela organização judiciária expressa em frases como “a polícia prende e a justiça solta”. Segundo os participantes do grupo: “a OAB é omissa na hora de punir o advogado que fica com o dinheiro dos outros” e “os advogados são mal vistos”.

Os jovens também se queixaram da forma como são vistos e tratados, afirmaram que a sociedade lhes imputa uma posição marginalizada e que a juventude deve exercer protagonismo na vida social.

A visão negativa de sua categoria ressaltada pelos participantes de alguns grupos focais, em alguma medida, foi confirmada nas falas de integrantes de outros grupos focais. A imagem negativa do Ronda, por exemplo, foi reiterada pelos jornalistas policiais e os jovens que enfatizaram as abordagens violentas da polícia em geral, e citaram situações em que presenciaram agentes do Ronda do Quarteirão agredir pessoas.

O oficiais do Ronda, por sua vez, apontaram falhas na atuação da Polícia Civil e responsabilizaram a imprensa policial pela exacerbação de questões relacionadas à insegurança e pela banalização da violência, tornando-a corriqueira no dia-a-dia dos cidadãos-telespectadores. Acrescentaram que os programas policiais deveriam dar visibilidade às ações preventivas da polícia¹⁰.

Com exceção dos “jornalistas policiais”, sobretudo os da televisão, que se disseram reconhecidos e benquistos pela população da periferia, foi a constatada entre os participantes dos grupos focais a insatisfação com a imagem socialmente difundida de sua categoria. Nas entrelinhas destas falas havia demanda por reconhecimento e afirmação de seu grupo. Em alguma medida, não ter sua função social reconhecida, implica em não sentir sua profissão respeitada.

Quando indagados sobre as condições da segurança pública e sobre como se sentem diante da violência em Fortaleza, a maior parte dos participantes dos grupos focais afirmou se sentir insegura em Fortaleza. Foi ressaltado que os altos índices de criminalidade e violência leva a população a abandonar ou restringir o uso de espaços públicos.

Exceto nos grupos oficiais realizados com os delegados da Polícia Civil, os guardas municipais e os oficiais Ronda do Quarteirão, foi afirmado como um grave e eloqüente problema da segurança pública em Fortaleza as abordagens violentas dos policiais. Os jovens, os jornalistas policiais e os Operadores do Direito afirmaram que a polícia, sobretudo a PM e o Ronda do Quarteirão oferece tratamento distinto a diferentes segmentos sociais, atuando de maneira agressiva e preconceituosa na abordagem de jovens e negros.

Os jornalistas policiais afirmaram ter presenciado ou ouvido relatos de moradores da periferia que foram vítimas de agressões físicas cometidas pela Polícia. Alguns jovens forneceram relatos sobre como são abordados de maneira abrupta e ilegal por policiais, os

¹⁰ Os participantes do grupo focal com os jornalistas se queixaram de não ter oportunidade de veicular matérias que ressaltam ações comunitárias e projetos sociais, ressaltaram que a lógica operante nos veículos midiáticos onde trabalham, é da violência como mercadoria lucrativa.

participantes deste grupo focal chamaram a atenção para as discrepâncias entre o papel do Ronda, apresentado nas propagandas do governo do Estado e as efetivas atuações desta polícia, sobretudo na periferia. Alguns dos participantes de grupo focal de jovens afirmou que está em curso um processo de extermínio de jovens negros em Fortaleza.

Os jornalistas e os policiais e os operadores do Direito apontaram como um grave problema de segurança pública o modo como são tratadas as pessoas que cometem crimes, foi mencionado que nas falas e discursos de profissionais da área de segurança pública a morte de criminosos não é apresentada como uma perda ou acontecimento negativo. Estes grupos denunciaram as condições de vida sub-humanas nas penitenciárias de Fortaleza e da região metropolitana.

Os participantes dos grupos focais com os guardas municipais, oficiais do Ronda e delegados, por sua vez, ressaltaram a necessidade de uma colaboração maior da população com o trabalho da polícia como, por exemplo, fornecer informações sobre criminosos. Entre estes profissionais foi ressaltado que as ausências ou falhas das políticas de educação, trabalho e moradia, contribui para o aumento da criminalidade e da violência, sobrecarregando o trabalho policial.

Os jornalistas policiais e os delegados ressaltaram que a quantidade de policiais civis em exercício está muito aquém da necessidade. Esta polícia seria a mais deficiente na quantidade de profissionais, como delegados, escrivães e inspetores.

Tanto nos grupos focais formados por oficiais do Ronda, por delegados da Polícia Civil e por guardas municipais, como nos grupos dos jornalistas e operadores, foi ressaltada a necessidade de integração entre as polícias. Embora já se realizem diversas ações de maneira integrada, ressalta-se a necessidade de intensificar esta integração. A necessidade de integração e a formação de redes de relações colaborativas, de maneira direta ou indireta, foi apontada por todos. Os oficiais do Ronda ressaltaram a necessidade de trabalhar integrados a Guarda Municipal e, por sua vez, os guardas municipais argumentaram a necessidade de maior integração com as outras polícias. Os oficiais do Ronda e os guardas municipais mencionaram a importância da colaboração da população.

Os jornalistas deram ênfase à necessidade de uma polícia educativa e interativa com comunidade. Os jovens ressaltam a importância da unificação dos movimentos sociais em torno de lutas comuns. Parece haver uma disposição, e mesmo uma expectativa, dos diferentes segmentos na ampliação e reforços de redes sociais entre diferentes grupos e setores. Reivindica-se a integração de órgãos e agentes do Estado entre si, entre Estado e sociedade civil, e também dos agentes e coletivos da sociedade civil entre si.

Os delegados de Polícia, os jornalistas policiais e operadores do Direito se queixaram da dificuldade de acessar dados unificados sobre segurança pública. Os delegados afirmaram que a secretaria de segurança pública não lhes fornece as estatísticas gerais sobre crimes no Ceará. Esta dificuldade em acesso a dados também é sentida pelos pesquisadores em ciências sociais, quando recorremos às Polícias ou secretária de segurança pública em busca de dados temos nosso acesso comprometido ou negado. Em se tratando dos jornalistas policiais que demandam dados e relatos de ocorrência diariamente às delegacias e secretárias encarregadas de segurança pública e justiça, instaura-se uma perversa dominação das instituições mencionadas sobre estes profissionais. Não raro, os jornalistas se eximem de investigar ou publicar versões contrárias a da Polícia sobre determinada ocorrência, estão cientes que contrariando declarações oficiais sobre um dado caso, seu acesso posterior a dados, informações e entrevistas com agentes da segurança pública será negado.

Foi unânime a avaliação de que a difusão do uso crack constitui um grave problema de saúde e de segurança pública. A maior parte dos participantes afirmou que o consumo de crack contribui para o aumento da criminalidade. Em todos os grupos focais foi ressaltada a necessidade de ações no Estado no combate à venda e consumo do crack, como também a necessidade de políticas públicas e ações na área da saúde pública voltadas especificamente ao atendimento dos usuários de crack.

Assim como o crack, a má formação e os baixos salários dos policiais foi apresentado como uma das causas das falhas na atuação da Polícia. Foi ressaltada a necessidade de conteúdos de Sociologia, Direito e Psicologia nos cursos de formação. Os grupos focais dos jovens, dos jornalistas e dos operadores do Direito sublinharam a demanda social por uma atuação policial humana e educativa.

Houve consenso na afirmação de que segurança pública não pode ser reduzida à Polícia ostensiva, nem às prisões efetuadas, para os diferentes grupos focais, as práticas e políticas de segurança pública não podem ser dissociadas da cidadania, e dos direitos básicos que devem ser assegurados ao cidadão. Foi unanimemente apontada a necessidade da sociedade se fazer ativa, de que os cidadãos devem se aglutinar em coletivos para resolver problemas de suas vizinhanças e da cidade, mostrando-se mais assíduos na reivindicação de cumprimento de direitos básicos pelo Estado.

Parece estar disseminada a opinião de que a segurança pública e a cidadania, embora tenham no Estado o agente principal, não são funções exclusivamente dele, demandam o engajamento da população se constituindo em sociedade civil e atuando em parceria com os governos, ou de maneira independente. Os jornalistas policiais apresentaram como experiências positivas, as iniciativas dos moradores do Bairro de Fátima e do Antonio Bezerra que têm organizado reuniões para discutir e buscar resolver problemas de seus bairros. No grupo focal dos jovens foi mencionado o trabalho da Igreja Universal no Rio de Janeiro no atendimento aos usuários de crack e algumas iniciativas de jovens vinculados a religiões aqui em Fortaleza.

A importância do acesso a informação e ao conhecimento foi um assunto recorrente nos grupos, os participantes ressaltaram a importância da formação acadêmica para a melhoria da segurança pública, para o fortalecimento de sua categoria e para a atuação de cada um deles como cidadão. Os jovens apontaram a informação como um dispositivo do qual podem fazer uso para se defenderem das arbitrariedades dos agentes de segurança pública, argumentaram que os policiais, estando ciente de que os cidadãos estão informados sobre seus direitos e sobre as funções da Polícia, não ousarão agredir ou torturar as pessoas. O grupo dos jornalistas chamou a atenção para importância da qualidade da informação, declararam que são pressionados pelos editores a publicar coberturas de assassinatos, agressões e acidentes fatais. Os participantes do grupo focal se queixaram de não ter oportunidade de publicar matérias mais elaboradas e informativas. Estas reportagens, além de não ser tidas como vendáveis por seus editores, demandam um tempo maior de escrita. Jornalistas policiais trabalham por

plantões e suas matérias não podem levar mais do que um dia ou um expediente para estar finalizadas.

Em se tratando das expectativas das diferentes categorias para Fortaleza em 2020– dos oficiais do Ronda, delegados de Polícia, guardas municipais, jornalistas policiais, operadores do direito e jovens– embora tenha havido acentuadas diferenças entre as aspirações de cada grupo, algumas reivindicações colocadas como prioridades foram similares.

Foi apontada a necessidade de mudança no tratamento que a Polícia oferece a população sobretudo aos jovens pobres e negros. Os participantes dos grupos acreditam que a formação policial deve ser modificada, e que estes profissionais devem ser instruídos a tratar igualmente todos os cidadãos. Foi considerado muito curto o período de três meses, na formação de recrutas do Ronda do Quarteirão. A integração das Polícias entre si e da Polícia com a comunidade foi reivindicada em todos os grupos focais.

Os operadores do Direito almejam que seja reduzido o tempo de espera que os cidadãos levam para conseguir registrar uma ocorrência policial, tanto nos registros pelo telefone, junto ao CIOPS, como nas delegacias. De acordo com os delegados da Polícia Civil, uma prioridade no setor de segurança pública deve ser a contratação de efetivo para a Polícia Civil, afirmam que a quantidade de agentes na ativa é reduzida e, deste modo, não conseguem cumprir integralmente com as obrigações que lhes são imputadas. Os oficiais do Ronda, por sua vez, têm a expectativa de que a “filosofia do policiamento comunitário” seja compreendida e reconhecida nos próximos anos, eles almejam que o Ronda se torne tão reconhecido quanto as outras polícias. Considerando as reivindicações dos jornalistas, dos jovens e dos operadores do direito por uma Polícia, atuando em parceria com a comunidade, é provável que esta aspiração dos oficiais do Ronda se torne efetiva.

Foi enfatizada a necessidade trabalho e estudo para os jovens. A melhoria da educação foi considerada uma meta importante por todos os participantes, a educação foi apontada como instrumento de inclusão social de crianças, adolescentes e jovens pobres. A ampliação de ingresso na universidade de pobres e negros foi apresentada como uma meta importante. Em

se tratando de educação, foi ainda reivindicada a valorização dos professores, pelo incentivo sua formação e por salários em consonância com a relevância social destes profissionais.

Os grupos focais apontam a infra-estrutura urbana como um setor que deve receber investimentos, foi ressaltado a importância de construir em praças e parques, assim como em equipamentos de lazer, sobretudo nos bairros da periferia. O trânsito também foi apresentado como um setor que deve ser receber atenção dos administradores, seja pela construção ou pavimentação de vias, seja pelo gerenciamento do elevado fluxo de veículos.

As expectativas de melhorias dos seis grupos não foram direcionadas somente ao Estado também foram lançadas demandas aos moradores da cidade. Os jornalistas ressaltaram a necessidade da população ter zelo pela cidade e preservar os equipamentos urbanos e patrimônios públicos, abandonando hábitos nocivos, como o de jogar lixo nas ruas e calçadas. Foi ressaltado também que os moradores de Fortaleza devem circular mais por lugares públicos, segundo os jornalistas e os operadores do Direito, à medida que a população e o Estados abandonam espaços como parques, praças e largos, os praticantes de atividades ilegais e violentas passam a ocupá-los.

Os jovens ressaltaram a necessidade, não somente da Polícia, mas também de outros agentes do poder público, e da população em geral, tratar de maneira respeitosa, pessoas pobres, negras e habitantes da periferia. Sobre a população este grupo direciona ainda a expectativa de crescimento dos movimentos sociais nas comunidades, aspiram que as pessoas se mostrem mais dispostas a participar da vida coletiva e exercer militância política.

Alguns grupos lançaram a reivindicações envolvendo as políticos de turismo em Fortaleza nos próximos anos. Os jornalistas argumentaram em favor do combate ao turismo sexual e a exploração sexual de menores. O grupo focal dos jovens propuseram investimentos em turismo comunitário, em bairros localizados na orla, como o Serviluz, o Titanzinho e o Castelo Encantado.

Os jornalistas e os operadores do Direito assinalaram a importância dos administradores públicos darem continuidade a políticas e projetos bem sucedidos dos seus

antecessores na área da segurança pública, mesmo quando os se tratar de políticos de partidos ou coligações adversárias. Para os operadores do Direito, ao invés de propostas de governo, deveriam existir propostas de Estado.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Eixo 1 trabalhou no sentido de produzir um diagnóstico sobre a real situação da segurança pública, violência e criminalidade no Município de Fortaleza, a fim de propor, ao final, estratégias de ações orientadoras para a redução de crimes e violência e para a promoção da segurança pública e cidadania.

A partir dos percursos metodológicos privilegiados pelo Eixo 1 (Grupo Focal, Entrevista, Levantamento da estrutura e serviços de segurança pública na cidade de Fortaleza e sobre dados a respeito da criminalidade e da violência), foram promovidos debates, discussões, coletados diagnósticos e ouvidas propostas que visaram a melhorar serviços públicos existentes, aprimorando, ou implantando-os.

Também foram coletadas denúncias sobre violências e desrespeito aos direitos fundamentais dos cidadãos cometidos, muitas vezes, por agente públicos que deveriam proteger ao invés de discriminar e violar direitos humanos.

O grande mérito do Grupo Focal é a possibilidade de colocação dos temas na mesa de discussão, resguardando a identidade do informante e possibilitando um debate de idéias e formulação de propostas de solução dos conflitos a partir do senso comum, que podem ser analisadas posteriormente pelos pesquisadores.

O diagnóstico dos problema existentes na municipalidade foi fundamental porque permitiu basear as estratégias de prevenção e controle da criminalidade em um diagnóstico rigoroso da problemática delitiva no município. Através da coleção e análise de informação produzida pelas instituições de segurança, pelo sistema de saúde e pelos diferentes órgãos da

prefeitura foi possível identificar as dinâmicas criminais, os fatores e grupos de risco e as diferentes manifestações, causas e locais da criminalidade.

A pesquisa desenvolvida pelo Eixo 1 pretendeu, por fim, traçar diagnósticos e reflexões que contribuam para a compreensão dos problemas presentes e futuros em relação à segurança pública, violência, criminalidade e cidadania na cidade de Fortaleza, na tentativa de apontar para possíveis indicativos que representem fórmulas e modos de melhorar a vida dos cidadãos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, Jania Perla Diógenes. **Príncipes e castelos de areia: um estudo da performance nos grandes roubos**. São Paulo: Biblioteca 24x7, 2010.

BARREIRA, C. (Org.) **Violência e conflitos sociais: trajetórias de pesquisa**. São Paulo: Pontes, 2010.

_____. **Questão de Segurança**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2004.

BARREIRA, C. Em Nome da Lei e da Ordem: a propósito da política de segurança pública. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v. 18, n. Jan-Mar, p. 77-86, 2004.

BARREIRA, C. Questão de Política, Questões de Polícia: a Segurança Pública no Ceará. **O Público e o Privado**, v. 1, p. 9-28, 2004.

BARREIRA, C. (Org.). **Ligado na Galera: juventude, violência e cidadania na cidade de Fortaleza**. Brasília: UNESCO, 1999.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. **Cidade de muros. Crimes, segregação e cidadania em São Paulo**. São Paulo: EDUSP, 2000.

CANO, Ignácio e SANTOS, Nilton. **Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil**. Rio de Janeiro, 7Letras, 2001.

CANO, Ignácio. **Introdução à Avaliação de Programas Sociais**. Rio de Janeiro, Editora FGV, 2004.

CANO, Ignácio e RIBEIRO, Eduardo. **Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas**. IN: *Homicídios no Brasil* / Marcus Gonçalves da Cruz, Eduardo Cerqueira Batitucci (organizadores), Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

CANO, Ignácio e SANTOS, Nilton. *Violência letal, renda e desigualdade social no Brasil*. Rio de Janeiro, 7Letras, 2001.

CANO, Ignácio e RIBEIRO, Eduardo. *Homicídios no Rio de Janeiro e no Brasil: dados, políticas públicas e perspectivas*. IN: *Homicídios no Brasil* / Marcus Gonçalves da Cruz, Eduardo Cerqueira Batitucci (organizadores), Rio de Janeiro, Editora FGV, 2007.

KANT DE LIMA, Roberto; MISSE, Michel e MIRANDA, Ana Paula Mendes de. **Violência, criminalidade, segurança pública e justiça criminal: uma bibliografia**. Rio de Janeiro: BIB nº 50, 2º semestre de 2000.

MONET, J.C. **Polícias e Sociedades na Europa**. Trad. Mary Amazonas Leite de Barros. São Paulo: USP, 2001.

MORGAN, D. **Focus group as qualitative research. Qualitative Research Methods Series**. 16. London: Sage Publications, 1997.

RICARDO, Carolina de Mattos; CARUSO, Haydee G. C. **Segurança pública: um desafio para os municípios brasileiros**. In: Revista Brasileira de Segurança Pública - Edição 01, Abril de 2007.

SKOLNICK, Jerome H. BAYLEY, David H. **Policciamento Comunitário: Questões Práticas através do Mundo**. Tradução Ana Luísa Amêndola Pinheiro. São Paulo: Edusp, 2002.

VELHO, Gilberto. **A utopia urbana. Um estudo de antropologia social**.

WASELFISZ, J. J. **Juventude, violência e cidadania**. Os jovens de Brasília. São Paulo: Cortez/UNESCO, 1998.

WASELFISZ, J. J. Mapa da violência 2010. Anatomia dos homicídios no Brasil. **Instituto Sangari**. Versão eletrônica disponível em:
<http://www.institutosangari.org.br/mapadaviolencia/MapaViolencia2010.pdf>.